



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação**  
*Área de Arquivos*

**Dissertação**

**O Arquivo da Casa Ferreira (1751-1896)**

Ana Paula Montes Leal

**Orientador:**

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Olival**

**Co-Orientador:**

**Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira**

**Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação**  
*Área de Arquivos*

**Dissertação**

**O Arquivo da Casa Ferreira (1751-1896)**

Ana Paula Montes Leal

**Orientador:**

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Olival**

**Co-Orientador:**

**Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira**

**Resumo:** A presente dissertação teve como objectivo o estudo e tratamento do Arquivo da Casa Ferreira, desde o seu estabelecimento como casa comercial (1751) até à morte de D. Antónia (1896).

Procedeu-se ao recenseamento da documentação, identificando os seus produtores e as relações entre eles e percebendo a razão de, num arquivo supostamente empresarial, surgirem documentos de foro pessoal e/ou familiar. Foi realizada a organização dos documentos e a produção de instrumentos de descrição (inventário) e de pesquisa (índices).

Foi também analisada a questão dos Arquivos Privados, debatendo os seus problemas e a sua importância para o conhecimento histórico, económico e social. Finalmente, foi referida a actual situação do património arquivístico no sector do vinho do Porto.

**Palavras-chave:** Arquivística; Arquivos Privados; Arquivos Pessoais; Arquivos Familiares; Arquivos Empresariais; Inventário de Arquivos.

***Abstract:** This dissertation aimed to study and organize the Arquivo da Casa Ferreira, since its establishment (1751) to the death of D. Antónia (1896).*

*A thorough analysis of the documentation was conducted, to identify its producers and the relationships between them, as well as understand why there were personal and/or family documents in a supposedly business archive. We proceeded with the organization of the documents, and produced finding aids (inventory and indexes).*

*The matter of Private Archives was also examined, discussing their problems and their significance for historical, economic and social knowledge. Finally, the current situation of archival heritage in the Port wine business is discussed.*

***Keywords:** Archival science; Private Archives, Personal Archives, Family Archives, Business Archives, Archival Finding Aids.*

LEAL, Ana Paula Montes — *O Arquivo da Casa Ferreira (1751-1896)*. Évora: Universidade de Évora, 2011. Tese de Mestrado em Ciências da Informação e Documentação, Área de Arquivos apresentada à Universidade de Évora.

## **Agradecimentos**

Não posso, no final deste trabalho, na primeira pessoa, deixar de agradecer a todos os que me ajudaram durante o longo percurso que foi a execução desta dissertação de mestrado. Espero não esquecer ninguém e agradeço que não seja dada importância à ordem de nomeação, que não será nem alfabética, nem cronológica, nem de valor... Todos foram relevantes, cada um à sua maneira.

Obrigada às colegas de Évora que comigo iniciaram o curso em 2005 e com quem muitas vezes discuti sobre Arquivos: a Sónia Estrela, a Amélia Andrade e a Sofia Pina (já todas Mestres, há que tempos...).

Obrigada ao Jorge Barreira, do Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha, e aos meus alunos que por lá passaram e, graciosamente, trabalharam.

Obrigada à Carla Augusto, da FLUP, pela ajuda que deu na tradução do resumo.

Obrigada à Conceição Lin Pratas, colega de Pós-Graduação da FLUP, pelas nossas frequentes conversas que muito me ajudam a pensar sobre a questão dos Arquivos Privados.

Obrigada à Marlene Cruz, que foi, primeiro, minha estagiária, seguidamente aluna, depois colega e, agora, grande amiga. É ela que me ajuda em todos os momentos e que leu, releu e voltou a ler este trabalho, à procura do que eu já não via.

Obrigada à Margarida Santos, da FLUP, colega de Licenciatura, de Pós-Graduação e de Mestrado, sempre à minha frente, que me «obrigou» a chegar ao fim desta dissertação.

Obrigada à família: ao meu agregado familiar – Gina, Henrique e Tomás –, pela paciência perante as minhas ausências e falta de assistência durante este

ano; e aos meus Pais, que são a minha retaguarda e que fazem com que nada falte, principalmente, às crianças. Não sei o que faria sem eles.

Finalmente, muito obrigada aos meus orientadores: à Doutora Fernanda Olival, voluntária à força nesta tarefa, sempre de resposta tão sorridente quanto eficaz; e ao Prof. Gaspar Martins Pereira pela confiança que em mim tem depositado ao longo dos anos que com ele tenho tido a honra de trabalhar e por tudo o que me tem ensinado. Se este for um bom trabalho, a ele o devo, porque a sua perspicácia, inteligência e sabedoria me obrigam, permanentemente, a tentar superar as minhas limitações, não me sendo permitido contentar com o que é suficiente e tendo como objectivo – ainda que não o atinja – o que é excelente.

## **Glossário de abreviaturas**

AAF – Antónia Adelaide Ferreira

ABF I – António Bernardo Ferreira (I)

ABF II – António Bernardo Ferreira (II)

ABF III – António Bernardo Ferreira (III)

ACS – Arquivo C. da Silva

AHAAF – Arquivo Histórico AAF

AHCF – Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha

FST – Francisco da Silva Torres

JBF – José Bernardo Ferreira

JGP – Josefa Gertrudes Pereira

MAF – Maria da Assunção Ferreira

MRG – Margarida Rosa Gil

PGG – Pedro Gil Gargamalla

Doc. – Documento

Ui. – Unidade(s) de instalação

MI – Metro(s) linear(es)

IVP – Instituto do Vinho do Porto

GEVP – Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto

## Sumário

Resumo.....	2
Agradecimentos.....	3
Glossário de abreviaturas.....	5
Introdução.....	8
<b>1. Os Arquivos Privados</b>	
1.1. Definição e categorias de Arquivos Privados.....	10
1.2. Importância dos Arquivos Privados.....	17
1.3. Problemas suscitados pelos Arquivos Privados.....	22
<b>2. O património arquivístico do sector do vinho do Porto</b>	
2.1. Arquivos pessoais, familiares, empresariais e institucionais no sector do vinho do Porto.....	28
2.2. A situação dos arquivos empresariais do sector do vinho do Porto.....	45
<b>3. O Arquivo da Casa Ferreira</b>	
3.1. A constituição do Arquivo Histórico AAF.....	59
3.2. Um arquivo de empresa ou um arquivo de família? .....	64
3.3. Um «fundo» ou vários «fundos»?.....	69
3.3.1. Os vários produtores de informação: individualidades e relação familiar/empresarial.....	71
3.3.2. As opções técnicas.....	76
3.4. A organização do arquivo.....	78
Conclusão.....	91
Referências Bibliográficas.....	95
Anexos.....	105
Descrição – Sistema.....	106

Descrição – Sub-secções.....	111
Inventário sintético.....	138
Glossário de pesquisa ao nível das séries/dossiês.....	153
Índice por assunto.....	162
Índice por designação da série/dossiê.....	182
Índice por produtor de informação.....	186
Planta do depósito (antes da obra e depois da obra).....	188
Cotas de localização.....	190



## Introdução

O objectivo do trabalho que se segue será o estudo e tratamento do Arquivo da Casa Ferreira, desde 1751 – a data indicada pela tradição da empresa como sendo a do seu «estabelecimento» enquanto casa comercial – até 1896, ano da morte de D. Antónia, altura a partir da qual o negócio vai sofrer grandes alterações, passando a firma a existir como sociedade por acções. Até esta data, tratava-se de uma casa comercial nos moldes tradicionais dos séculos XVIII e XIX, em que não havia grande distinção entre propriedade pessoal e propriedade da empresa, o que se reflecte na documentação, aparecendo-nos documentos de cariz comercial misturados com documentos de cariz pessoal.



Fig. 1 – Um aspecto da sala do Arquivo Histórico AAF onde, em 1996, se encontravam os documentos da Casa Ferreira (PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa – *Dona Antónia*. [Porto]: A. A. Ferreira/BPI, 1996, p. 5).

Neste conjunto documental reunido à volta de D. Antónia Adelaide Ferreira, é possível encontrar informação de várias proveniências, vários produtores, quase todos relacionados familiarmente com D. Antónia. A documentação reflecte não só a história de uma família (cujas vivências se centra no Douro mas

passa, igualmente, pelo Porto, Lisboa, Paris ou Londres) mas, também, a de cada indivíduo, os seus negócios (nem sempre relacionados com o vinho do Porto), as suas ligações políticas e sociais, opiniões, opções, temperamento...

Através do recenseamento da documentação e do estudo da família e da empresa, espera-se confirmar a origem dos documentos (produtores) assim como a razão da sua inclusão neste grupo documental, e perceber por que é que num arquivo supostamente empresarial surgem documentos de foro pessoal e/ou familiar. A partir daí, o objectivo será a organização dos documentos e a produção de instrumentos de descrição (inventário) e de pesquisa (índices).

A nível da teoria arquivística justificaremos as opções feitas na organização dos documentos (classificação e descrição), com especial enfoque na definição do tipo de arquivo (familiar? pessoal? empresarial?) e no estabelecimento do quadro de classificação orgânico-funcional, passando pela adaptação das Normas ISAD aos arquivos privados que se reflectirá na concepção da folha de recolha da base de dados e na apresentação do inventário (que surgirá em anexo, juntamente com os índices de pesquisa).

Previamente, como forma de abordagem à matéria, será analisada a importância dos Arquivos Privados (pessoais, familiares e empresariais) para o conhecimento histórico, económico e social, passando por questões legais que implicam na sua definição e pela identificação de problemas suscitados por este tipo de arquivos.

De seguida, como enquadramento do Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha (detentor do Arquivo da Casa Ferreira), propomo-nos defender o valor do património arquivístico do sector do vinho do Porto, referindo alguns arquivos pessoais, familiares, empresariais e institucionais (ou detentores de informação relevante para o sector) e, finalmente, descrevendo brevemente a situação dos arquivos das casas produtoras de vinho do Porto.

## 1. Os Arquivos Privados

### 1.1. Definição e categorias de Arquivos Privados

A definição de «arquivo privado» começa pela necessidade de se definir o que é «arquivo» e de estabelecer o que é «privado».

Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, «arquivo» é um «conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação»<sup>1</sup>.

O conceito de «privado»<sup>2</sup>, por seu lado, varia no espaço e no tempo, sendo sabido que a linha que define os limites entre o público e o privado é ténue e que a distinção entre ambos é complexa, como revelou o estudo levado a cabo pela UNESCO junto de diferentes países, em que se verificou que o que é considerado privado numa nação pode ser público noutra<sup>3</sup>. Também ao longo das épocas o conceito de «privado» se foi alterando, não se podendo enquadrar da mesma forma, por exemplo, as instituições medievais e do Antigo Regime e as instituições surgidas após a Revolução Francesa ou após a instauração da República<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Note-se que o substantivo comum «arquivo» é aqui usado como sinónimo de «conjunto de documentos com a mesma proveniência» e não como serviço/departamento de uma organização ou como designando o local de armazenamento de documentos. Sobre a questão, conferir a entrada «Arquivo» em ALVES, Ivone e outros — *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

<sup>2</sup> «Privado: adjetivo; 1. que não é público; particular; 2. que não diz respeito aos assuntos públicos; 3. que não pertence ao Estado; privatizado; 4. individual; 5. íntimo; pessoal». In <<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-ao/privado>>. [Consulta realizada em 24.04.2010].

<sup>3</sup> SETON, Rosemary E. — *The preservation and administration of private archives: a RAMP study*. Paris: UNESCO, 1984.

<sup>4</sup> Por exemplo, em Portugal, durante a Idade Média os reis depositavam os seus documentos nos arquivos religiosos e, embora tenham começado a ser centralizados no Arquivo da Casa da

Restringindo a questão aos arquivos, em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 16/93 (Lei de Bases dos Arquivos Portugueses), sendo definido quanto à sua titularidade<sup>5</sup>, um arquivo é privado «quando reunido por uma entidade privada», por oposição a um arquivo público que o é «quando reunido por uma entidade pública».

Por ser insuficiente e equívoca<sup>6</sup>, esta definição foi revista e o artigo revogado<sup>7</sup>, passando a referir-se que os arquivos devem «ser distinguidos, com base na respectiva proveniência», dividindo-se «em arquivos públicos e arquivos privados», especificando que «são arquivos privados os produzidos por entidades privadas». Acrescenta, ainda, que, entre os arquivos privados, se distinguem os «arquivos de pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público e arquivos de pessoas singulares<sup>8</sup> ou colectivas<sup>9</sup> privadas».

---

Coroa, até ao século XVIII, os arquivos oficiais/reais mantiveram um carácter privado; só após 1820 foi criada a ideia de Arquivo Nacional e liberalizado o acesso aos documentos. Neste contexto, já Alexandre Herculano discute a dualidade público/privado, quando considera que, por terem prestado um serviço público na produção de documentos (os seus treslados tinham o valor de originais), os mosteiros não podiam considerar os seus cartórios privados. Conf. HERCULANO, Alexandre — *Opusculos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, tomo I, p. 207-251.

<sup>5</sup> Decreto-lei 16/93, de 23 de Outubro: Artigo 9º, «Categoria de arquivos», alínea b) «Quanto à titularidade».

<sup>6</sup> O que significa para o legislador «reunir»? Significa produzir? Significa acumular? Ou é o mesmo que «coleccionar»?

<sup>7</sup> A alínea b) foi revogada pelo art.º 81º («Categorias dos arquivos») da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

<sup>8</sup> «Pessoa singular: É um termo do direito, que tem de *pessoa* um conceito distinto e mais lato do que a noção corrente. Há sujeitos de direitos (isto é, entes com aptidão para serem titulares de direitos subjectivos, ou, para o direito, *pessoas*) que não são seres humanos, mas criações sociais, como as sociedades, as associações, etc., que são designados por *pessoas colectivas* ou *pessoas morais*. *Pessoa singular* designa assim, por contraposição a *pessoa colectiva*, o ser humano, a pessoa física. Em Portugal é uma designação que é geralmente entendida pelo comum das pessoas, em larga parte como efeito do nome dado ao imposto sobre o rendimento das pessoas físicas, doutra forma é provável que o termo continuasse confinado à linguagem dos juristas». In <<http://forum.wordreference.com/showthread.php?t=1918068>>. [Consulta realizada em 24.04.2011].

Será que esta definição enquadra legalmente os vários tipos de arquivos privados que sabemos existir – *grosso modo*, pessoais, familiares, institucionais, empresariais, religiosos...? Para uma resposta ajuizada, é necessário o recurso à Constituição da República Portuguesa, ao Código Civil, ao Código Comercial e ao Código do Direito Canónico.

Começando pelos arquivos de *personas singulares*, sobre os quais subsistem menos dúvidas, podemos incluir os arquivos pessoais e, a nosso ver, os arquivos de família. Isto porque, por um lado, embora a família seja formada por um conjunto de pessoas que se interrelaciona organicamente, a verdade é que não encontramos um acto fundador na sua génese, nem lhe são conhecidos órgãos de gestão, não se enquadrando, portanto, em nenhuma das formas de associação para pessoas colectivas; por outro lado, um arquivo familiar é constituído pelos arquivos pessoais<sup>10</sup> de várias gerações que se vão integrando, de herança em herança, de casamento em casamento e que, por força desse inter-relacionamento, têm uma estrutura orgânica.

Quanto aos arquivos de *personas colectivas*, o Código Civil indica duas espécies fundamentais: Associações (agrupam pessoas)<sup>11</sup> e Fundações (agregam bens)<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> «Pessoas colectiva: unidade jurídica que resulta de um agrupamento humano organizado, independente dos indivíduos que o formam e capaz de contrair obrigações e exercer direitos». In <<http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/pessoa>>. [Consulta realizada em 24.04.2011].

<sup>10</sup> Se aceitarmos a definição de Duchein quanto à proveniência, temos que um fundo é um conjunto que se basta a si mesmo, cuja unidade não pode ser quebrada e que, para que uma entidade seja considerada criadora de um fundo, é necessário e suficiente que possua uma «existência jurídica e um nível de consciência própria. É este o caso de todas as pessoas». DUCHEIN, Michel — *Le respect des fonds en archivistique*. «Études d'archivistique 1957-1992». Association des Archivistes Français, 1992, p. 9-34 (reedição de La Gazette des archives, n.º 97 [2º trimestre 1977], p. 71-96) *apud* DUCROT, Ariane — *A classificação dos arquivos pessoais e familiares*. «Revista de Estudos Históricos». Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV: vol. 11, n.º 21 (1998), p. 151-168.

<sup>11</sup> *Código Civil* – arts. 167º e seguintes – «Associações».

<sup>12</sup> *Código Civil* – arts. 185º e seguintes – «Fundações».

i) Associações – Colectividade de indivíduos («associados») que se agrupa para a realização de uma finalidade comum. Só o elemento pessoal é relevante; pode existir uma corporação sem que lhe pertença património.

ii) Fundações – Só o elemento patrimonial é relevante; a actividade pessoal necessária à prossecução da finalidade fundacional está subordinada à afectação patrimonial.

A definição de «pessoa colectiva» abrange ainda a «sociedade»<sup>13</sup>, uma associação privada com fim económico lucrativo (sociedade comercial ou sociedade civil sob a forma comercial)<sup>14</sup>.

Assim, enquanto sociedades, podemos encontrar os arquivos de:

i) Sociedades comerciais (Sociedades em nome colectivo; Sociedades anónimas; Sociedades em comandita; e Sociedades por quotas; neste último caso, temos que ressaltar a Sociedade Unipessoal por Quotas (SUQ)<sup>15</sup>, por poder sair do contexto das pessoas colectivas);

ii) Sociedades civis sob forma comercial (sem objectivo de praticar o comércio mas com Personalidade Jurídica e sujeitas às disposições do Código das Sociedades Comerciais);

iii) Sociedades civis simples (não têm por objecto a prática de actos comerciais e estão sujeitas ao Código Civil)<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> No art. 157º do Código Civil, o legislador entendeu que há três tipos de Pessoas Colectivas (Associações, Fundações e Sociedades).

<sup>14</sup> De notar que estes conceitos de formas societárias começam a ser previstos em 1833, com o aparecimento do Código Comercial.

<sup>15</sup> A sociedade unipessoal por quotas é constituída por um sócio único, pessoa singular ou colectiva, que é o titular da totalidade do capital. In <[http://emprego.universia.pt/contenidosHTML/empreendedores/formas\\_juridicas/...](http://emprego.universia.pt/contenidosHTML/empreendedores/formas_juridicas/...)>. [Consulta realizada em 24.04.2011].

<sup>16</sup> Aplicam-se-lhes as disposições do art. 980º e seguintes do Código Civil.

Contudo, o exercício da actividade empresarial pode revestir outras formas jurídicas, não exigindo necessariamente a constituição de uma sociedade (embora esta seja a estrutura típica das empresas); além disso, a actividade não será, obrigatoriamente, exercida por uma pessoa colectiva. Actualmente são possíveis outras opções como: o Empresário em nome individual, o «EIRL» e as Cooperativas<sup>17</sup>:

i) Empresário em nome individual (ENI) – Trata-se de uma «empresa» titulada por uma só pessoa singular, que afecta bens próprios à exploração da sua actividade económica, não estando definido nenhum capital mínimo.

ii) EIRL (Estabelecimento individual de responsabilidade limitada) – Pode ser constituído por qualquer pessoa singular que exerça ou pretenda exercer uma actividade comercial, afectando a este estabelecimento uma parte do seu património, cujo valor representará o capital inicial do estabelecimento<sup>18</sup>.

iii) Cooperativas – As cooperativas «são pessoas colectivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreatajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles»<sup>19</sup>.

Porque são particularizadas na Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, há que referir ainda as *pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público* que incluem, por exemplo, as sociedades anónimas de capitais públicos, as

---

<sup>17</sup> Conf. <[http://emprego.universia.pt/contenidosHTML/empreendedores/formas\\_juridicas/...](http://emprego.universia.pt/contenidosHTML/empreendedores/formas_juridicas/...)>. [Consulta realizada em 24.04.2011].

<sup>18</sup> Decreto-Lei n.º 248/86 de 25 de Agosto.

<sup>19</sup> De acordo com o artigo 2º do Código Cooperativo (Lei n.º 51/96 de 7 de Setembro).

empresas concessionárias de obras e de serviços públicos e as instituições particulares de solidariedade social<sup>20</sup>.

Não podemos deixar, ainda, de referir os arquivos das instituições religiosas<sup>21</sup> que, embora cabendo dentro da definição de «arquivos privados», não são referidos especificamente na Lei n.º 107/2001. Concretamente, «a República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica»<sup>22</sup> e admite, no geral, que «as associações e fundações com fins religiosos podem adquirir personalidade jurídica no termos previstos no Código Civil para as pessoas colectivas privadas, ficando então sujeitas às respectivas normas...»<sup>23</sup> (são as *peçoas colectivas privadas com fins religiosos*) ou podem inscrever-se no registo das *peçoas colectivas religiosas* (caso não se incluam no grupo anteriormente referido), sem prejuízo do referido na Lei n.º 16/2001 de 22 de Junho («Lei da Liberdade Religiosa»): «as igrejas e comunidades religiosas são comunidades sociais organizadas e duradouras»<sup>24</sup>, encontrando-se «separadas do Estado»<sup>25</sup>.

---

<sup>20</sup> Conf. < [http://www.cadvogados.pt/files/\\_Contratos\\_Publicos\\_4a1d5336add9e.pdf](http://www.cadvogados.pt/files/_Contratos_Publicos_4a1d5336add9e.pdf)>. [Consulta realizada em 14.05.2011]. Sobre a mesma questão, ver também <<http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/7fc0bd52c6f5cd5a802568c0003fb410/05db01f1feb2d0c78025661700420f49?OpenDocument>>. [Consulta realizada em 14.05.2011] onde se afirma que «Como "entidades públicas" se apresentam, ainda, as demais pessoas colectivas de direito público. Mas não só: a mesma qualificação se ajusta, para efeitos da Lei n.º 64/93, a certas pessoas colectivas de direito privado. Trata-se, com efeito, das empresas públicas e das sociedades anónimas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos (por força da lei ou dos respectivos estatutos)» o que confirma a questão levantada inicialmente sobre a dificuldade de estabelecer o que é «privado».

<sup>21</sup> Pessoa moral: «grupo de indivíduos ou instituições aos quais se reconhecem direitos e deveres». In <<http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/pessoa>>. [Consulta realizada em 24.04.2011].

<sup>22</sup> Artigo 1º, alínea 2 da Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004 (Aprova, para ratificação, a Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, assinada em 18 de Maio de 2004 na Cidade do Vaticano).

<sup>23</sup> Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho (Lei da Liberdade Religiosa), Artigo 44º, «Pessoas colectivas privadas com fins religiosos».

<sup>24</sup> Artigo 20º, «Igrejas e comunidades religiosas».

<sup>25</sup> Artigo 3º, «Princípio da separação».



Parece-nos manifesta a grande diversidade de arquivos privados, assim como a inexistência de um quadro legislativo claro no que respeita à sua definição. Esta dificuldade será devida não só à variedade de arquivos como à modernidade do assunto. De notar que, até ao século XIX, a questão dos arquivos privados nem se teria colocado, uma vez que, de acordo com o estabelecido no manual dos arquivistas holandeses, em 1898, só era considerado arquivo aquele que tivesse carácter público. Esta ideia ainda foi defendida em 1937 por Hilary Jenkinson, mas, gradualmente abandonada, a partir de Schellenberg que, embora definisse os arquivos privados como colecções orgânicas<sup>26</sup>, considerava que se tratava de verdadeiros arquivos.

Ultrapassando as questões técnicas da Arquivística, são ainda de referir algumas particularidades no respeitante a este tipo de arquivos. São elas, nomeadamente, a necessidade de aplicação da legislação de forma retrospectiva (por exemplo, tentado fazer corresponder uma empresa do século XVIII a uma das formas empresariais do século XX) ou as dificuldades causadas pela grande mobilidade física dos documentos (no caso das famílias, por exemplo, o eventual espartilhamento causado pelas divisões por herança; no caso das empresas, as mudanças de instalações motivadas por alterações de propriedade ou por nacionalizações/privatizações). Estas situações podem dificultar a determinação da origem produtora dos documentos e até tornar complexa a sua identificação enquanto públicos ou privados.

---

<sup>26</sup> PEIXOTO, Pedro de Abreu — *Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal*. «Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação – Cadernos BAD». Lisboa: APBAD, n.º 1 (2002), p. 77-90.

## 1.2. Importância dos Arquivos Privados

Os arquivos privados comportam uma parte relevante da memória humana. Ao longo da História, se, por um lado, o desenvolvimento social resultou de uma inter-relação entre autoridades públicas e partes privadas, por outro, nem sempre a realidade retratada nos documentos públicos espelha a verdade dos factos. Além disto, «muitos dos arquivos privados contêm documentação de natureza pública, em consequência de funções ocupadas pelos seus produtores que quiseram conservar perto de si os seus documentos oficiais [...]. Os documentos privados são, portanto, o complemento necessário dos arquivos públicos, dado que permitem muitas vezes rectificar uma visão do passado que, sem eles, seria excessivamente administrativa»<sup>27</sup>.

Sem os arquivos privados, as fontes da história comum portuguesa estão incompletas; por oposição, a investigação científica (histórica ou outra) só tem a ganhar, desenvolvendo-se e adquirindo novos contornos perante a possibilidade de acesso à informação contida neste tipo de arquivos. Aliás, foram «os arquivos familiares e particulares que, designadamente em França, permitiram há anos, aquando da sua disponibilização ao público e aos investigadores, uma notável viragem na historiografia francesa do séc. XVIII»<sup>28</sup>.

A possibilidade de, através da documentação privada, ter acesso ao domínio da vida das famílias e dos indivíduos – de outra forma invisível – permite-nos apreciar não só as relações que se desenvolvem internamente mas também a dinâmica das relações com a sociedade, em geral. E a grande variedade

---

<sup>27</sup> HILDESHEIMER, Françoise — *Les archives privées. Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*. Paris: Éditions Christian, D. L. 1990.

<sup>28</sup> LAGE, Maria Otília Pereira — *Terras do Vale do Sousa e biografias de sucesso, no quadro das migrações de longa distância: novas fontes a explorar. A contribuição dos arquivos de família*. In «2º Congresso Histórico de Guimarães. História local II. População e sociedade. Evolução de comportamentos (séc. XVI a XX). Actas». [S. l.]: C. M. Guimarães, Universidade do Minho, 1996, vol. 7, p. 45-96.

documental existente nos arquivos pessoais e familiares, ao ser cruzada com as fontes do domínio público, complementa e enriquece a percepção do funcionamento de uma sociedade.

Sendo incontestável que, ao entrarmos no campo das biografias e das histórias de família, avançamos para uma nova dimensão do estudo das sociedades, verificamos, também, que, se considerarmos a história dos indivíduos ou das famílias, esta nos abre os horizontes para outros contextos (económicos e políticos, mas também das mentalidades, da demografia, da genealogia, da história local...) e, sobretudo, para novos campos da história, como a história da vida privada, a história das mulheres, a história da criança, etc.

É nos arquivos pessoais e familiares que, frequentemente, podemos encontrar a explicação para comportamentos públicos – sociais ou políticos – doutra forma incompreensíveis. E essa informação pode estar contida em documentos tão insuspeitos como um diário pessoal, uma carta trocada entre amigos, um registo de receitas e despesas de uma casa ou as memórias genealógicas de uma família<sup>29</sup>.

Quanto aos arquivos empresariais, a sua importância é enfatizada por Amado Mendes quando refere que a importância da história empresarial está ao nível da história das mulheres: «tendo em linha de conta os progressos alcançados..., a história, tal como nós a conhecemos, deveria ser reescrita, a fim de não ficar amputada de uma parte considerável»<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> MACEDO, Ana Maria Costa — *Arquivos de família e história local*. In «2º Congresso Histórico de Guimarães. História local II. População e sociedade. Evolução de comportamentos (séc. XVI a XX). Actas». [S. l.]: C. M. Guimarães, Universidade do Minho, 1996, vol. 7, p. 101-110.

<sup>30</sup> MENDES, José Amado — *Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa*. 1º Encontro Internacional de Arquivos Empresariais «Arquivos empresariais: novos desafios, novas soluções», organizado pela BAD em Lisboa, 23-24 Novembro, 2001, p. 2.

Ao serem «testemunhas de fenómenos de grande extensão», «os arquivos do sector associativo e empresarial» «trazem contribuições muito importantes à pesquisa em história económica e social, nomeadamente nos campos da cultura empresarial, dos mecanismos de comércio, das relações entre agentes do sector, preços, tipos de produtos, etc.<sup>31</sup>.

O estudo da documentação produzida pelas empresas (mesmo que sejam de pequena dimensão) pode ser de fundamental importância para um melhor conhecimento da história local e regional, ou mesmo para a caracterização do estado de evolução tecnológica/processo de industrialização (neste sentido, eles fazem parte do património industrial). O acesso aos seus arquivos permite, também, que se realize investigação sobre a história do trabalho e dos trabalhadores, sobre a história dos empresários, «história das técnicas, história da moda, para não citar senão alguns exemplos»<sup>32</sup>.

De notar que, «segundo um levantamento feito recentemente («Fortunas e Negócios», Janeiro de 2001, p. 37), existem em Portugal 260 empresas com mais de 100 anos, as quais foram criadas entre finais do século XVII e 1900»<sup>33</sup>. Como exemplo, podemos citar a J. B. Fernandes, estabelecida em 1778 (1781, segundo a própria empresa) a ocupar o n.º 97 das «The 100 Oldest Companies in the World»<sup>34</sup>. Mas também a Jerónimo Martins (1792)<sup>35</sup>, assim como grande parte

---

<sup>31</sup> HILDESHEIMER, Françoise — *Les archives privées. Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*. Paris: Éditions Christian, D. L. 1990.

<sup>32</sup> GILLE, Bertrand — *Les archives d'entreprises*. Paris: Imprimerie National, 1958 *apud* MENDES, José Amado — *Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa*. 1º Encontro Internacional de Arquivos Empresariais «Arquivos empresariais: novos desafios, novas soluções», organizado pela BAD em Lisboa, 23-24 Novembro, 2001, p. 2.

<sup>33</sup> *Dossier: As empresas que sobreviveram ao século XX*. «Fortunas & Negócios», n.º 106 (Janeiro de 2001), p. 37-52 *apud* MENDES, José Amado — *Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa*. 1º Encontro Internacional de Arquivos Empresariais «Arquivos empresariais: novos desafios, novas soluções», organizado pela BAD em Lisboa, 23-24 Novembro, 2001, p. 2.

<sup>34</sup> «The expert in family business, Professor William O'Hara, in one of his books mentioned about family business the following: «Before the multinational corporation, there was family business. Before the Industrial Revolution, there was family business». «These firms can surely

das casas do sector do vinho do Porto podem ser nomeadas (Warre & Cia., 1670; Croft, 1678; Quarles Harris & Cia., 1680; Taylor, Fladgate & Yeatman, 1692, só para mencionarmos as criadas durante o século XVII). Particularmente no caso das empresas, a boa manutenção dos arquivos, além de essencial para a investigação científica, é uma mais-valia para a própria empresa, facto nem sempre percebido pelos respectivos dirigentes. Começando pelas vantagens que advêm da organização dos seus documentos contemporâneos (optimização da circulação da informação, poupança de espaço físico, facilidade de recuperação da informação), mas indo mais longe e vendo o potencial estratégico dos seus arquivos como parte integrante daquilo que define a sua «cultura de empresa»<sup>36</sup>.

Embora saiam fora do âmbito deste trabalho, são de referir, dada a sua importância, os arquivos religiosos. De notar que durante toda a Idade Média e ao longo da Época Moderna, os mosteiros e conventos funcionaram como

---

state that they managed to outlast governments, nations and cities. But most importantly these family businesses outlasted once mighty transnational corporations». In <<http://www.bizaims.com/content/the-100-oldest-companies-world>>. [Consulta realizada em 26.06.2011].

<sup>35</sup> Conf. <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/9111\\_LICOES+DAS+EMPRESAS+MAIS+ANTIGAS+DO+MUNDO](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/9111_LICOES+DAS+EMPRESAS+MAIS+ANTIGAS+DO+MUNDO)>. [Consulta realizada em 26.06.2011].

<sup>36</sup> A «cultura de empresa» é um novo ramo do saber surgido nas últimas décadas do século XX. Fenómeno para o qual não há unanimidade de explicação, a «cultura de empresa» é, para uns, não mais que uma conjuntura favorável aproveitada pelos técnicos de *marketing*; para outros, uma modernização das disciplinas de gestão. Da cultura da empresa fazem parte os valores e os símbolos, os ritos e os modos de comunicação, as estratégias e os objectivos, a imagem de marca e o vigor competitivo. Por representar conhecimentos para «agir, analisar e decidir», a cultura da empresa está subjacente em muitas das acções do mundo empresarial como o recrutamento dos colaboradores ou na definição de objectivos/estratégias. Uma temática tão vasta só pode ser abordada com recurso ao arquivo da própria empresa, onde se devem poder encontrar documentos tão diversos como «relatórios, balanços, publicidade, correspondência, catálogos, ... normas e regulamentos». A cultura da empresa é, do ponto de vista imaterial, aquilo que pode dar a uma empresa vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes (Conf. MENDES, José Amado — *Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa*. 1º Encontro Internacional de Arquivos Empresariais «Arquivos empresariais: novos desafios, novas soluções», organizado pela BAD em Lisboa, 23-24 Novembro, 2001).

verdadeiros centros de documentação, produzindo e conservando livros e documentos próprios mas também prestando esse serviço a reis e senhores. Por essa razão, mesmo após a criação do conceito do Arquivo Nacional, os arquivos e bibliotecas religiosos mantinham documentação que, embora por eles produzida, lhes não pertencia. Por isso, em 1853, por encargo da Academia Real das Ciências, Alexandre Herculano percorreu o país com o intuito de inventariar e recolher os documentos «públicos» existentes nos arquivos episcopais e nos mosteiros, tendo-se deparado com grandes dificuldades de acesso e com o mau estado geral da documentação<sup>37</sup>. Até à extinção da Ordens Religiosas (1834), continuaram a existir os arquivos diocesanos (Mitra, Câmara Eclesiástica, Cabido, Secretaria, Tribunal...) e os arquivos paroquiais (produtores, por exemplo, dos importantes Registos Paroquiais – nascimentos, baptizados, casamentos e óbitos –, que se podem localizar a partir de 1462, mais de 100 anos antes do Concílio de Trento ter declarado obrigatório, em 1563, o registo dos actos vitais, neste caso, o baptizado e casamento; o registo do óbito só seria tornado obrigatório em 1614)<sup>38</sup>. A partir de 1862, passou a ser obrigatória a incorporação na Torre do Tombo dos cartórios de todas as corporações religiosas e igrejas anteriores a 1600. Contudo, só no século XX, a partir do Decreto de 18 de Fevereiro de 1911, se passaria à secularização definitiva dos registos paroquiais, com as seguintes determinações: o princípio da obrigatoriedade da inscrição no registo civil dos factos a ele sujeitos; que tal obrigatoriedade abrangeria todos os indivíduos independentemente da sua confissão religiosa; confiar a realização do registo a funcionários civis

---

<sup>37</sup> Conf. HERCULANO, Alexandre — *Opusculos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, tomo I, p. 207-251.

<sup>38</sup> MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira — *Memória arquivística medieval e moderna: os principais fundos arquivísticos portugueses*. «In'CID». [Porto]: Universidade Portucalense, n.º 1 (2004), p. 59-75.

privativos; fixar a precedência obrigatória do registo civil sobre as cerimónias religiosas correspondentes<sup>39</sup>.

É de enfatizar a importante contribuição que os arquivos privados – pessoais, familiares, empresariais, religiosos – «podem trazer, com a possibilidade que abrem de aprofundamento e renovação de aspectos e temas pouco explorados...»<sup>40</sup> e com a «pluralização» da memória: em vez de contarmos com uma só memória – a oficial, «unipolar e de pensamento único»<sup>41</sup> –, os documentos privados dão-nos acesso a uma pluralidade de memórias.

Por estas razões se tem assistido nos últimos anos em todo o Mundo ao aparecimento de centros de documentação e arquivos que giram, precisamente, em volta de arquivos privados e que se constituem, simultaneamente, em centros de investigação e de inovação.

### 1.3. Problemas suscitados pelos Arquivos Privados

De forma a preservar a sua identidade, a Humanidade necessita de conservar a informação registada nos documentos, abraçando o conceito de que um documento é um monumento<sup>42</sup> (mesmo quando o seu suporte deixa de ser o papel...). Para que a memória seja preservada e os investigadores tenham

---

<sup>39</sup> Conf. <[http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/a\\_registral/registo-civil/docs-do-civil/enquadramento-historico/](http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/a_registral/registo-civil/docs-do-civil/enquadramento-historico/)>. [Consulta realizada em 04.07.2011].

<sup>40</sup> LAGE, Maria Otilia Pereira — *Terras do Vale do Sousa e biografias de sucesso, no quadro das migrações de longa distância: novas fontes a explorar. A contribuição dos arquivos de família*. In «2º Congresso Histórico de Guimarães. História local II. População e sociedade. Evolução de comportamentos (séc. XVI a XX). Actas». [S. l.]: C. M. Guimarães, Universidade do Minho, 1996, vol. 7, p. 45-96.

<sup>41</sup> HILDESHEIMER, Françoise — *Les archives privées. Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*. Paris: Éditions Christian, D. L. 1990.

<sup>42</sup> Conf. MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira — *Memória arquivística medieval e moderna: os principais fundos arquivísticos portugueses*. «In’Cid». [Porto]: Universidade Portucalense, n.º 1 (2004), p. 59-75.

acesso aos documentos, é necessário estabelecer medidas para a sua salvaguarda e posterior disponibilização.

Tratando-se de arquivos privados, várias são as questões que se colocam para que tal se verifique, a começar pela falta de vocação das entidades privadas para a boa organização e conservação dos seus arquivos. Mesmo as empresas – que só têm a lucrar com o adequado tratamento dos seus documentos – têm grande dificuldade em aceitar as despesas realizadas com este tipo de procedimento. E, em vez de preferirem manter arquivos organizados, com planos estruturados da selecção e eliminação, optam por acumular massas documentais disformes. Estas ocupam um dispendioso espaço físico mas são incapazes de produzir, porque a informação é impossível de recuperar. Poucas são ainda as empresas que perceberam verdadeiramente as vantagens de manter um sistema organizado de arquivo e muita informação valiosa se vai perdendo entretanto. Por vezes, aparecem as excepções e há a vontade para intervir nos arquivos mas tal não se concretiza, sempre por questões financeiras: porque não há dinheiro para o arquivista, porque não há dinheiro para os materiais de restauro e conservação, porque não há dinheiro para realização de obras que tornem o depósito um local com as condições necessárias para a conservação de documentos, porque não há dinheiro para pagar o espaço para o depósito...

As questões técnicas relacionadas com a organização deste tipo de arquivos, por seu lado, também não são fáceis. Principalmente nos arquivos pessoais e familiares, frequentemente dispersos, pode encontrar-se documentação de muitos tipos (o que mantém acesa a discussão de estarmos perante arquivos ou colecções), desde documentos manuscritos a recortes de jornais, filmes e fotografias, livros e outros objectos... cada tipo requerendo descrições específicas, condições de acondicionamento próprias... Mais ainda, dadas as suas características, muita da informação contida nestes documentos é sensível.



Há que haver grande cuidado na sua descrição e na qualidade da informação que é disponibilizada, não perdendo de vista que o objectivo da organização de um arquivo é o acesso – livre – à informação.

Apesar da importância cada vez mais reconhecida – e não seguindo o exemplo de outros países<sup>43</sup> –, em Portugal, pouco tem sido feito no que respeita aos arquivos privados. Espera-se ainda pelo estabelecimento de uma política nacional, falta legislação específica, falta um recenseamento destes arquivos. Em França, por exemplo, um primeiro inquérito deste tipo foi levado a cabo em 1923, sendo tornado sistemático a partir de 1949, com a criação, nos Arquivos Nacionais, de um serviço dedicado aos arquivos privados<sup>44</sup>.

Neste momento, para a protecção dos arquivos, dispomos do Art. n.º 21 do Decreto-Lei 16/93 que ressalva que «os arquivos e os documentos que, pelo seu relevante valor informativo ou probatório, devam merecer especial protecção constituem objecto de classificação pelo Governo...». Nesse sentido, o decreto limita a sua transferência para o exterior ou a sua alienação – quando classificado ou em vias de classificação – estando essa alteração sujeita a autorização governamental.

---

<sup>43</sup> Nem sempre o contributo para a salvaguarda dos arquivos privados vem da parte do Estado. Nos EUA, por exemplo, a Universidade de Harvard e o Massachusetts Institute of Technology criaram, em 1925, um centro de estudos encarregado de recolher e organizar arquivos empresariais. Já na Alemanha, em 1906, a Câmara de Comércio de Colónia criou o Rheinisch-Westfälischer Wirtschaftarchiv, arquivo regional de natureza económica, que incorporou os arquivos das Câmaras de Comércio e de inúmeras pequenas empresas da região. Recentemente, o governo alemão criou uma comissão especial com a função de assessorar as empresas que o solicitem em matéria de conservação e organização de acervos documentais de interesse histórico. Na Finlândia, por seu lado, ainda antes de 1900, foi fundado um arquivo para recolha de documentação de origem empresarial – ELKA – que mantém também um recenseamento destes arquivos (5.682 contabilizados em 1995). Para terminar, o exemplo da Espanha que iniciou já em 1978 o seu trabalho de recenseamento dos arquivos empresariais.

<sup>44</sup> PEIXOTO, Pedro de Abreu — *Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal*. «Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação – Cadernos BAD». Lisboa: APBAD, n.º 1 (2002), p. 77-90.

De acordo com Art. n.º 1945 do mesmo decreto, os proprietários ou possuidores de fundos, colecções ou documentos susceptíveis de integrar o património arquivístico protegido têm o dever de os manifestar junto do órgão de gestão, apontado o caminho para a protecção estatal sobre os documentos de valor histórico, nomeadamente os provenientes de instituições da sociedade civil. Esta situação de colaboração entre particulares e Estado, aparentemente simples (o proprietário do arquivo declara-o ao Estado, o Estado procede à sua classificação, o proprietário fica obrigado a conservar o património arquivístico, o Estado colabora nessa manutenção ou com apoio técnico ou com apoio financeiro), não parece ter tido grande aplicação prática. Primeiro, porque nem todos os arquivos privados são passíveis de serem classificados. Segundo, porque o património arquivístico não é declarado pelos detentores, quer por receio de expropriação, quer por receio de aumento de encargos. Terceiro, porque, mesmo que a lei fosse aplicada, a abertura desse arquivo à consulta, sem a sua incorporação num Arquivo Público, poderia não ser viável (é preciso não esquecer que estamos a falar, muitas vezes, de casas de família que, mesmo que reúnam as condições para manterem um arquivo organizado, não têm a obrigação de abrir as suas portas a estranhos).

No que diz respeito, especificamente, aos arquivos empresariais, existe o Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de Outubro, que estabelece normas relativas à salvaguarda de arquivos e bens culturais pertencentes a empresas privadas.

---

<sup>45</sup> «Dever de manifesto: aos proprietários ou possuidores de fundos, colecções ou documentos susceptíveis de integrar o património arquivístico protegido incumbe o dever de os manifestar junto do órgão de gestão» (Artigo 19º do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro. *Diário da República*, I Série-A, n.º 19).

«Dever de conservação: 1- Os detentores de fundos, de colecções ou de documentos classificados estão obrigados a conservá-los, de acordo com as regras arquivísticas nacionais; 3- Ao dever de conservação estabelecido neste artigo corresponde o direito de apoio técnico e, em termos a definir por portaria do membro do Governo que superintende na política arquivística, ao apoio financeiro» (Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro. *Diário da República*, I Série-A, n.º 19).

Não obstante, além de também se ter mostrado «totalmente inoperante, apresenta um inacreditável último artigo que deixa ao mais completo livre-arbítrio do político de serviço no Ministério da Cultura a obrigatoriedade das empresas conservarem os seus arquivos históricos, dado o mesmo anular por completo todo o articulado anterior»<sup>46</sup>.

No geral, é evidente a falta de «legislação protectora por parte do Estado»<sup>47</sup> que obriga ao dever de manifesto e ao dever de conservação, mas pouco oferece em troca. De notar que são diminutos os casos de incorporação de arquivos privados em Arquivos Públicos (quer seja por compra, dação, depósito ou doação), como são raros os casos de colaboração de técnicos de Arquivos Públicos nos projectos de organização de arquivos privados. Por muito boa vontade que, digamos, um Arquivo Distrital tenha, nem as suas instalações comportam a incorporação continuada de documentos privados, nem o seu quadro de funcionários permite a libertação de técnicos para trabalho externo.

Não partindo do pressuposto que o Estado tem que financiar sempre a conservação dos arquivos privados, será, contudo, ajuizado considerar que a sua intervenção não se pode limitar à produção de legislação «protectora» pouco eficaz. É necessária a sua intervenção no estabelecimento de procedimentos positivos quanto aos arquivos privados: um recenseamento que permita conhecer os arquivos existentes, considerando a sua pertinência (dependendo do ponto de vista, os documentos guardados por uma família trabalhadora podem ser tão importantes como o arquivo de uma grande empresa); o planeamento dos níveis de actuação possíveis, que podem variar mediante a qualidade do arquivo, a precaridade da sua situação, ou capacidade

---

<sup>46</sup> CORDEIRO, José Manuel Lopes — *Uma tarefa urgente: salvar arquivos de empresa*. «Forum». Braga: n.º 32 (2003), p. 97-134.

<sup>47</sup> MACEDO, Ana Maria Costa — *Arquivos de família e história local*. In «2º Congresso Histórico de Guimarães. História local II. População e sociedade. Evolução de comportamentos (séc. XVI a XX). Actas». [S. l.] : C. M. Guimarães, Universidade do Minho, 1996, vol. 7, p. 101-110.

de intervenção do proprietário (se o arquivo estiver em perigo, deve ser resgatado, mas se o proprietário quiser mantê-lo, pode optar-se pela sua digitalização); o estabelecimento de parcerias para o tratamento desses arquivos (por exemplo, entre privados e Arquivos Públicos ou entre privados e Universidades)...

Contudo, a questão quanto à preservação dos arquivos privados (e dos arquivos, em geral) torna-se cada vez mais premente, considerando que esta decisão sobre a conservação da memória/documento «deixou de ser um problema que se põe *a posteriori*, isto é, muito tempo depois da informação ser produzida e após uma análise do seu valor como bem cultural, como fonte para a investigação...». «Na era do digital, a conservação da memória passou a ser um imperativo imediato, uma decisão a tomar no acto da criação da própria informação, sob pena de, posteriormente, não ser possível mantê-la...»<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> RIBEIRO, Fernanda — *Gestão da Informação/Preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?* <Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF>>. [Consulta realizada em 10.12.2010], p. 8. Além da duplicação exagerada de documentos, propiciada pelo fácil acesso a faxes, impressoras e fotocopiadoras, que implicará eliminações obrigatórias (obviamente fundamentadas em rigorosos critérios de avaliação e selecção), torna-se necessária a migração atempada de suporte, por via das constantes evoluções a nível informático (quer a nível do *hardware* – os computadores, os *scanners*... – quer a nível do *software* – os programas que usamos para escrever um texto (o «Word», por exemplo) ou os programas que usamos para digitalizar uma imagem).

## 2. O património arquivístico do sector do vinho do Porto

### 2.1. Arquivos pessoais, familiares, empresariais e institucionais no sector do vinho do Porto

O vinho do Porto representou, durante mais de trezentos anos, um dos mais importantes, senão o mais importante, produto da economia portuguesa. Com uma forte e precoce vocação mercantil, dominou, ao longo dos séculos XVIII e XIX, as exportações de origem nacional e determinou políticas específicas de defesa e controlo da marca. Da produção ao comércio, passando pelas actividades de transporte, envelhecimento e lotações, ou ainda pela acção das entidades reguladoras e pelas diversas formas de controlo e fiscalidade, os vinhos generosos produzidos na região vinhateira do Douro e exportados pelo Porto foram objecto de uma vastíssima documentação. Mais ainda se considerarmos a documentação anterior ao aparecimento da denominação «Porto» e à difusão de tecnologias específicas de produção vitivinícola, entre finais do século XVII e inícios do século XVIII<sup>49</sup>.

Esse extenso património documental encontra-se disperso por numerosos arquivos públicos e privados:

i) A começar pela Torre do Tombo, onde, além dos arquivos de origem pública (em que se incluem, por exemplo, os documentos relativos às Inquirições ou à Alfândega do Porto) e de origem mista (nomeadamente, Inquisição de Lamego ou Memórias Paroquiais), é possível encontrar arquivos de origem privada (como as Dioceses de Lamego ou Porto e os conventos da Ordem de Cister<sup>50</sup>).

---

<sup>49</sup> PEREIRA, Gaspar Martins; LEAL, Paula Montes — *Arquivos empresariais no sector do vinho do Porto*. «Arqueologia Industrial», 4ª série. Vol. II, n.º 1-2 (2006), p. 69-76.

<sup>50</sup> Neste caso, infelizmente, perdeu-se em incêndios, no século XIX, a maior parte da documentação dos ricos cartórios de Santa Maria de Salzedas, de S. João de Tarouca e de S.

ii) Em arquivos de diversos Ministérios, designadamente, no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>51</sup>; no Arquivo Histórico da Direcção Geral das Alfândegas<sup>52</sup>; no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças<sup>53</sup>; no Arquivo Histórico Ultramarino<sup>54</sup>; no Arquivo Histórico Parlamentar<sup>55</sup>; no Arquivo Histórico do Ministério da Agricultura<sup>56</sup>; e

---

Pedro das Águias. Conf. HERCULANO, Alexandre — *Opusculos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, tomo I, p. 207-251.

<sup>51</sup> O Arquivo Histórico-Diplomático está integrado na DBDA - Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A consulta da documentação está disponível para investigadores portugueses ou estrangeiros (ver <<http://www.mne.gov.pt/mne/pt/ministerio/id/biblioteca/>>. [Consulta realizada em 18.07.2011].

<sup>52</sup> O Arquivo Histórico da Direcção Geral das Alfândegas está depositado, devidamente catalogado e à disposição dos investigadores para consulta, na Biblioteca da DGAIEC (DDRP - Divisão de Documentação e Relações Públicas, no Largo do Terreiro do Trigo, em Lisboa). Conf. <[http://www.dgaiec.min-financas.pt/pt/quem\\_somos/arquivo\\_historico/notas\\_historicas/](http://www.dgaiec.min-financas.pt/pt/quem_somos/arquivo_historico/notas_historicas/)>. [Consulta realizada em 18.07.2011]. Ver também FONSECA, F. Belard da — *O Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa*. Lisboa: Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1950.

<sup>53</sup> O Arquivo da Direcção Geral da Fazenda Pública (que passou a denominar-se Arquivo Histórico do Ministério das Finanças pelo Decreto-Lei n.º 28.187 de 17 de Novembro de 1937) foi integrado nos então Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, em 1992. Ver <<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1414>>. [Consulta realizada em 18.07.2011]

<sup>54</sup> O Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) foi legalmente criado em 1931 com o objectivo de reunir num só local, em boas condições de segurança e conservação e disponível ao público, toda a documentação colonial que se encontrava dispersa, entre o século XVII e 1974-1975. Conf. <<http://www2.iict.pt/?idc=223>>. [Consulta realizada em 18.07.2011].

<sup>55</sup> O Arquivo Histórico Parlamentar possui todos os documentos produzidos e recebidos pela instituição Parlamentar no decurso da sua actividade, desde 1821 (Cortes Gerais) até à actualidade (Assembleia da República), abrangendo os 4 períodos históricos: a Monarquia Constitucional (1821-1910), a 1ª República (1910-1926), o Estado Novo (1935-1974) e a 3ª República (1974- ). Está disponível à consulta em <<http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Paginas/default.aspx>>. [Consulta realizada em 18.07.2011]. Outros materiais publicados: MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — *Roteiro de fontes para a história do Parlamento português: Arquivo Histórico Parlamentar (1834-1836)*. Lisboa: Assembleia da República; Porto: Afrontamento, 2000; e BORGES, Leonor Calvão — *Fontes para o estudo genealógico no Arquivo Histórico Parlamentar*. [Lisboa: s. n.], 2008.

<sup>56</sup> VER SEBORRO, Manuel (coord.) — *Inventário dos documentos do Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2002. O Arquivo é pesquisável

no Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações<sup>57</sup> (este em especial porque aí se conservam documentos relativos à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com relevo para as Demarcações Marianas, realizadas em 1788-1793).

iii) Em diversos Arquivos Distritais, em especial nos da Região Demarcada do Douro (Bragança<sup>58</sup>, Guarda<sup>59</sup>, Vila Real<sup>60</sup> e Viseu<sup>61</sup>) mas também no Arquivo Distrital do Porto<sup>62</sup>. De acordo com o Decreto-lei n.º 149/83, de 5 de Abril, entre outras funções, os Arquivos Distritais devem «recolher a documentação relativa

---

através de <<http://www1.dgpa.min-agricultura.pt/docbweb/psqbol.asp?NumberOfFields=4>>. [Consulta realizada em 18.07.2011].

<sup>57</sup> O Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações teve origem no arquivo geral criado em 1852 na Direcção-Geral de Obras Públicas e Minas, que foi reorganizado em 1868 como Repartição do Arquivo e Biblioteca. Como instrumentos de pesquisa, o Arquivo dispõe de inventários e catálogos; a pesquisa em linha está disponível através do programa Digitarq. Ver <<http://www.bahop.moptc.pt/cs2.asp?idcat=2450>>. [Consulta realizada 18.07.2011].

<sup>58</sup> Ver <<http://adbgc.dgarq.gov.pt/>>. [Consulta realizada 18.07.2011]. Está disponível a pesquisa em linha através do programa Digitarq. Existe também ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA — *Guia do Arquivo Distrital de Bragança*. Bragança: Arquivo Distrital; [Lisboa]: Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, 1999.

<sup>59</sup> Ver <<http://www.adguarda.pt/>>. [Consulta realizada 18.07.2011]. Está disponível a pesquisa em linha através do programa Digitarq. Também FALCÃO, Maria Cecília — *Guia do Arquivo Distrital da Guarda*. Guarda: Arquivo Distrital da Guarda, 1987.

<sup>60</sup> Ver <<http://www.advrl.org.pt/>>. [Consulta realizada 18.07.2011]. Está disponível a pesquisa em linha através do programa Digitarq. Ver também: GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita — *Arquivo Distrital de Vila Real: Guia de Fundos*. Vila Real: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Arquivo Distrital de Vila Real, 1999; SOUSA, Fernando de — *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real*. Vila Real: Junta Distrital de Vila Real, 1976; SOUSA, Fernando de — *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real II*. Vila Real: Assembleia Distrital de Vila Real, 1979; SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva — *Catálogo-Inventário do Arquivo Distrital de Vila Real III*. Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1983.

<sup>61</sup> <<http://www.ad-viseu.com/>>. [Consulta realizada 18.07.2011]. Está disponível a pesquisa em linha através do programa Digitarq. Ainda, SENA, Maria Dulcineia Cabral de — *Guia do Arquivo Distrital de Viseu*. Viseu: Arquivo Distrital, 1987.

<sup>62</sup> <<http://www.adporto.pt/>>. Como instrumentos de pesquisa, o Arquivo dispõe de vários inventários e catálogos, estando disponível a pesquisa em linha através do programa Digitarq. Entre outros, ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO — *Guia do Arquivo Distrital do Porto: uma experiência de tratamento documental, 1990-92*. Porto: A.D., 1993.

à administração central e local» e têm a obrigatoriedade de incorporar «a documentação das conservatórias do registo civil e os livros de registo paroquiais; a documentação das conservatórias dos registos do notariado; a documentação dos tribunais...». Além disso, os Arquivos Distritais devem «promover todas as diligências junto das câmaras municipais e de outras entidades regionais ou privadas na posse de fundos documentais com valor cultural para que estes sejam convenientemente conservados» e «incentivar a incorporação destes fundos nos Arquivos Distritais, quer a título definitivo, quer a título de depósito». Daí podermos encontrar nestes Arquivos documentação privada, principalmente diocesana mas, também, empresarial, pessoal e familiar.

iv) Em diversos Arquivos Municipais, sobretudo nos da Região Demarcada do Douro<sup>63</sup> (municípios de Alfândega da Fé<sup>64</sup>, Alijó<sup>65</sup>, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Figueira de Castelo Rodrigo<sup>66</sup>, Freixo de Espada à Cinta, Lamego<sup>67</sup>,

---

<sup>63</sup> RIBEIRO, Fernanda Cândida — *Os arquivos municipais portugueses. Considerações em torno de um inquérito*. «Cadernos de Estudos Municipais». [S. l.]: Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho, n.º 2-3 (Nov. 94-Mai. 95), p. 11-42). Neste inquérito, apenas dois municípios durienses estavam representados: Peso da Régua e Vila Flor. O primeiro, sem arquivo, o segundo com o arquivo histórico à guarda da Biblioteca Municipal. A sua situação mantém-se, hoje em dia.

Actualmente, dos 21 concelhos só sete aparecem referenciados na internet com Arquivo Municipal e só dois têm inventários publicados (de acordo com consulta realizada na base bibliográfica da Biblioteca Nacional). Por reconhecerem a falta de condições, algumas Câmaras optaram por depositar a documentação mais antiga nas bibliotecas ou museus municipais.

<sup>64</sup> De acordo com um inquérito por nós levado a cabo em 1999, numa investigação no âmbito do GEHVID, a Câmara Municipal de Alfândega da Fé indicou que o Arquivo Histórico Municipal está a funcionar na Biblioteca Municipal.

<sup>65</sup> O município de Alijó tem Arquivo Municipal. Ver GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita — *Arquivo Municipal de Alijó: Inventário*. Alijó: Câmara Municipal de Alijó, 2000.

<sup>66</sup> Conf. <<http://www.cm-fcr.pt/municipio/Documents/Regulamento/Regulamento%20do%20Arquivo%20Municipal.pdf>>. [Consulta realizada em 10.07.2011]. Regulamento do Arquivo Municipal, com data de 2006.

<sup>67</sup> O Arquivo Municipal de Lamego está na Biblioteca Municipal. CÂMARA MUNICIPAL. PELOURO DA CULTURA (ed. lit.) — *Arquivo Municipal de Lamego*. Lamego: Câmara Municipal,



Meda<sup>68</sup>, Mesão Frio, Mirandela<sup>69</sup>, Murça, Peso da Régua, Resende, Vila Real<sup>70</sup>, S. João da Pesqueira, Sabrosa<sup>71</sup>, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Torre de Moncorvo<sup>72</sup>, Vila Flor<sup>73</sup> e Vila Nova de Foz Côa<sup>74</sup>), mas também nos do Porto e de Gaia. Em alguns municípios da região do Douro, o que sobreviveu é, infelizmente, muito recente, desaparecendo, irremediavelmente, em incêndios, inundações e outras calamidades, a maior parte da documentação antiga (como sucedeu, por exemplo, nos municípios de Armamar, Peso da Régua, S. João da Pesqueira<sup>75</sup> e Santa Marta de Penaguião). A situação dos Arquivos da Região Demarcada do Douro foi, durante anos, lamentável, tendo-se perdido

---

2001. MOUTELA, Maria João Guedes (elab.) — *Guia do Arquivo Histórico de Lamego*. 2ª ed. Lamego: Câmara Municipal, 2008.

<sup>68</sup> Ver <<http://www.cm-meda.pt/culturadesporto/Paginas/ArquivoMunicipal.aspx>>. [Consulta realizada em 10.07.2011].

<sup>69</sup> Ver <<http://arquivomunicipalmirandela.blogspot.com/>>. [Consulta realizada em 10.07.2011].

<sup>70</sup> O Arquivo Municipal de Vila Real tem a sua documentação histórica à guarda do Arquivo Distrital. Conf. <<http://arquivo.cm-vilareal.pt/>>. [Consulta realizada em 10.07.2011]. Ver também GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita — *Arquivo Municipal de Vila Real: Inventário*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 2002.

<sup>71</sup> Conf. <<http://nortebad.wordpress.com/arquivos-bibliotecas-regiao-norte/arquivos/>>. [Consulta realizada em 10.07.2011].

<sup>72</sup> Ver <<http://lelomoncorvo.blogspot.com/2010/12/torre-de-moncorvo-arquivo-municipal.html>>. [Consulta realizada em 10.07.2011]. Também SOUSA, Fernando — *O Arquivo Municipal de Moncorvo*. Porto, 1982.

<sup>73</sup> Conf. <Museu de Vila Flor. <http://www.cm-vilafior.pt/museus/1>>. [Consulta realizada em 10.07.2011].

<sup>74</sup> Este arquivo está localizado no edifício dos Paços do Concelho e Centro Cultural-Biblioteca/Museu. Ver <<http://ai0910-g5a.blogs.sapo.pt/12896.html>>. [Consulta realizada em 10.07.2011].

<sup>75</sup> De acordo com as informações das próprias autarquias, o edifício da Câmara de Armamar terá tido um incêndio em 1923, o de Peso da Régua na década de 30 do século XX e do de S. João da Pesqueira, mais recentemente, em 1981. Já em Santa Marta de Penaguião, os documentos desapareceram porque, em 1915, durante os levantamentos da «Questão duriense» as repartições públicas e os paços do concelho foram saqueados. Ver MARIZ, José (coord.) — *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias/Inventário do Património Móvel*. Lisboa: Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, 1995-2000.

documentação de valor inestimável<sup>76</sup>. Este panorama começou a alterar-se com a introdução do PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, em 1998<sup>77</sup>, havendo, contudo, um grande caminho a percorrer no que refere a estes arquivos.

v) Em arquivos pessoais ou familiares (nomeadamente de diversas famílias do Douro ou portuenses, ligadas à produção ou ao comércio de vinhos). Em certos casos, com o apoio de técnicos de arquivos públicos ou de unidades de investigação, têm sido tratados e organizados. Foi o que aconteceu com o Arquivo do Paço de Cidadelhe, organizado pelo Arquivo Distrital de Vila Real<sup>78</sup>. Técnicos deste arquivo organizaram e inventariaram, também, o arquivo da Casa da Calçada, de Provesende<sup>79</sup>. Em alguns casos já é possível encontrar os arquivos organizados e acessíveis à investigação. Desta forma, investigadores do GEHVID<sup>80</sup> organizaram o Arquivo da Quinta de Santa Júlia de Loureiro<sup>81</sup>, na posse da família Costa Seixas (documentação a partir do séc. XVI, essencialmente relativa às famílias Serpa Pimentel e Mesquita Magalhães), e trabalharam sobre o Arquivo da Quinta da Pacheca<sup>82</sup> da família Serpa Pimentel

---

<sup>76</sup> RIBEIRO, Fernanda — *Os Arquivos Municipais Portugueses. Considerações em torno de um inquérito*. «Cadernos de Estudos Municipais». Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, n.º 2-3 (Novembro 1994-Maio 1995), p. 11-42.

<sup>77</sup> PEIXOTO, António Maranhão — *Os arquivos municipais no dealbar do século XXI*. In «Actas do 9º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas». BAD, 2007. Disponível em <<http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso9.htm>>. [Consulta realizada em 10.05.2009]

<sup>78</sup> ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL — *Arquivo do Paço de Cidadelhe*. Mesão Frio: C. M. Mesão Frio, 1996.

<sup>79</sup> GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita — *Arquivo da Casa da Calçada de Provesende: Catálogo*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 2005.

<sup>80</sup> GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, unidade de investigação da FCT que funcionou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre 1994 e 2009.

<sup>81</sup> FAUVRELLE, Natália; LEAL, Paula Montes — *Arquivo da Quinta de Santa Júlia de Loureiro*. «Douro – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, n.º 4 (1997), p. 377-385.

<sup>82</sup> Foram tratados, inventariados e estudados os pergaminhos avulsos (ver BARROS, Amândio; LEAL, Paula Montes — *Pergaminhos medievais da Quinta da Pacheca*. I. «Cadernos da revista

(documentação a partir do séc. XV, em papel e pergaminho, essencialmente relativa às famílias Pacheco Pereira, Serpa Pimentel, Mendia e Pereira Leitão). Outro caso importante, mais recente, é o da Casa de Mateus, actualmente Fundação Casa de Mateus, cujo arquivo, além de tratado e organizado foi microfilmado e digitalizado (documentação desde 1577<sup>83</sup>, relativa às 13 gerações familiares que ocuparam a casa)<sup>84</sup>.

Muitas outras casas e quintas do Douro possuem importantes conjuntos documentais, com maior ou menor organização, que têm vindo a ser utilizados por diversos investigadores, contribuindo para o desenvolvimento dos estudos históricos sobre a região, as quintas e as famílias. Refiram-se, por exemplo, os arquivos familiares guardados nas quintas do Paço de Mõsul<sup>85</sup>, de Roriz<sup>86</sup> ou no Casal de Paradelinha, onde se encontra o arquivo da família de Torcato de Magalhães<sup>87</sup>.

---

DOURO – Estudos e Documentos», n.º 6. Porto: GEHVID/Associação Beira Douro, 2001) assim como os pergaminhos encadernados (Projecto de Investigação SAPIENS POCTI/HAR/47219/2002 «Os Pergaminhos da Quinta da Pacheca»).

<sup>83</sup> Conf. <<http://www.slideshare.net/FernandaGoncalves/da-memria-ao-acesso-informao-na-casa-de-mateus-as-bases-e-objectivos-de-um-projecto-sistmico>>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<sup>84</sup> Ver ALBUQUERQUE, Teresa; ALCOCHETE, Luís Daupias de; SILVA, Armando Malheiro da — *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*. Vila Real: Fundação Casa de Mateus, 2005.

<sup>85</sup> Conf. FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa — *Quintas do Douro: as arquitecturas do vinho do Porto*. Tese mestrado em História da Arte em Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

<sup>86</sup> PEREIRA, Gaspar Martins — *Roriz. História de uma quinta no coração do Douro*. Porto: Afrontamento, 2011. O arquivo da Quinta de Roriz tem a vantagem de reunir documentação relativa à gestão da propriedade (diários da quinta, contas dos caseiros e administradores da quinta, correspondência, etc.), documentação das famílias proprietárias da quinta (em especial, Köpke e van Zellers, desde finais do século XVIII) e alguma documentação das empresas comerciais detidas por essas famílias. Muito recentemente, após a venda da Quinta de Roriz por João van Zeller ao grupo Symington, a maioria da documentação passou para os novos proprietários.

<sup>87</sup> Conf. SEQUEIRA, Carla — *Torcato Luís de Magalhães (1856-1929): paladino do Douro*. Régua: Comissão Executiva das Comemorações dos 250 Anos da Região Demarcada do Douro/Câmara Municipal de Alijó, 2006.

Contudo, em termos arquivísticos, não faz sentido pensarmos apenas na documentação com valor histórico. De facto, os documentos têm um ciclo de vida e, desde o momento em que são produzidos, têm importância arquivística<sup>88</sup>. Assim, teremos que considerar como produtores de interesse todas as quintas da Região Demarcada do Douro e não só aquelas com data de fundação mais recuada.

vi) Em arquivos empresariais, destacando-se os de diversas empresas exportadoras hoje sediadas em Gaia, mas também as sediadas na Região Demarcada do Douro.

vii) Em arquivos das entidades reguladoras, a começar pelo arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, instituída em 1756<sup>89</sup>; mas também no arquivo da Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Alto Douro (CRACVAD), que exerceu funções entre 1852 e 1865, cuja localização se desconhece, e da Comissão de Viticultura da Região do Douro (CVRD), que funcionou entre 1907 e 1932<sup>90</sup>.

O caso do arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro é peculiar, porque, sendo um arquivo privado, reúne documentação relativa a funções públicas, delegadas pelo Estado à Companhia no período de 1756 a 1852. Trata-se, por isso, de um arquivo, indevidamente apropriado por uma empresa privada, decorrente das vicissitudes históricas que rodearam a vida da Companhia e do desinteresse dos organismos estatais responsáveis em

---

<sup>88</sup> RIBEIRO, Fernanda Cândida — *Os arquivos municipais portugueses. Considerações em torno de um inquérito*. «Cadernos de Estudos Municipais». [S. l.]: Arquivos Distrital de Braga/Universidade do Minho, n.º 2-3 (Nov. 94-Mai. 95), p. 11-42.

<sup>89</sup> O respectivo inventário foi publicado em: SOUSA, Fernando de (dir.) — *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Porto: CEPESE, 2003.

<sup>90</sup> Este arquivo foi localizado, ao fim de décadas, aquando da inventariação do Arquivo da Casa do Douro. Conf. LEAL, Paula Montes — *Inventário do Arquivo da Casa do Douro (1932-1974)*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2008.

tomar para si toda a documentação resultante da actividade da Companhia enquanto esta desempenhou poderes delegados pelo Estado<sup>91</sup>.

A Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Alto Douro sucedeu à Companhia, em 1852. Era uma comissão interprofissional, composta, em regime de paridade, por produtores e negociantes. A maior parte da documentação produzida pela Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Alto Douro é desconhecida, à excepção da que foi publicada na época ou de alguns livros e documentos dispersos<sup>92</sup>.

Foi também durante muito tempo desconhecida a localização da documentação da Comissão de Viticultura da Região do Douro. Contudo, não havendo notícias da sua eliminação, houve sempre esperanças de a localizar. Uma primeira parte da documentação foi identificada pelo *Projecto de Inventariação do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto*, em 2003; outra parte estava instalada no Arquivo Central da Casa do Douro, devidamente identificada, embora incógnita. Presume-se que, após a extinção da Comissão de Viticultura da Região do Douro, o seu arquivo tenha transitado para a Casa do Douro uma vez que esta foi herdeira de parte das funções e de todo o património da Comissão de Viticultura da Região do Douro. Os documentos foram tratados pelo *Projecto de Inventariação do Arquivo da Casa do Douro*, em 2007.

---

<sup>91</sup> PEREIRA, Gaspar Martins — *Por um Arquivo Histórico do Vinho do Porto*. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20288/2/revpopsoc92002gmpereira000084816.pdf>>. [Consulta realizada em 10.03.2011].

<sup>92</sup> Idem. A existência atribulada da Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Alto Douro, no seu curto período de vigência, a que se seguiu um mais longo período de desregulação e liberdade comercial, entre 1865 e 1907, parece ter provocado a dispersão da documentação produzida por aquela instância reguladora. Conhecem-se apenas alguns livros e documentos dispersos guardados no Arquivo da Associação Comercial do Porto e na Torre do Tombo.

**Fig. 2 – Síntese dos principais arquivos de entidades reguladores do vinho do Porto**

ENTIDADE PRODUTORA/ PROPRIETÁRIA DO ARQUIVO	DATA DE CRIAÇÃO DA ENTIDADE	DOCUMENTO MAIS ANTIGO CONHECIDO
Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro Neste arquivo também se encontra documentação relativa a outras entidades relacionadas com a produção e comércio de vinhos do Porto e de vinhos de mesa do Douro.	1756	1754*
Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Alto Douro (por localizar)	1852	?
Comissão de Viticultura da Região do Douro	1907	1908***
Casa do Douro	1932	1932***
Instituto do Vinho do Porto Neste arquivo também se encontra documentação relativa a outras entidades, nomeadamente à Comissão de Viticultura da Região do Douro e ao Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto.	1933	1933**
Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto (por organizar)	1933	1948 (no IVP)
Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro	1995	1995
Instituto dos Vinhos do Douro e Porto	2003	2003

Fontes: \*SOUSA, Fernando de (coord.) – *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Porto: CEPESE, 2003; \*\*LEAL, Paula Montes (org.) – *Inventário do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto (1933-1974)*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003; \*\*\* LEAL, Paula Montes (org.) – *Inventário do Arquivo da Casa do Douro (1932-1974)*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2008.

viii) Nos arquivos das entidades reguladoras criadas no início do regime corporativo: a Casa do Douro<sup>93</sup>, o Grémio dos Exportadores e o Instituto do Vinho do Porto<sup>94</sup>; mas também na Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro e no Instituto da Vinha e do Vinho (IVV).

<sup>93</sup> O respectivo inventário foi publicado em: LEAL, Paula Montes (org.) – *Inventário do Arquivo da Casa do Douro (1932-1974)*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2008.

<sup>94</sup> O respectivo inventário foi publicado em: LEAL, Paula Montes (org.) – *Inventário do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto (1933-1974)*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003.

A Casa do Douro foi criada em 1932, sob a designação de Federação Sindical dos Viticultores da Região Demarcada do Douro. Pelas características especiais do seu nascimento – a criação da Casa do Douro é o resultado da acção do «movimento dos paladinos», conjunto de viticultores e personalidades influentes da região do Douro, que elaboraram as bases da organização e da regulação do sector e as apresentaram ao governo –, esta instituição funcionou, simultaneamente, como uma associação profissional de inscrição obrigatória, de todos os viticultores da Região Demarcada do Douro e como um organismo de regulação das denominações de origem tanto dos vinhos do «Porto» como dos «Douro». Desempenhou importantes funções de disciplina, fiscalização e certificação que lhe foram delegadas pelo Estado. A Casa do Douro ocupou, até 1974, em conjunto com o Instituto do Vinho do Porto e o Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto um dos vértices do triângulo institucional corporativo<sup>95</sup>. Actualmente é uma associação pública que tem por objecto a representação e a prossecução dos interesses de todos os viticultores e adegas cooperativas da Região Demarcada do Douro<sup>96</sup>.

O seu arquivo foi organizado pelo *Projecto de Inventariação do Arquivo da Casa do Douro*<sup>97</sup>. Além da documentação produzida pela instituição desde 1932, nesta intervenção foi também identificada e tratada documentação de várias associações que integravam a Federação Sindical dos Viticultores da Região Demarcada do Douro – os sindicatos vitícolas e as uniões concelhias – e, ainda, do Sindicato Agrícola da Régua, associação de viticultores anterior à Federação.

---

<sup>95</sup> PEIXOTO, Fernando — *O triângulo corporativo e os primeiros passos do Instituto do Vinho do Porto*. «Douro – Estudos e Documentos». Porto: GEHVID, n.º 6 (1998), p. 51-99.

<sup>96</sup> IVP — *O sector do Vinho do Porto em 1997. História, região e mercado do Vinho do Porto*. Porto: IVP, [1998].

<sup>97</sup> Projecto integrado de acção cultural e patrimonial no Douro Vinhateiro – ON Douro, Medida 2.1, Acção 3.1, Projecto 06/DOURO-004/2.1, desenvolvido por uma equipa do Museu do Douro, entre 2006 e 2008.

Da mesma forma, como atrás referido, foi tratado o arquivo da Comissão de Viticultura da Região Duriense.

O Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto (GEVP) foi criado em 1933, cabendo-lhe a representação e tutela legal do sector da exportação. Só os exportadores membros deste grémio podiam obter o certificado de exportação. O Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto foi extinto em 1974, no quadro da extinção de todos os organismos corporativos, na sequência da Revolução de 25 de Abril. Sucedeu-lhe a Associação dos Exportadores do Vinho do Porto, associação privada sem fins lucrativos, em 1975. Mais recentemente, por alteração dos estatutos da Associação dos Exportadores do Vinho do Porto, em 1995, esta entidade passou a designar-se Associação das Empresas de Vinho do Porto. Pelo Decreto-Lei que geriu a extinção dos organismos corporativos dependentes do Ministério da Economia (Decreto-Lei n.º 443/74, de 12 de Setembro de 1974), era ordenada a transferência de todas as funções do Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto, assim como do seu activo, passivo, receitas e fundos para o Instituto do Vinho do Porto. Não se conhecem pormenores dessa incorporação, nem há certeza que ela se tenha efectuado. Durante o *Projecto de Inventariação do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto* foram identificadas quatro unidades de instalação pertencentes ao Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto. É do conhecimento comum que pelo menos parte dessa documentação se encontra, actualmente, na sede da Associação de Empresas do Vinho do Porto, em Gaia.

Criado em 1933, o Instituto do Vinho do Porto foi um instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, tutelado pelo Estado. O Instituto do Vinho do Porto foi responsável pela fiscalização e certificação da Denominação de Origem Vinho do Porto, controlando a qualidade e a quantidade dos vinhos susceptíveis da sua obtenção através da regulamentação do processo produtivo e da submissão prévia a um rigoroso



controlo de qualidade<sup>98</sup>. O seu arquivo «histórico» foi organizado pelo *Projecto de Inventariação do Instituto do Vinho do Porto*<sup>99</sup>, em 2003, tendo na altura, como já foi referido, sido identificada e tratada documentação referente ao Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto e à Comissão de Viticultura da Região Duriense. Em 2003, o Instituto do Vinho do Porto foi transformado em Instituto dos Vinhos do Douro e Porto e, em substituição da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro, foi criado um Conselho Interprofissional integrado no Instituto dos Vinhos do Douro e Porto.

Criada em 1995 como pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia financeira e de património próprio, a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro estava submetida à tutela do Estado. As suas competências distribuíam-se pela Denominação de Origem Vinho do Porto e pelos outros VQPRD («Vinho de Qualidade Proveniente de Região Determinada») da Região Demarcada do Douro. Entre as suas atribuições tinham realce a promoção da convergência dos interesses da produção e do comércio na defesa do interesse geral da região<sup>100</sup>. Como se referiu, foi extinta em 2003 e as suas funções absorvidas pelo Instituto dos Vinhos do Douro e Porto.

---

<sup>98</sup> IVP — *O sector do Vinho do Porto em 1997. História, região e mercado do Vinho do Porto*. Porto: IVP, [1998].

<sup>99</sup> A documentação inventariada nesse projecto foi entregue, em regime de depósito, ao Museu do Douro, em protocolo celebrado a 28 de Fevereiro de 2002, entre S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Ministro da Cultura (Prof. Doutor Augusto Santos Silva), o Encarregado de Missão do Museu do Douro (Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira) e o Presidente do Instituto do Vinho do Porto (Eng. Jorge Monteiro), em cumprimento do indicado na lei de criação do Museu do Douro (Lei n.º 125/97, de 2 de Dezembro), que referia deverem ser integrados no Museu os «materiais e colecções existentes noutras instituições, designadamente na Casa do Douro e no Instituto do Vinho do Porto».

<sup>100</sup> IVP — *O sector do Vinho do Porto em 1997. História, região e mercado do Vinho do Porto*. Porto: IVP, [1998].

O Instituto da Vinha e do Vinho, criado em 1986<sup>101</sup>, é um instituto público dotado de personalidade jurídica, com património próprio e autonomia administrativa e financeira. As suas actividades desenvolvem-se nos domínios da política vitivinícola, da gestão e valorização do património vitivinícola nacional e da aplicação dos instrumentos de reforço da competitividade dos vinhos portugueses<sup>102</sup>.

ix) Nos arquivos de associações do sector, como a já referida Associação de Empresas de Vinho do Porto (AEVP), a Associação de Viticultores Engarrafadores dos Vinhos do Porto e Douro (AVEPOD), a União das Adegas Cooperativas da Região Demarcada do Douro (Unidouro) e a Associação Nacional dos Comerciantes Exportadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas (ANCEVE).

Com sede em Vila Nova de Gaia, a Associação de Empresas de Vinho do Porto é uma instituição privada sem fins lucrativos, onde podem inscrever-se todas as pessoas singulares ou colectivas que exerçam a actividade de Indústria e Comércio de Vinho do Porto. Tem como principal objectivo a promoção e defesa dessa actividade económica e a representação e protecção dos interesses dos seus associados<sup>103</sup>.

A Associação de Viticultores Engarrafadores dos Vinhos do Porto e Douro, por seu lado, existe desde 1986 com o objectivo de defender os interesses dos Vitivinicultores Engarrafadores dos Vinhos do Porto e Douro e de divulgar, a nível nacional e internacional, os seus vinhos (Vinhos de Quinta ou Vinhos do Produtor), produtos e serviços enoturísticos. Os associados da Associação de

---

<sup>101</sup> Sucedeu à JNV – Junta Nacional do Vinho (1937-1986). Conf. FREIRE, Dulce — *Os Vinhos do Douro e os Outros. Primeiros Anos de Organização Corporativa*. «Douro – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, n.º 6 (1998), p. 101-125.

<sup>102</sup> IVP — *O sector do Vinho do Porto em 1997. História, região e mercado do Vinho do Porto*. Porto: IVP, [1998].

<sup>103</sup> Idem. *Ibidem*.

Viticultores Engarrafadores dos Vinhos do Porto e Douro são vitivinicultores da Região Demarcada do Douro que vinificam uvas da sua exclusiva produção e engarrafam os vinhos e derivados delas resultantes<sup>104</sup>.

Quanto à Unidouro, podemos referir que esta associação (criada em finais da década de sessenta do século XX) tem por objecto principal, actuando predominantemente na zona específica de vinhos, efectivar as operações e/ou serviços respeitantes à actividade das cooperativas.

Finalmente, a ANCEVE, fundada em 1975, congrega mais de 150 dos principais agentes económicos do sector do vinho, sobretudo Comerciantes e Exportadores, mas incluindo, ainda, Adeegas-Cooperativas e Produtores-Engarrafadores. A Associação tem por objecto a defesa dos legítimos direitos e interesses dos seus membros, em estreita cooperação com as associações de outros sectores que lhe estão ligados, a fim de dotar o país dos meios necessários ao pleno desenvolvimento técnico e económico-social deste sector.

x) Na Confraria do Vinho do Porto e na Confraria dos Enófilos do Douro. Constituída em Novembro de 1982, a Confraria do Vinho do Porto, com sede na cidade do Porto, tem por fim a difusão, promoção e consolidação do renome mundial do vinho do Porto. Acolhe no seu seio pessoas que exercem a sua actividade profissional no comércio e exportação do vinho do Porto<sup>105</sup>, além de entronizar, regularmente, como confrades honorários, diversas personalidades com notoriedade pública, do mundo das artes e das letras, do jornalismo, da política, etc. Entre os seus confrades honorários conta com diversos monarcas e presidentes ou ex-presidentes da República de vários Estados.

A Confraria dos Enófilos do Douro foi criada em Julho de 1990 e tem como objecto a defesa, valorização e promoção dos produtos víquicos da Região

---

<sup>104</sup> Idem. *Ibidem*.

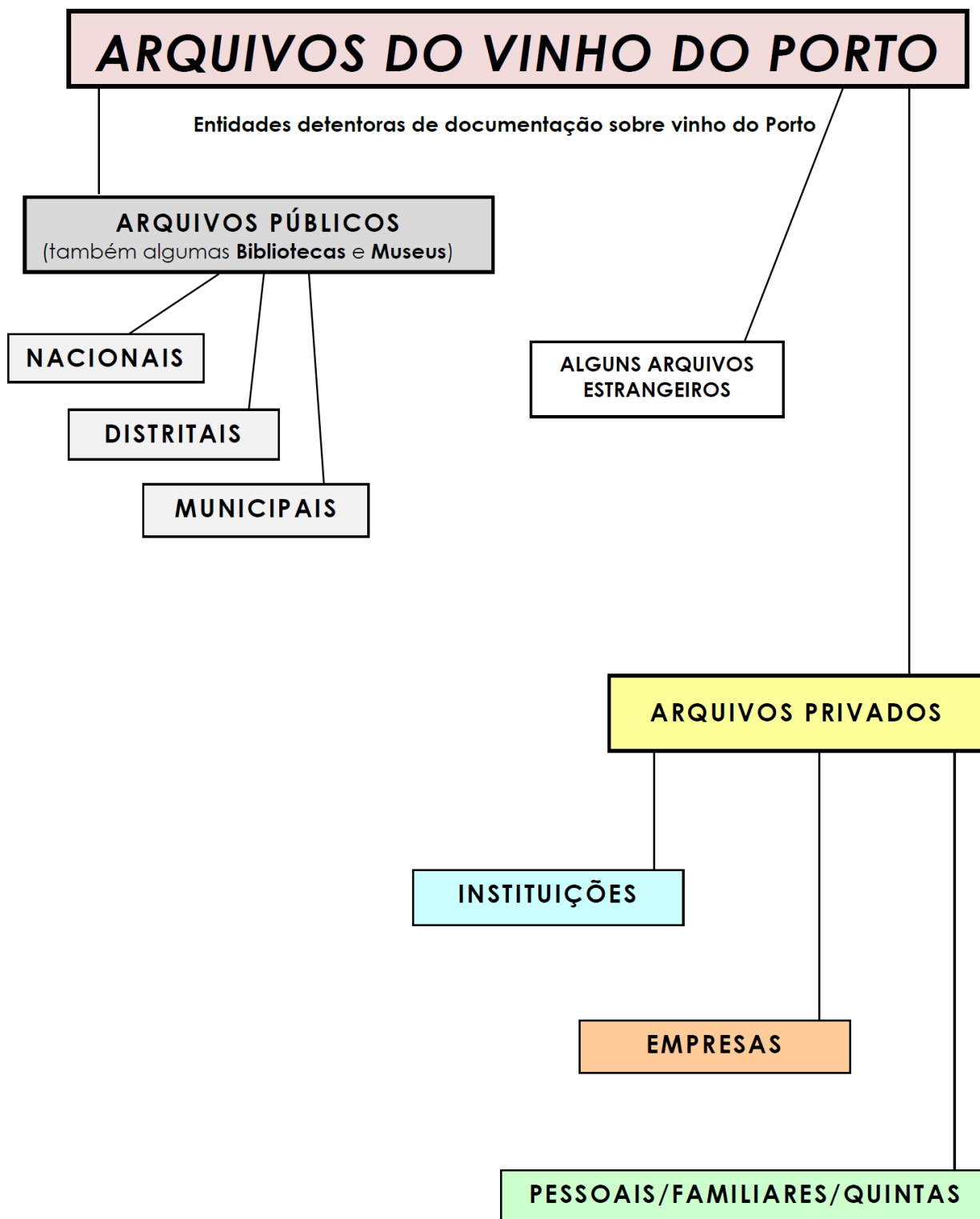
<sup>105</sup> Idem. *Ibidem*.

Demarcada do Douro. Tal como a Confraria do Vinho do Porto, a Confraria dos Enófilos do Douro conta com diversos confrades honorários de renome.

xi) Em outros arquivos ou colecções públicas ou privadas, no país e no estrangeiro (desde o Public Record Office, em Londres, ao Arquivo do Itamaraty, no Brasil), aos arquivos da Associação Britânica ou da Associação Comercial do Porto, no Porto.

xii) E, finalmente, em bibliotecas, como, por exemplo, a Biblioteca Pública Municipal do Porto, a Biblioteca de Vila do Conde (que guarda uma colecção dos Condes de Azevedo, importantes proprietários do Douro), a Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto (que guarda, nas suas «Colecção Necessária» e «Colecção Interessante», vários manuscritos encadernados do séc. XVIII com descrições de viagens ao Báltico, obras pagas pela Companhia, etc.) ou a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Neste último caso, para além das espécies bibliográficas manuscritas, a BNP conserva documentação de arquivo adquirida por compra ou legado ou remanescente das incorporações que, a partir de 1834, integraram o Depósito dos Extintos Conventos e das que se seguiram à implantação da República. Indicam-se alguns dos arquivos mais importantes com relação ao Douro e ao vinho do Porto: Casa Pombal – O arquivo de natureza política do Marquês de Pombal encontra-se na chamada «Colecção Pombalina», comprada em 1887. Em 1993, deu entrada, por oferta, documentação relativa ao património (Palácio Pombal, em Oeiras); Condes de Resende – Administração de bens patrimoniais, dos séculos XIII ao XIX; Condes de Tarouca – Documentos pessoais e de função de vários membros da família, bem como administração de bens patrimoniais.

Fig. 3 – Conspecto geral da tipologia de arquivos com documentação sobre vinho do Porto



No seu conjunto, os arquivos e colecções relacionados com a produção, transporte e comércio do vinho do Porto constituem um património arquivístico ímpar a nível mundial. A importância desta documentação para história do sector decorre não só do pioneirismo das políticas de intervenção do Estado no sector do vinho do Porto, mas também da difusão de formas relativamente precoces de organização empresarial moderna, em especial nas casas inglesas que dominavam o comércio e, a montante, da especialização de quintas vinhateiras, vocacionadas desde cedo para a produção mercantil.

## **2.2. A situação dos arquivos empresariais do sector do vinho do Porto**

Fundamentais para a história do vinho do Porto, os arquivos empresariais são, quase sempre, dado tratar-se de arquivos privados, de consulta reservada. Ao longo dos anos, os investigadores, com maior ou menor sucesso, têm vindo a conseguir penetrar nesses redutos mas, muitas vezes, é a própria consciência dos empresários relativamente ao mau estado de conservação ou organização dos seus arquivos que impede o acesso dos investigadores.

É verdade que as empresas não estão vocacionadas para a preservação do seu património arquivístico. Fazem-no, por vezes, por sensibilidade cultural de alguns dos seus responsáveis ou porque assumem a sua dimensão histórica como elemento de prestígio da marca. Mas não é raro depararmos com documentação histórica da empresa dispersa por vários locais, frequentemente pouco aconselháveis, como em vitrinas iluminadas para mostrar aos turistas. Ainda há bem pouco tempo, podiam ver-se livros seculares de empresas de Gaia em *stands* promocionais do aeroporto Francisco Sá Carneiro, em Pedras Rubras, ou preenchendo as estantes do bar de um prestigiado hotel do Douro.

De resto, são raras as empresas que dispõem de um serviço de arquivo devidamente organizado, com técnicos especializados, que faça a gestão da sua documentação corrente. Por outro lado, o arquivo histórico/não corrente é, por vezes, encarado pelas empresas proprietárias como inútil, frequentemente usurpador de espaços necessários para as actividades centrais da empresa. Além disso, se, no passado, as empresas deste sector possuíam uma forte componente familiar (colocando problemas técnicos na delimitação entre a documentação da empresa e a documentação familiar e privada, mas, em contrapartida, dando mais importância à preservação da memória da empresa/família), nos tempos mais recentes, a dinâmica empresarial do sector enveredou por contínuos processos de concentração e, muitas vezes, internacionalização. Assim, em muitos casos, as actuais empresas proprietárias concentraram documentação de outras empresas que adquiriram, sucedendo-se as ocasiões em que se misturam vários arquivos, não sendo rara a descontextualização da documentação em relação à entidade que a produziu.

Mas, em situação mais precária que os documentos do arquivo «histórico», estão os documentos que não se enquadram nessa categoria (porque não têm o aspecto normalmente associado a um documento com valor histórico; isto é, não estão compilados em livro, não são manuscritos...) nem na categoria de arquivo «activo» (o que está dentro da vigência legal ou tem valor probatório para causas ainda em vigor). Assim, há um leque de documentação, grosso modo, com mais de 10 anos e menos de 40 que corre grande risco de se perder. O risco aumenta dramaticamente com o uso generalizado dos computadores, sendo que muita da informação não chega a ser passada a suporte papel nem é preservada electronicamente. Da mesma forma que os historiadores do século XIX notam o impacto do aparecimento do telefone, gerando um empobrecimento de pormenores da informação escrita (que se reduz ao estritamente necessário, ficando a «conversa» detalhada para o telefone),

também os historiadores do século XX vão sentir a alteração da produção documental principalmente a partir dos anos 80. A preservação de documentos electrónicos é complicada, havendo a necessidade de constante actualização. Para que os documentos se mantenham legíveis, o conjunto *hardware/software/suporte* tem que funcionar. Considerando a rapidez com que as alterações se sucedem ao nível da informática, é fácil que um computador fique obsoleto, que uma versão de um programa já não corra sobre o novo sistema operativo ou que a disquete já não tenha *drive* que a leia... como, efectivamente, já aconteceu<sup>106</sup>.

Não obstante, ao nível dos arquivos «históricos», deve realçar-se o esforço que, nos últimos anos, tem vindo a ser feito por alguns particulares e empresas do sector do vinho do Porto. Fizeram-no no sentido da conservação do seu património arquivístico, do seu tratamento, organização e instalação adequados, verificando-se, nessa altura, a criação de condições de acesso aos investigadores. E esse esforço é tanto mais de realçar quanto tem vindo a ser realizado, na maior parte dos casos, sem qualquer apoio do Estado ou das instituições públicas às quais compete a preservação e valorização do património arquivístico nacional.

No Entreposto<sup>107</sup> de Gaia onde, até 1986<sup>108</sup>, por lei, as empresas de vinho do Porto eram obrigadas a ter as suas instalações, merece particular destaque o Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Esta

---

<sup>106</sup> Num curto espaço de tempo, as disquetes passaram de 5'' para 3,5'', para rapidamente se extinguirem a favor de CD que, num instante, se transformou em DVD.

<sup>107</sup> Decreto n.º 12.007, de 31 de Julho de 1926: Institui, legaliza e impõe disciplina, numa área perfeitamente definida em Vila Nova de Gaia e que constituirá o Entreposto «único e privativo dos vinhos do Porto», zona de armazenamento que funciona como verdadeira extensão da região produtora e dentro da qual, e só nela, terão de se localizar os armazéns de firmas dedicados ao comércio do vinho do Porto.

<sup>108</sup> Decreto-Lei n.º 86/86, de 7 de Maio de 1986: autoriza a exportação de vinho do Porto engarrafado pelos Produtores do Douro que satisfaçam as regras em vigor, deixando de ser obrigatório ter armazéns no Entreposto de Gaia, criado em 1926.



entidade constitui, simultaneamente, um arquivo empresarial e um arquivo de uma entidade reguladora, que, como já referimos, exerceu amplos poderes de tutela sobre a região produtora e o sector do vinho do Porto para a execução das políticas reguladoras de controlo de qualidade e defesa da marca entre 1756 e 1852. A maior parte da documentação existente no actual Arquivo da Real Companhia Velha refere-se, pois, a esse período em que o vinho do Porto foi o mais importante produto de exportação do país, influenciando largamente não só a história económica, mas também a história política e diplomática portuguesas. Quando, em 1852, a Companhia perdeu os seus poderes e passou a funcionar como simples empresa comercial, a sua documentação, ao invés do que sucedeu com as outras companhias majestáticas, não foi entregue à Torre do Tombo, tendo-se mantido na posse da empresa. O arquivo foi «classificado como parte integrante do Património Cultural Português, ao abrigo do *Aviso* do Instituto Português do Património Cultural, publicado no *Diário da República*, II série, n.º 141, de 21 de Junho de 1988»<sup>109</sup>. Esta disposição legal impôs que os documentos não pudessem ser alienados ou enviados para fora do país sem prévia autorização do Ministério da Cultura, assim como ser alvo de qualquer intervenção de conservação e restauro sem igual autorização<sup>110</sup>.

Este arquivo foi recentemente alvo de um projecto de intervenção pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, que «realizou um protocolo com a Real Companhia Velha, em 2004, no sentido de assegurar a manutenção e acesso ao seu Arquivo Empresarial, e no apoio à produção de trabalhos de investigação que assentem, parcial ou totalmente, nos seus fundos documentais»<sup>111</sup>. Até essa data, apesar dos protocolos firmados pela Companhia

---

<sup>109</sup> FERNANDES, Beatriz; SANTOS, Margarida — *Relatório de trabalho do Projecto do Inventário do Arquivo da Real Companhia Velha*. Porto: CEPESE, 2006.

<sup>110</sup> *Idem*. *Ibidem*.

<sup>111</sup> Ver <[http://www.cepese.pt/portal/investigacao/protocolos/copy\\_of\\_cooperacao-nacional](http://www.cepese.pt/portal/investigacao/protocolos/copy_of_cooperacao-nacional)>. [Consulta realizada em 10.03.2011].

Velha com diversos organismos públicos (Instituto Português de Arquivos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), não havia sido possível — por obstrução feita pela própria empresa ao trabalho de arquivistas e investigadores — desenvolver trabalhos de investigação histórica nesse arquivo e, muito menos, proceder ao inventário da documentação aí existente. Actualmente, a consulta é possível mediante marcação com o CEPSE e pagamento de 50,00€/dia.

Tratando-se do arquivo da primeira entidade reguladora da Região Demarcada do Douro, foi prevista a sua integração no Museu do Douro, de acordo com o estipulado na Lei 125/97 que criou aquele Museu, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho (Património Cultural Português), mas, até à data não houve acordo quanto à transferência.

Além deste arquivo, e no panorama dos arquivos empresariais do Entreposto de Gaia, sobressai o da empresa Ramos Pinto que iniciou, em 1995, a organização do seu arquivo, com a dedicação de Graça Nicolau de Almeida. Actualmente, a casa mantém em funcionamento, com pessoal especializado, o Arquivo Histórico e a Biblioteca, permitindo aos investigadores o acesso não só «ao espólio documental da empresa, como a inúmeras obras de arte, entre as quais se contam, por exemplo, os famosos cartazes de publicidade»<sup>112</sup>.

A Martinez Gassiot, Vinhos SA (pertencente ao grupo Symington) foi outra das empresas que, no ano de 2009, levou a cabo um projecto de inventariação de parte do seu arquivo, que inclui documentação de outras empresas (como a Cockburn, Smithes & Co. ou a Oporto British School). Apesar de ter criado as condições físicas para a instalação dos documentos, tendo, para tal, realizado obras num dos seus armazéns, não mantém pessoal especializado. Permite, contudo o acesso aos investigadores. Posteriormente, um ex-quadro da casa,

---

<sup>112</sup> Conf. <[http://www.ramospinto.pt/csartes3\\_port.htm](http://www.ramospinto.pt/csartes3_port.htm)>. [Consulta realizada em 14.03.2011].

presentemente aposentado, tem vindo a organizar os documentos do século XIX provenientes da Quinta do Vesúvio<sup>113</sup>.

Em 2010 foi a vez da C. da Silva dar início ao processo de organização da sua documentação mais antiga, projecto que está em curso e que inclui a digitalização do material gráfico (rótulos e publicidade) e das fotografias.

Outras empresas, como a Croft, Poças Júnior, ou a Wiese & Krohn, têm permitido o acesso de alguns investigadores aos seus documentos históricos.

É sabido que muitas outras empresas têm em seu poder documentação histórica, como se pode verificar no quadro seguinte (Fig. 4). Apesar de tudo, ainda são poucas as que mantêm um arquivo organizado, disponibilizando um serviço de consulta. Dos 115 agentes económicos que actuam na «Denominação de Origem Porto» indicados pelo Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, 25 têm sede no Entrepasto. Destes, treze terão um instrumento de descrição publicado<sup>114</sup>, mas menos de metade tiveram intervenções pensadas nos seus arquivos e, embora já permitam o acesso aos documentos, só um (a Casa Ferreira) tem serviço de consulta com funcionamento diário.

Se é verdade que há ainda muito a fazer neste domínio, também é verdade que já foi superada a situação de quase total desconhecimento deste património arquivístico e a grande dificuldade de acesso a essa informação por parte dos investigadores que se fazia sentir há pouco mais de duas décadas. Existem já alguns instrumentos para o conhecimento destes arquivos, sendo de referir o trabalho de levantamento realizado, sob a coordenação de Alcina Manuela

---

<sup>113</sup> Adquirida pela Symington à família Ferreira em 1989. Ver <<http://www.quintadovesuvio.com/pt/history.asp>>. [Consulta realizada em 25.07.2011].

<sup>114</sup> As empresas referidas por Alcina Manuela Oliveira Martins, a saber: A. A. Calém, Adriano Ramos Pinto, A. A. Ferreira, Barros & C.<sup>ª</sup>, Burmester & C.<sup>ª</sup>, Cockburn Smithes & C.<sup>ª</sup>, Croft Delaforce, Manuel D. Poças Júnior, Romariz, Offley Forrester, Rozès, Symington Family Port Companies.

Oliveira Martins, da Universidade Portucalense, no âmbito do projecto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia de «Caracterização do Património Histórico e Cultural da Zona Histórica de Gaia – Zona do Entreposto do Vinho do Porto», publicado em 2000<sup>115</sup>.

Nestes anos, o desenvolvimento da investigação sobre o vinho do Porto parece ter-se articulado, numa relação de reciprocidade, com a melhoria da situação dos arquivos empresariais e com a sua maior abertura aos investigadores. E, ainda que tenham sido os historiadores os desbravadores destes arquivos, a verdade é que não foi apenas a investigação histórica que beneficiou com essa abertura uma vez que as características peculiares da produção e do comércio do vinho do Porto não se confinam à história social e económica, remetendo para diversas áreas do saber. Desde a Geografia à Antropologia, da Sociologia à Economia e ao Direito, da Enologia e das Ciências Agrárias às Ciências Políticas, inúmeros são os trabalhos recentemente realizados sobre o vinho do Porto, usufruindo já desta maior facilidade de acesso aos arquivos empresariais. Reportem os principais:

i) estudos sobre as empresas:

Entre outros: ARAÚJO, Henrique Gomes de — *A Casa Ferreira: a construção antropológica do sucessor*. Lisboa: Quetzal, 2001. LOPES, Teresa Silva — *Internacionalização e concentração no Vinho do Porto*. «Cadernos da revista DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID/ICEP, n.º 3 (1998); LOPES, Teresa Silva — *Estudo de Caso: Poças Júnior*. «Douro – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, n.º 4 (1997), p. 337-356. HALLEY, Ned — *Sandeman: Two hundred years of Port and Sherry*. Londres: The House of Sandeman, 1990.

---

<sup>115</sup> MARTINS, Alcina Manuela Oliveira (coord.) — *Património documental*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) — *Caracterização do património histórico e cultural da zona histórica da Gaia*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 2000, vol. VII, tomo I, II e III.

ii) estudos e biografias de empresários:

Por exemplo: DELAFORCE, John — *Joseph James Forrester. Baron of Portugal (1809-1861)*. [S. l.]: J. Delaforce: Christie's Wine Publications, 1992; PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. Porto: A. A. Ferreira, 1996. GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo — *Até à guerra dos dois irmãos a partir da correspondência comercial de Manuel Pedro Guimaraens: 1822-1832*. «Douro – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, n.º 2 (1996), p. 167-179.

iii) estudo dos movimentos comerciais e das relações entre as casas exportadoras e os viticultores:

Entre outros trabalhos: MARTINS, Conceição Andrade — *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: ICS, 1990. LOPES, Teresa Silva; DUGUID, Paul — *Institutions & organizations: strategy performance of export firms under the Portuguese Port Wine monopoly (1808-1834)*. In Actas do Seminário «Os vinhos licorosos e a História». [S. l.]: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998. BRITO, Carlos Melo — *Estrutura e dinâmica do sector do Vinho do Porto*. «Cadernos da revista DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID/IVP, n.º 2 (1997). DUGUID, Paul — *Lavradores, exportadores, comissários e capitalistas: os componentes da região do Vinho do Porto*. «Douro – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, n.º 2 (1996), p. 201-224; BENNETT, Norman R. — *Port Wine Merchants: Sandeman in Porto, 1813-1831*. «The Journal of European Economic History», n.º 24 (1995).

iv) análise da construção da paisagem vitícola:

Por exemplo, FAUVRELLE, Natália — *Quintas do Douro: as arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto: Edição da autora, 1999. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

v) estudos sobre a evolução das técnicas:

PEREIRA, Gaspar Martins — *A evolução das técnicas vitivinícolas no Douro oitocentista*. In «Os Vinhos Licorosos e a História». Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 225-237.

vi) estudos sobre a estrutura da propriedade:

PINA, Maria Helena Mesquita de — *O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação*. Porto: Edição da autora, 2003. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

vii) estudos sobre a evolução dos gostos e dos vinhos:

DUGUID, Paul — *O Vintage antes do Vintage*. «DOURO — Estudos e Documentos». Porto: GEHVID, n.º 8 (1999), p. 57-73; PEREIRA, Gaspar Martins — *Origem e evolução de um grande vinho*. In PEREIRA, Gaspar Martins; ALMEIDA, João Nicolau de (org.) — *Porto Vintage*. Porto: Campo das Letras, 1999.

viii) estudos da imagem, da publicidade e das artes ligadas ao vinho:

GUICHARD, François — *Rótulos e Cartazes de Vinho do Porto*. Porto: Inapa, 2001; CORREIA, Ana Filipa — *A Fonte Adriano Ramos Pinto: o Vinho do Porto e a arte da Belle Époque no Rio de Janeiro*. Vila Nova de Gaia: Adriano Ramos Pinto, Vinhos, 2000. FRANÇA, José Augusto — *Ramos-Pinto (1880-1980)*. V. N. Gaia: Adriano Ramos-Pinto, 1981.

Além das diversas abordagens de investigação sobre o vinho do Porto, ainda há que considerar as características das empresas do sector. No passado, mais do que hoje, muitas dessas empresas não se limitavam ao comércio de vinhos cuja exportação era complementada por outros produtos, como o bacalhau, os têxteis, as louças, madeiras, ferro, etc. Além disso, a cada passo se encontram

investimentos no imobiliário, na indústria, na banca ou, mais recentemente, no turismo. Por isso, o interesse dos arquivos das empresas do vinho do Porto não se esgota na investigação sobre o vinho do Porto.

Preservar os arquivos das empresas deveria ser um interesse nacional. A política para a preservação dos arquivos empresariais poderia apostar, em nosso entender, em duas vertentes:

- por um lado, na sensibilização das empresas para a disponibilização dos seus registos para a investigação, o que deveria traduzir-se por incentivos à conservação dos documentos já existentes, para que os serviços de arquivo deixem de ser vistos como um sorvedouro de dinheiro e passem a ser encarados como uma vantagem para a empresa (as empresas têm que começar a ver os seus arquivos abertos ao público como uma campanha publicitária permanente e, no caso do vinho do Porto, como uma mais-valia face aos concorrentes americanos, sul-africanos ou australianos). A considerar a concessão de incentivos fiscais (por exemplo através de uma «Lei do Mecenato» que, efectivamente, funcione) ou atribuição de prémios (por exemplo, um «Prémio Prestígio»)<sup>116</sup>;

- por outro, na consciencialização das empresas de que um sistema de informação organizado (desde o momento em que o documento é produzido até ser considerado «histórico») só tem vantagens para a empresa, com grande poupança de tempo/dinheiro em pesquisas e recuperação da informação.

Parece-nos que o investimento de uma empresa no seu sistema de informação e na preservação do seu arquivo histórico é demonstrativo do estado de maturidade organizacional, económica e social dessa empresa e, por extensão, do contexto nacional em que se insere.

---

<sup>116</sup> CORDEIRO, José Manuel Lopes — *Algumas necessidades básicas para a salvaguarda dos arquivos históricos das empresas portuguesas*. Disponível em <[http://www3.dsi.uminho.pt/bei-rasetembro\\_05docslivro\\_final7lopescordeiro.pdf](http://www3.dsi.uminho.pt/bei-rasetembro_05docslivro_final7lopescordeiro.pdf)>. [Consulta realizada em 15.07.2011].

Fig. 4 – Arquivos de empresas exportadoras de vinho do Porto

EMPRESA PRODUTORA/PROPRIETÁRIA DO ARQUIVO (segundo a última designação conhecida)	DATA DE ESTABELECIMENTO DA EMPRESA	DOCUMENTO MAIS ANTIGO
A. A. Cálem & Filho, SA <sup>117</sup>	1859 <sup>III</sup>	1878 <sup>I</sup>
Adriano Ramos-Pinto (Vinhos), SA <sup>118</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas <sup>I</sup> :	1880 <sup>III</sup>	1848 <sup>I</sup>
Castro & Cia.	?	
J. Carvalho Macedo, Lda.	1861 <sup>III</sup>	
Macedo Portugal	?	
A. A. Ferreira, SA <sup>119</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas:	1751	1716 (AAF, Séc. XIX, Ui. 676)
A. Nicolau de Almeida	?	1937 (AAF, Séc. XX, Ui. 7182)
Alcino Correia Ribeiro	?	1953 (AAF, Séc. XX, Ui. 7554)
António Maria Pereira	?	1924 (AAF, Séc. XX, Ui. 5540)
C. Pinto, Lda.	1928 <sup>III</sup>	1956 (AAF, Séc. XX, Ui. 8039)
Casa Comercial de Vasconcelos e Comandita	??	1918 (AAF, Séc. XX, Ui. 6938)
Chambers & Almeida	??	1937 (AAF, Séc. XX, Ui. 7182)
Consórcio Vinícola do Porto	??	1938 (AAF, Séc. XX, Ui. 8037)
Exportadores de Vinho do Porto Associados, Lda.	??	1956 (AAF, Séc. XX, Ui. 7567)
Fernandes, Costa & Cia.	?	1932 (AAF, Séc. XX, Ui. 8027)
G. H. Sellers & Ferro, Lda.	? <sup>III</sup>	1942 (AAF, Séc. XX, Ui. 7599)
Hanappier, Peyrelongue & Cie.	1817 <sup>III</sup>	1897 (AAF, Séc. XX, Ui. 7726)
J. H. Andresen, Sucrs., Lda.	1845 <sup>III</sup>	1955 (AAF, Séc. XX, Ui. 8036)
Mackenzie & Co.	1852 <sup>III</sup>	1939 (AAF, Séc. XX, Ui. 7942)
Maior's Port	?	1953 (AAF, Séc. XX, Ui. 7554)
Marquês del Mérito, Lda.	?	1932 (AAF, Séc. XX, Ui. 3655)
Martins, Lda.	?	1933 (AAF, Séc. XX, Ui. 7184)
Morgado & Silva, Lda.	1917 <sup>III</sup>	1929 (AAF, Séc. XX, Ui. 7717)

---

<sup>117</sup> Grupo SOGEVINUS.

<sup>118</sup> Grupo ROEDERER.

<sup>119</sup> Grupo SOGRAPE.



Palomino & Vergara	?	1938 (AAF, Séc. XX, Ui. 3115)
Pinto Pereira, Lda.	1931 <sup>III</sup>	1923 (AAF, Séc. XX, Ui. 7579)
Pedro Gil, Sucrs.	??	1957 (AAF, Séc. XX, Ui. 8018)
Robert Atkinson & Co., Ltd.	1898 <sup>III</sup>	1897 (AAF, Séc. XX, Ui. 7267)
Rozès, Lda.	1855 <sup>VIII</sup>	1956 (AAF, Séc. XX, Ui. 7173)
Sociedade Agrícola e Comercial dos Vinhos Messias	1934 <sup>III</sup>	1955 (AAF, Séc. XX, Ui. 8036)
Soc. dos Vinhos António Ferreira Meneres, Suc., Lda.	1845 <sup>III</sup>	1956 (AAF, Séc. XX, Ui. 6936)
Sociedade dos Vinhos F. Nogueira	1928 <sup>III</sup>	1938 (AAF, Séc. XX, Ui. 8037)
Southard & Co., Ltd.	?	1934 (AAF, Séc. XX, Ui. 7210)
The Port Wine Export Co.	1927 <sup>III</sup>	1953 (AAF, Séc. XX, Ui. 7554)
Valente, Costa & Cia.	1890 <sup>III</sup>	1955 (AAF, Séc. XX, Ui. 8036)
Vibena – Soc. Distribuidora de Bebidas, Lda.	?	1984 (AAF, Séc. XX, Ui. 7353)
White, Favell, Ltd.	?	1945 (AAF, Séc. XX, Ui. 3376)
Barros Almeida & Cia – Vinhos, SA <sup>120</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas <sup>I</sup> :	1913 <sup>III</sup>	1887 <sup>I</sup>
A. Pinto dos Santos	1872 <sup>IX</sup>	
Feuerheerd Bros. & Cia., Lda.*	1815 <sup>III</sup>	
Hutchenson & Cia.* (*Atualmente, Hutchenson, Feuerheerd & Assoc. – Vinhos, SA)	1881 <sup>III</sup>	
Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, SA	1756 <sup>III</sup>	1754 <sup>II</sup>
Croft Delaforce <sup>121</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas <sup>I</sup> :	Croft 1678 <sup>III</sup> Delaforce 1868 <sup>III</sup>	1812 <sup>I</sup>
CD Vintners, SA	??	
Forrester & Cia., SA <sup>122</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas:	1737 <sup>III</sup>	1779
Diez Hermanos, Lda.	1875 <sup>III</sup>	1925 (nos docs. AHAAF)
Nova Companhia de Vinhos Finos do Douro	1908 <sup>X</sup>	1908 <sup>X</sup>
Rodrigues Pinho & Cia., Lda.	1895 <sup>X</sup>	1898 <sup>X</sup>

<sup>120</sup> Grupo SOGEVINUS.

<sup>121</sup> Grupo Taylor's (The Fladgate Partnership).

<sup>122</sup> Grupo SOGRAPE.

Gran Cruz Porto – Sociedade Comercial de Vinhos, Lda. Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas:		
C. da Silva (Vinhos), SA	1933 (nos docs. ACS)	1933 (Doc. 62.1)
Silvas & Cia.	1926 (nos docs. ACS)	1933 (Doc. 9.1)
Silva, Kohlrausch & Co.	??	1933 (Doc. 29)
Dom Crespo, Vinhos, Lda.	1969 (nos docs. ACS)	1933 (Doc. 58.1)
Hunt, Constantino – Vinhos, Lda. <sup>123</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas:	Hunt Roope 1735 Constantino 1877 <sup>III</sup>	1755 1927
Marques, Fernandes & Oliveira	1942 (nos docs. AHAAF)	1948 (Séc. XX, Ui. 8028)
Sociedade dos Vinhos do Alto Corgo, Lda.	1877 (nos rótulos, AHAAF)	1941 (Séc. XX, Ui. 7543)
J. H. Andresen, Sucrs, Lda.	1845	
J. W. Burmester & Cia., SA <sup>124</sup>	1750 <sup>V</sup>	1920 <sup>I</sup>
Manoel D. Poças Júnior – Vinhos, SA	1918 <sup>III</sup>	1943 <sup>I</sup>
Martinez Gassiot, Vinhos SA <sup>125</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas <sup>XI</sup> :	1790 <sup>VI</sup>	1815 <sup>I</sup>
Cockburn Smithes & Cia., SA	1815 <sup>III</sup>	1816 <sup>XI</sup>
Findlater, Mackie Todd	1827 <sup>XI</sup>	1909 <sup>XI</sup>
Oporto British School (David Orr)	?	1938 <sup>XI</sup>
Sociedade dos Vinhos Tuella	?	1964 <sup>XI</sup>
Niepoort (Vinhos), SA	1842	
Romariz Vinhos, SA <sup>126</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas:	1850 <sup>III</sup>	1816 <sup>I</sup>
Guimaraens & Co.	1822 <sup>VII</sup>	
Fonseca	1822 <sup>VII</sup>	
Taylor, Fladgate & Yeatman	1692 <sup>III</sup>	

<sup>123</sup> Grupo SOGRAPE.

<sup>124</sup> Grupo SOGEVINUS.

<sup>125</sup> Grupo SYMINGTON.

<sup>126</sup> Grupo Taylor's (The Fladgate Partnership).

Rozès, SA <sup>127</sup>	1855 <sup>VIII</sup>	1973 <sup>I</sup>
Sandeman & Cia., SA <sup>128</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas:	1790 <sup>III</sup>	1789
Offley Forrester, Lda.	1737	1793 <sup>XII</sup>
Robertson's	?	1837 <sup>XII</sup>
Sarano & Co.	?	1903 <sup>XII</sup>
Sociedade dos Vinhos Borges	1884 <sup>III</sup>	
The Symington Family Estates – Vinhos, Lda. <sup>129</sup> Neste arquivo também se encontra documentação relativa às seguintes firmas:	1882 <sup>III</sup>	1839 <sup>I</sup>
Dow's	1798 <sup>IV</sup>	
Gould Campbell	1797 <sup>IV</sup>	
Quarles Harris & Cia., SA	1680 <sup>III</sup>	
Quinta do Vesúvio	1989 <sup>IV</sup>	
Smith Woodhouse & Cia., Lda.	1784 <sup>IV</sup>	
W. & J. Graham & Cia., SA	1820 <sup>IV</sup>	
Warre & Cia., SA	1670 <sup>IV</sup>	
Wiese e Krohn, Sucrs., Lda.	1865	

Dados recolhidos em: <sup>I</sup>MARTINS, Alcina Manuela Oliveira (coord.) – *Património documental*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) – *Caracterização do património histórico e cultural da zona histórica da Gaia*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 2000, vol. VII, tomo I, II e III; <sup>II</sup>SOUSA, Fernando de (coord.) – *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Porto: CEPESE, 2003; <sup>III</sup>GRÉMIO DOS EXPORTADORES DE VINHO DO PORTO – *Álbum comemorativo da sua instalação definitiva no Palácio da Associação Comercial do Porto*. [S. l.]: GEVP, 1948; <sup>IV</sup>Website *The Symington Family*; <sup>V</sup>Website *Burmester*; <sup>VI</sup>Website *Martinez*; <sup>VII</sup>Website *Fonseca*; <sup>VIII</sup>Website *Rozès*; <sup>IX</sup><http://www.intowine.com/port2.html>; <sup>X</sup>CRUZ, Lurdes Marlene da – *Tratamento técnico-documental do fundo Rodrigues Pinho & Companhia*. Trabalho apresentado à cadeira de Arquivos Privados do Curso de Especialização e Ciências Documentais/Arquivo da Universidade Portucalense, 2003; <sup>XI</sup> – Inventário Martinez Gassiot; <sup>XII</sup> – Informação gentilmente cedida pelo Prof. Paul Duguid (Univ. Califórnia – Berkeley); ? – Firma mencionada em publicação; ?? – Firma desconhecida.

<sup>127</sup> Grupo VRANKEN POMMERY.

<sup>128</sup> Grupo SOGRAPE.

<sup>129</sup> Grupo SYMINGTON. Mais recentemente, em 2009, o grupo adquiriu a Quinta de Roriz, passando, também, a deter a posse de arquivo dessa quinta e da documentação antiga da empresa C N. Köpke.

### 3. O Arquivo da Casa Ferreira

#### 3.1. A constituição do Arquivo Histórico AAF

O Arquivo da Casa Ferreira (sobre o qual este trabalho incide especificamente) é parte integrante do Arquivo Histórico AAF<sup>130</sup>. Este Arquivo começou a ser estruturado em 1981, quando a administração da Casa Ferreirinha convidou Maria Luísa Rosas Nicolau de Almeida de Olazabal<sup>131</sup> a proceder à organização dos documentos existentes, sujos, desorganizados e espalhados pelos armazéns. Tais trabalhos foram levados a cabo até Junho de 2000.

Sem formação arquivística, foi graças à sua dedicação e ao seu vasto conhecimento das famílias e do sector do vinho do Porto que este projecto se foi desenvolvendo ao longo de quase vinte anos, tendo sido recolhidos, acondicionados e identificados milhares de documentos, provenientes de várias empresas<sup>132</sup>, com datas desde o século XVII ao século XX. Embora exista no Arquivo documentação de dezenas de outras empresas de nome menos sonante, algumas já extintas (ver Fig. 5), podemos referir as casas mais relevantes<sup>133</sup>:

---

<sup>130</sup> Actualmente, *Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha*.

<sup>131</sup> Casada com Francisco Olazabal, descendente de D. Antónia Adelaide Ferreira e último administrador da Casa Ferreirinha, antes da sua passagem definitiva para a Sogrape.

<sup>132</sup> Para além desta documentação, o Arquivo alberga, também, um grande número de fotografias (por exemplo, de Emílio Biel e Domingos Alvão), plantas (das quintas, dos armazéns...) rótulos (mais de 90 álbuns, com início no século XIX), carimbos, filmes e material publicitário variado (além de uma biblioteca especializada de boa qualidade).

<sup>133</sup> Optámos por designar as firmas de uma forma genérica uma vez que, ao longo dos anos (ou melhor, dos séculos), muitas foram as alterações das suas razões sociais. Em relação à Ferreira, por exemplo, já sem mencionar o período anterior à vida de D. Antónia, a firma foi «A. A. Ferreira» (grosso modo, desde a morte de ABF II, em 1844, até à morte de D. Antónia, em 1896), «A. A. Ferreira, Sucessores» (de 1896 a 1898), «Companhia dos Vinhos do Porto» (durante um pequeno período, em 1898), «Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto, SARL» e, mais tarde, «SA» (de 1898 a 1987) e, finalmente, «A. A. Ferreira, SA». Assim, será mencionada simplesmente como «Ferreira», o mesmo acontecendo com as casas «Hunt Roope» (Hunt,

- *Ferreira*: Segundo a tradição a firma tem início em 1751 mas, no Arquivo, os registos começam em 1752. De referir que, além do negócio do vinho do Porto, há registos, por exemplo, sobre as Companhias de Navegação a Vapor (de António Bernardo Ferreira II, primeiro marido de D. Antónia) ou sobre o Contrato do Tabaco (de Francisco Silva Torres, segundo marido de D. Antónia).

- *Hunt Roope*: Embora a firma seja mais antiga (as várias famílias que estão na origem desta empresa têm negócios em Portugal pelo menos desde meados do século XVII), a casa que está directamente na origem da Hunt, Roope & C.<sup>a</sup> – a Holdsworth, Olive & Hunt – estabelece-se em Vila Nova de Gaia em 1735. A firma foi comprada pela Ferreira (à altura, Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto) em 1956. No Arquivo, os documentos começam em 1755. Segundo vários investigadores – ingleses, americanos e canadianos – este arquivo é o mais completo dos vários que a Casa tinha nos seus escritórios (além de Portugal, também em Inglaterra e no Canadá). De notar que, até finais do século XIX, a Hunt Roope (tal como inúmeras empresas do sector) também negociava com peixe, registos que constam, igualmente, deste arquivo.

- *Constantino*: Na sua origem denominada Constantino de Almeida, é a firma mais recente, tendo surgido em 1877. É comprada pela Ferreira na década de 50 do século XX. Os documentos reunidos no Arquivo têm início em 1908.

- *Forrester*: Casa estabelecida em Portugal em 1737 (à altura, Etty, Offley & Co.), foi comprada já pela Sogrape, no final de 1995, altura que esta faz um acordo de parceria estratégica com a Bacardi/Martini, segundo o qual, em troca de 21,7% do capital da Sogrape Vinhos SGPS, a Forrester & Cia. (proprietária da marca Offley) era incorporada na Sogrape<sup>134</sup>. Os seus registos começam em 1779.

---

Roope & C.<sup>a</sup>, Lda.), «Forrester» (Forrester & C.<sup>a</sup>, SA) e «Constantino» (que teve como última designação o nome de Hunt-Constantino Vinhos, Lda.).

<sup>134</sup> PEREIRA, Gaspar Martins — *Sogrape, uma história vivida*. Porto: Sogrape/Campo das Letras, 2003, p. 125.

A partir de 2001, deu-se início no Arquivo Histórico AAF<sup>135</sup> ao recenseamento de toda a documentação, com a implementação de bases de dados adequadas aos vários tipos de materiais. Assim, foram criadas bases para material de arquivo propriamente dito (documento manuscrito), mas também para o material publicitário, material museológico, material bibliográfico e também para o material fotográfico que, além de inventariado, foi digitalizado. O Arquivo passou, então, a dispor de instrumentos de descrição e de pesquisa que em muito vieram facilitar o acesso à informação.

Após a fase de recenseamento foi constatada a existência de documentação de muito mais empresas além das inicialmente conhecidas (conf. Fig. 5), não estando o seu estudo terminado. Além de não ter sido feito o estudo da história individual para todas as empresas – também por isso –, ainda não foi possível determinar, na totalidade, a relação entre as várias empresas<sup>136</sup>. Dado esse estado do conhecimento, foi estabelecida um guia provisório do AHAAF, assumindo a divisão da documentação por núcleos (documento escrito/fotografia/mapas e plantas/rótulos e registos de marca/publicidade e prémios/biblioteca) mais por questões de afinidades (quer ao nível da descrição, quer ao nível do acondicionamento e da instalação) e menos por questões de classificação. Contudo, nunca foi perdido o sentido da proveniência nem da ordem original (ou, pelo menos, da ordem à data do recenseamento).

Apesar de incompleto, o trabalho realizado permitiu não só um fácil acesso aos documentos como alargou a oferta de informação, vasta em quantidade e rica

---

<sup>135</sup> A designação de «Arquivo Histórico AAF» é redutora uma vez que este serviço é responsável pela salvaguarda de, gestão e controlo de todo o tipo de materiais (não só Arquivo como Biblioteca e Museu).

<sup>136</sup> As relações são, frequentemente, pouco claras seja pela falta de documentos que as atestem, seja pelo carácter pessoal da ligação. Por exemplo, pode haver situações de aquisição em nome de um único sócio de uma das casas grandes ou casos onde não acontece qualquer transferência de propriedade mas se percebe que o administrador era um dos sócios ou um dos funcionários da casa grande.

em diversidade. Demonstrativo do potencial deste Arquivo é a igual quantidade e diversidade de investigadores oriundos de diferentes ramos do saber (historiadores, antropólogos, designers, arquitectos, geógrafos, economistas...), que aí têm desenvolvido pesquisas que deram origem a diversas publicações<sup>137</sup>, trabalhos e dissertações académicas<sup>138</sup>, exposições<sup>139</sup> e mesmo filmes<sup>140</sup>.

---

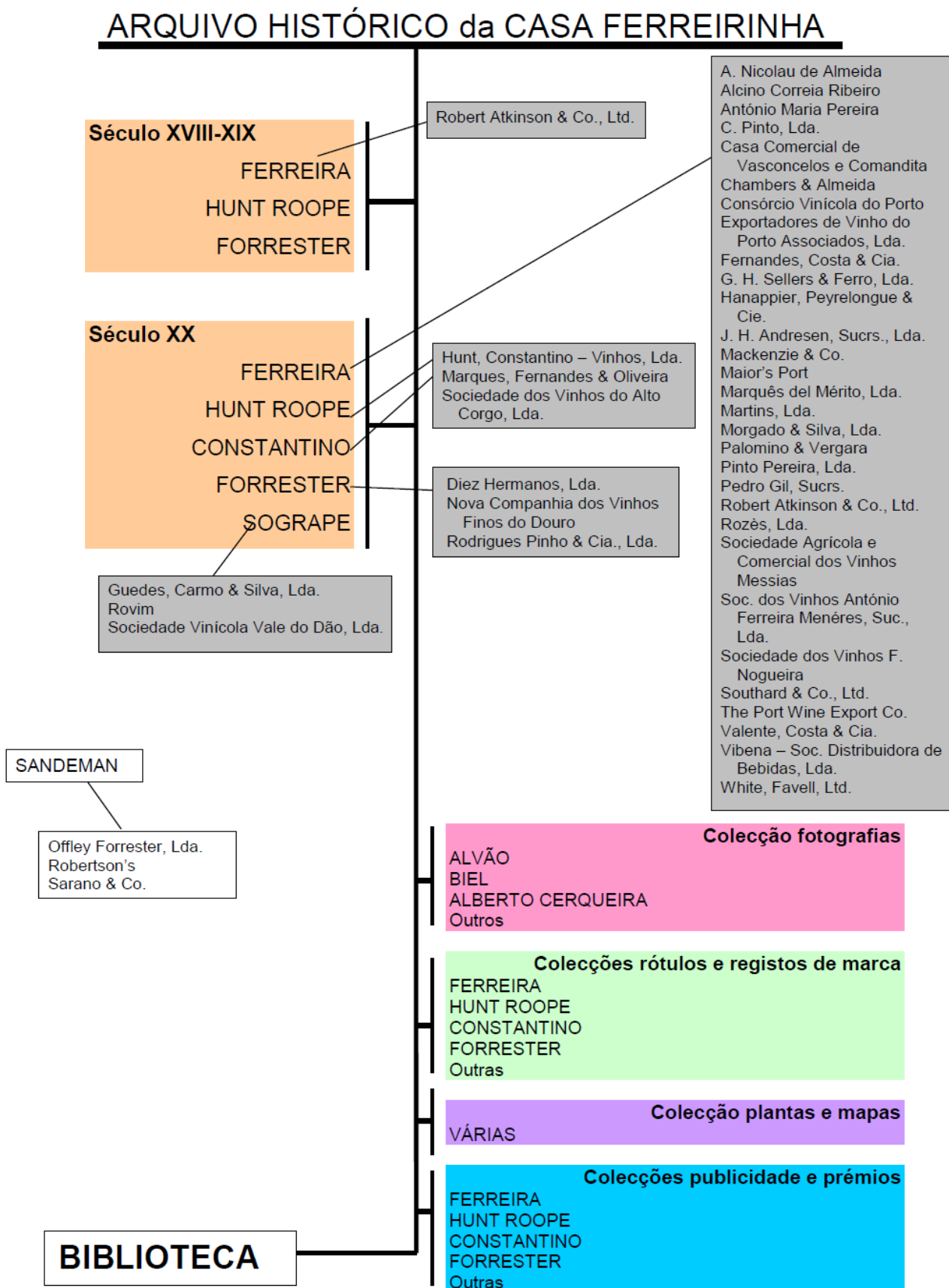
<sup>137</sup> Por exemplo: PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [Porto]: A. A. Ferreira/BPI, 1996; PEREIRA; Gaspar Martins — *Duzentos e cinquenta anos da Casa Ferreira*. [S. l.]: A. A. Ferreira/Sogrape, 2001; ARAÚJO, Henrique Gomes — *A Casa Ferreira. A construção antropológica do sucessor*. [Lisboa]: Quetzal, 2001.

<sup>138</sup> KONSTA, Mikael Sirvio — *Mercantile shipping in Portugal. Import and export of groceries in Porto during 1756-1763*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Helsínquia, Finlândia, em 2001; PEREIRA, Mariana Abrunhosa — *As Arquitecturas do vinho de um porto monofuncional*. Revista da Faculdade de Letras – História. III Série, vol. 9 (2008), p. 169-192. CARVALHO, Luís Alberto G.; ALEXANDRE, Marco; TEIXEIRA, Luís Filipe — *Partidas-dobradas no século XVIII*. Trabalho realizado no âmbito da cadeira de História da Contabilidade, ministrada no Mestrado em Contabilidade da Universidade do Minho, 2007.

<sup>139</sup> «Ferreira: 250 Anos de História», Caves AAF, SA (org. Sogrape), V. N. Gaia; «Newman Vault Exhibit», Newman Wine Vaults (org. Newfoundland Historic Trust), St. John's, Terra Nova, Canadá.

<sup>140</sup> Série televisiva «A Ferreirinha». Argumento de Francisco Moita Flores. Realização de Jorge Paixão da Costa. Produção Antinomia/RTP, 2004. Além do argumento dessa série, Francisco Moita Flores escreveu, também, um romance histórico, centrado na figura de D. Antónia Adelaide Ferreira, «A fúria das vinhas», que se tornou um *best-seller*... «O autor criou um bacharel detective – Vespúcio Ortigão – que, na Régua, persegue um *serial killer*, confrontando-se com o medo, com as superstições, com as crenças do Portugal Antigo que, temente a Deus e ao Demónio, estremecia perante o flagelo da praga e dos crimes». In <<http://www.portaldaliteratura.com/livros.php?livro=4055#ixzz1SrhDVxML>>. [Consulta realizada em 22.07.2011]

Fig. 5 – Documentação gerida pelo Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha





### 3.2. Um arquivo de empresa ou um arquivo de família?

Como está explícito no título deste trabalho, os documentos que nos propomos tratar são os do Arquivo da Casa Ferreira, entre 1751 e 1896.

Foi considerado o ano de 1751, porque é tradição na empresa assumir-se o estabelecimento da casa comercial neste ano. Que casa comercial? Não sabemos, ao certo. De acordo com Gaspar Martins Pereira, esta data poderá estar relacionada com um antepassado da família, José Ferreira, de Loureiro, que se teria lançado no comércio de vinhos em 1751<sup>141</sup>. Contudo, não foi, até à data, possível recuperar um documento que o confirme uma vez que, também segundo a tradição, a documentação que o poderia fazer desapareceu aquando de um incêndio nos escritórios da Régua, em 1812<sup>142</sup>. Ainda segundo o mesmo autor, pode, também, considerar-se a hipótese da aquisição dos Armazéns da Cruz, cuja data coincide. Neste caso, com prova documental existente no Arquivo<sup>143</sup>.

Já em relação à data final, não restam dúvidas: foi considerado o ano da morte de D. Antónia, 1896, altura em que a sua firma comercial – D. Antónia Adelaide Ferreira – se transforma numa sociedade dividida entre os seus dois filhos, com a designação A. A. Ferreira, Sucessores, formalizada em escritura pública de 1 de Outubro de 1896<sup>144</sup>.

Não sem razão, usámos a designação «Arquivo da Casa Ferreira», considerando a «casa» como uma «unidade social, simbólica e física»<sup>145</sup>, cujos documentos,

---

<sup>141</sup> Ver Árvore Genealógica da Família Ferreira.

<sup>142</sup> LIMA, J. J. de — *Os Ferreiras da Régua*. Porto: [s. d.] (exemplar fotocopiado existente no Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha).

<sup>143</sup> Conf. documentos de D. Antónia Adelaide Ferreira, Pasta 578 (AHCF).

<sup>144</sup> Conf. documento existente no AHCF (AAF, Ui. 708, Doc. 837).

<sup>145</sup> PINA-CABRAL, João de [et al.] — *A casa do Noroeste – introdução e comentários a um encontro pluridisciplinar*. «Análise Social», vol. XXIII: n.º 95 (1987), p. 151-163.

numa época anterior à vigência do «Código Comercial» (1833), tanto remetiam para a vida privada como para a vida comercial<sup>146</sup>. Aliás, a própria D. Antónia, no seu testamento de 1889, refere a administração «da minha casa comercial e não comercial», assim como a «casa do Porto e [a casa de] Trás-os-Montes»<sup>147</sup>.

Os documentos da Casa Ferreira denotam isso mesmo, sendo possível, numa primeira abordagem, identificar duas zonas distintas da documentação:



Fig. 6 – Estante com livros da Casa Ferreira (antes da organização).



Fig. 7 – Estante com os dossiês da Casa Ferreira (antes da organização).

- a) Os livros, maioritariamente referentes aos negócios<sup>148</sup>, com séries claramente definidas, por exemplo, respeitantes à gestão da Contabilidade: Caixa, Diário, Balancetes, Contas-correntes...;
- b) Os documentos avulsos (que estão organizados por membro da família e ordenados alfabeticamente e cronologicamente) que, numa primeira

---

<sup>146</sup> Na família dos séculos XVIII-XIX, é evidente a falta de distinção entre o espaço social e o espaço económico-productivo (os escritórios da Casa Ferreira da Rua de S. Francisco, por exemplo, funcionavam na casa que servia, também, como habitação). Mais ainda, contrariamente à família contemporânea que se comporta como uma unidade de consumo, a família da época Moderna funciona como uma unidade de produção (económico-social). No caso da família Ferreira, constituindo uma verdadeira rede familiar/empresarial.

<sup>147</sup> Testamentos de D. Antónia, Pasta 553 (AHCF).

<sup>148</sup> De referir que, além do negócio do vinho do Porto, há registos, por exemplo, das Companhias de Navegação a Vapor de António Bernardo Ferreira II, primeiro marido de D. Antónia.

abordagem, parecem mais directamente relacionados com a família. Neste caso, os documentos foram reunidos em dossiês temáticos: Quintas, Casas, Armazéns...

Será, então, possível distinguir entre os documentos de cariz empresarial e os de cariz familiar?

Obviamente, sendo impossível a entrevista aos interessados, teremos que confiar nos próprios documentos para nos darem pistas sobre a forma de gestão dos negócios desta família. E o que estes nos dizem é que a família contava com dois escritórios, um na Régua, outro no Porto, provavelmente, o primeiro com dependência hierárquica do segundo. Ambos geriam a vida empresarial mas também se encarregavam das questões da vida familiar.

No quadro seguinte (Fig. 9), elaborado com base nos documentos, é possível verificar que, embora em alguns períodos, se tenham mantido dois escritórios no Porto, na Régua só se conhece a existência de um; os funcionários não só transitavam entre casas como tratavam indiscriminadamente dos assuntos das casas comerciais e das casas pessoais (o que, aliás, também ocorria nos escritórios do Porto, sendo em muitos casos difícil a classificação de documentos como «particulares» ou «comerciais»).

A gestão das casas (pessoais) era, ainda, alargada aos caseiros e feitores das quintas que, assídua e periodicamente, prestavam contas ao escritório da Régua e aos encarregados dos armazéns (casas comerciais) que também prestavam contas aos respectivos escritórios (conf. Fig. 10).



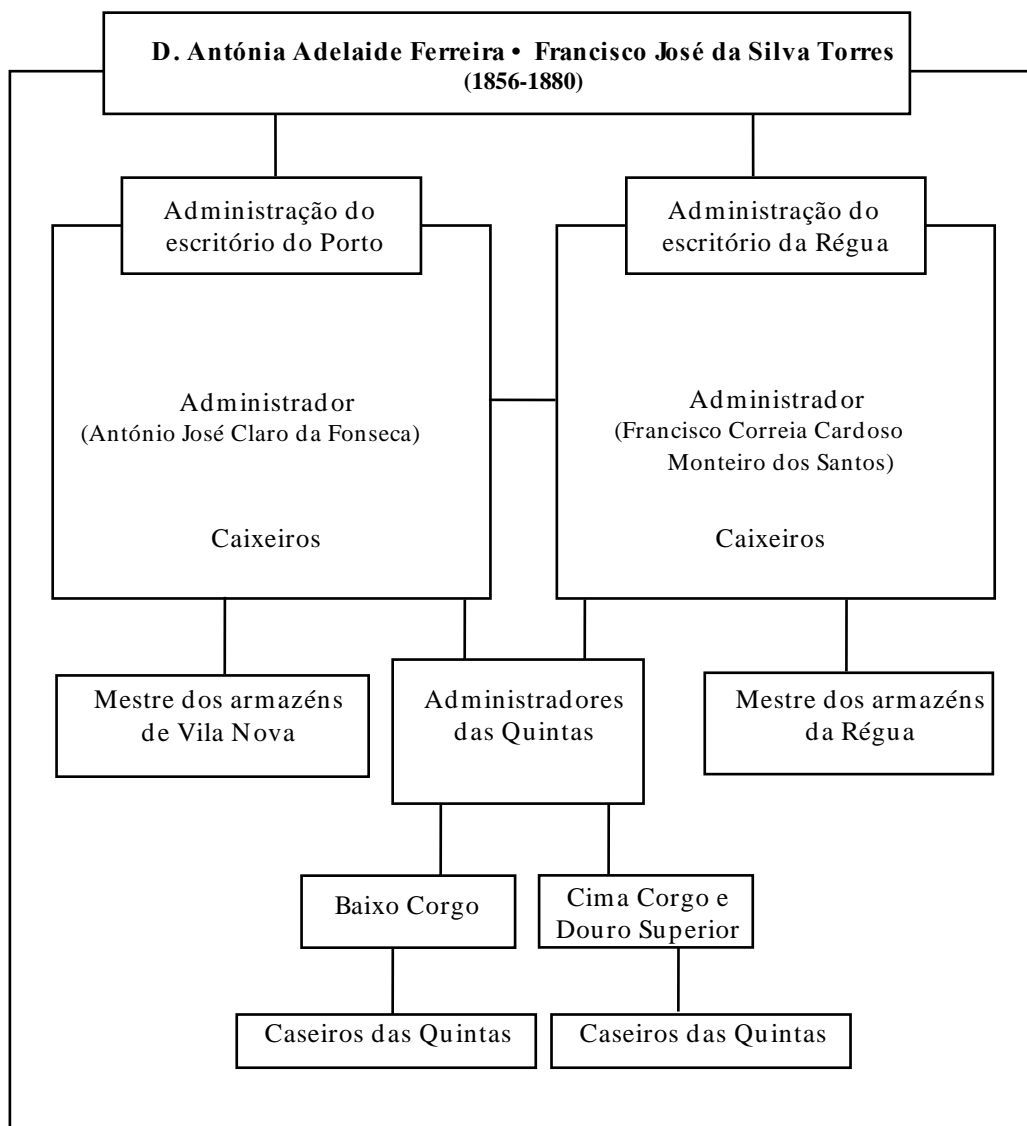
Fig. 8 – Os escritórios da Régua da Casa Ferreira, na Rua dos Camilos. Foto de Alberto Cerqueira, 1928. AHCF (AAF, álbum 5, n.º 141).

Esta forma de gestão das «casas», assim como a colaboração empresarial que existiu entre vários membros da família torna difícil – senão impossível – a classificação deste arquivo como exclusivamente familiar ou exclusivamente empresarial, sendo necessária a sua abordagem como um sistema de informação complexo.

**Fig. 9 – A mobilidade/partilha dos funcionários entre as várias casas**

<i>Casa comercial</i>	<i>Escritórios do Porto</i>	<i>Escritórios da Régua</i>
JBF (1811-1853)	Bento Alexandre de Oliveira Dias – Em 1824 trata do Caixa e da correspondência estrangeira.	Joaquim Monteiro Maia – É amigo e colaborador de JBF.
ABFI (1810-1835)	Bento Alexandre de Oliveira Dias – Dirige o escritório entre aproximadamente 1819 e 1829. Diogo José de Macedo – Dirige o escritório entre 1829 e 1833. Posteriormente, continua a trabalhar para todos os membros da família. José Pereira Pedrosa – Dirige o escritório entre 1833 e 1834. José João da Silva Azevedo – Dirige o escritório entre 1834 e 1856.	
ABFII (1830-1844)	José João da Silva Azevedo – Em 1835, dirige o escritório.	Francisco José da Silva Torres – Co-dirige o escritório (1835). Joaquim Monteiro Maia – Co-dirige o escritório (1835-1855). É encarregado de negócios da família na Régua (c. 1840).
AAF (1844-1896)	José João da Silva Azevedo – Dirige o escritório entre 1833 e 1856. António José Claro da Fonseca – a partir de 1856 (mantém-se após a morte de D. Antónia).	Joaquim Monteiro Maia – Procurador de D. Antónia. Joaquim Correia Cardoso Monteiro – Dirige o escritório até 1859? Francisco Correia (Cardoso Monteiro e Santos) – Substitui o seu pai – Joaquim Correia Cardoso Monteiro – como Administrador do escritório da Régua da D. Antónia (1859-1889?).
Negócios de MRG	José João da Silva Azevedo – a partir de 1856 dedica-se aos negócios de Margarida Rosa Gil.	Joaquim Correia Cardoso Monteiro (1856?-1858?)

**Fig. 10 – Perspectiva orgânica do negócio do vinho do Porto da Casa de D. Antónia Adelaide Ferreira, em 1856-1880<sup>149</sup>**



<sup>149</sup> Neste caso, durante o matrimónio de D. Antónia e Francisco S. Torres, mas que é aplicável a todos os elementos da família. In PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [Porto]: A. A. Ferreira/BPI, 1996, p. 93.

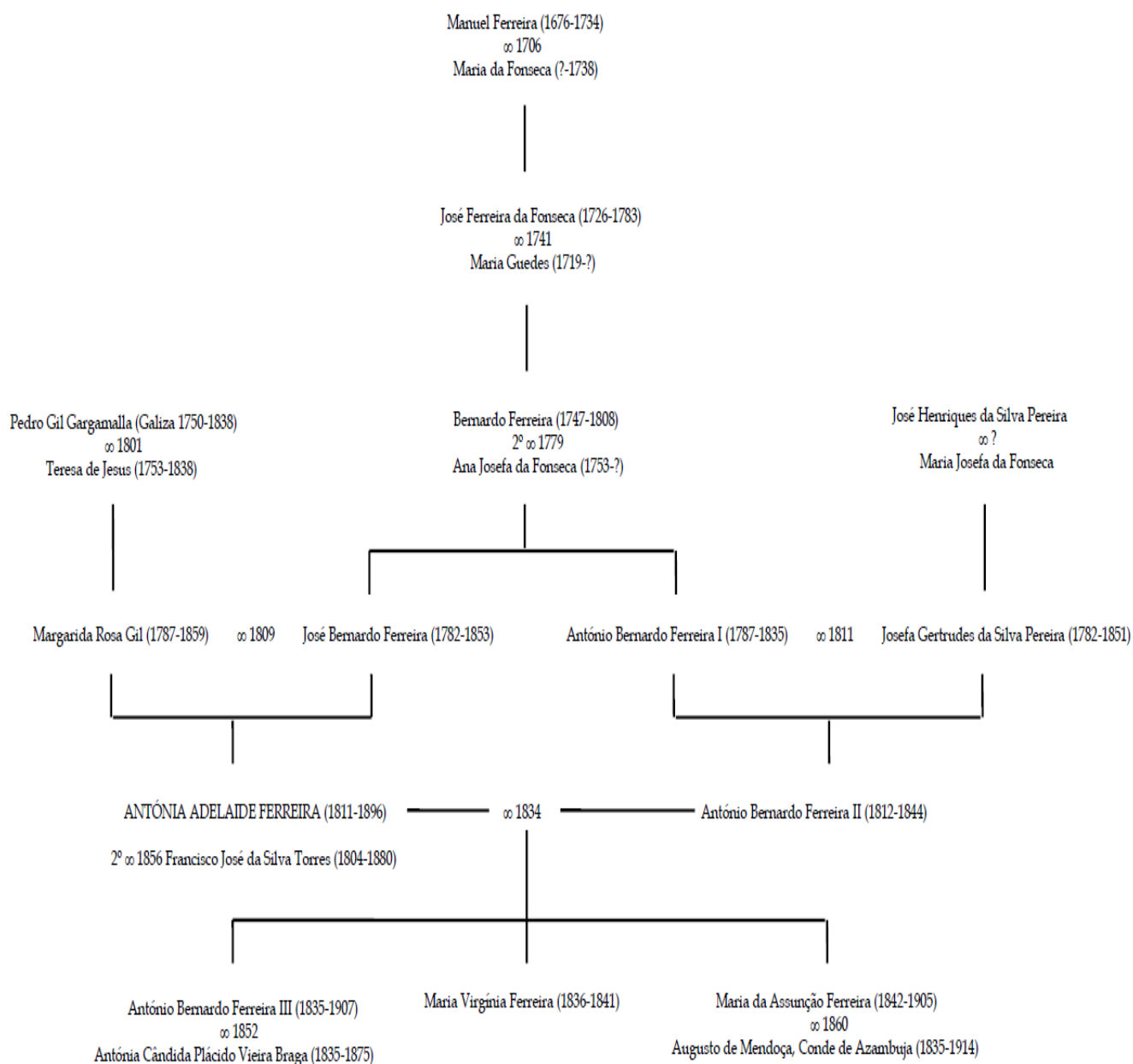
### 3.3. Um «fundo» ou vários «fundos»?

É incontestável que, pela sua notoriedade, a personalidade à volta da qual foi construído este Arquivo é D. Antónia Adelaide Ferreira, *a Ferreirinha*. Não obstante, na organização com que nos deparámos, houve uma tentativa de identificar os produtores da documentação, o que, na maior parte das vezes resultou na recuperação da sua proveniência, tendo sido individualizados outros conjuntos documentais, além do de D. Antónia:

- António Bernardo Ferreira (I)
- António Bernardo Ferreira (II)
- António Bernardo Ferreira (III)
- José Bernardo Ferreira
- Josefa Gertrudes Pereira
- Margarida Rosa Gil
- Maria da Assunção Ferreira
- Pedro Gil Gargamalla

A documentação reflecte não só a história de uma família (cuja vivência se centra no Douro mas passa, igualmente, pelo Porto, Lisboa, Paris ou Londres) mas, também a de cada indivíduo, os seus negócios (nem sempre relacionados com o vinho do Porto), as suas ligações políticas e sociais, opiniões, opções, temperamento...

Fig. 11 – Árvore genealógica da família Ferreira<sup>150</sup>



<sup>150</sup> PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [Porto]: A. A. Ferreira/BPI, 1996, p. 13.

### 3.3.1. Os vários produtores de informação: individualidades e relação familiar/empresarial

a) *Antónia Adelaide Ferreira* nasce na Rua Direita, na Régua, no ano de 1811. Será a única filha de José Bernardo Ferreira e de Margarida Rosa Gil.

Em 1834, aos 23 anos, casa com o primo, António Bernardo Ferreira (ABF II), de 22 anos, também filho único. Deste casamento nascem, em 1835, António Bernardo Ferreira (ABF III), em 1836, Virgínia e, em 1842, Maria da Assunção.

Em 1854, já viúva há 10 anos, enfrenta o Duque de Saldanha que tenta raptar Maria da Assunção para a casar com o filho e vai viver para Inglaterra.

Em 1856, casa, em segundas núpcias, com Francisco José da Silva Torres, que começara a trabalhar para a casa com ABF II, desde 1835, no escritório da Régua.

Morre, em 1896, na sua Quinta das Nogueiras, na Régua.

b) *António Bernardo Ferreira (ABF I)*: Tio e sogro de D. Antónia, nasce em 1787.

Casou em 1811 com Josefa Gertrudes da Silva Pereira. Deste casamento houve um filho, António Bernardo Ferreira II.

No ano de 1818 o seu nome consta como negociante matriculado na Real Junta do Comércio<sup>151</sup>. Enquanto negociante de vinhos, abre, em 1812, o seu escritório no Porto, na Rua dos Ingleses. Anteriormente, em 1804, havia iniciado uma



Fig. 12 – D. Antónia Adelaide Ferreira. Foto de Emílio Biel. sem data. AHCF (AAF, álbum 1, foto n.º 1).

---

<sup>151</sup> GUIMARÃES, Gonçalves — *Um português em Londres. Cartas de J. M. Virginiano, correspondente dos Ferreiras da Régua, no período pós-napoleónico*. V. N. Gaia: A. A. Ferreira/Arquivo Histórico, 1988, p. 39.



sociedade com Cristóvão de Oliveira dedicada ao comércio de diversos produtos (têxteis, cutelaria, etc.).

Em 1822, recebe o hábito da Ordem de Cristo e, em 1823, o título de fidalgo da Casa Real.

Politicamente, é um liberal moderado.

Morre em 1835.

c) *António Bernardo Ferreira (ABF II)*: Primo e primeiro marido de D. Antónia.

Nasce em 1812, na Rua Direita, na Régua, filho de ABF I e de Josefa Gertrudes.

Vai estudar para o Porto em 1823.

Recebe o título de fidalgo da Casa Real em 1824.

Aos 22 anos, em 1834, casa com Antónia Adelaide Ferreira,

sua prima. Deste casamento houve três filhos: António Bernardo Ferreira III, Maria Virgínia e Maria da Assunção Ferreira.

Em 1835, é um dos fundadores e dos maiores accionistas do primeiro banco do Porto, o Banco Comercial. Em 1839, funda da Empresa Portuense de Navegação por Vapor. Em 1842, adquire acções da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Politicamente, é setembrista.

Morre precocemente, em Paris, aos 32 anos, em 1844. Só 5 anos depois será sepultado no Cemitério da Régua.



Fig. 13 – António Bernardo Ferreira (II). Pormenor de óleo de João de Almeida Santos, 1845. Propriedade da empresa.

d) *António Bernardo Ferreira (ABF III)*: Filho de D. Antónia e de ABF II, nasce em 1835.

Casa, em 1852, com Antónia Cândida Plácido (que viria a ser cunhada de Camilo Castelo-Branco).

Como herdeiro de D. Antónia, é co-fundador da *Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto* (sociedade anónima de responsabilidade limitada criada em 1898), firma sucessora da *A. A. Ferreira, Sucessores* que havia sido criada em 1896, após a morte de D. Antónia.

Morre em 1907.



Fig. 14 – António Bernardo Ferreira (III). Foto de Emílio Biel, sem data. AHCF (AAF, álbum 1, foto n.º 3).

e) *Francisco José Silva Torres*: É o segundo marido de D. Antónia, tendo nascido em 1804.

Em 1835, dirige o escritório da Régua da casa de ABF II, juntamente com Joaquim Monteiro Maia.

Em 1844, é guarda-livros da Companhia dos Tabacos, Sabão e Pólvora, no Porto.

Em 1856, casa com D. Antónia e assume a gestão da Casa Ferreira.

Em 1863, é fundador do Banco Aliança e, em 1867, é Presidente da Assembleia-Geral da Companhia das Vinhas do Alto Douro.

É nomeado Par do Reino em 1874.

Morre em 1880, na Quinta das Nogueiras, deixando D. Antónia como sua herdeira universal.

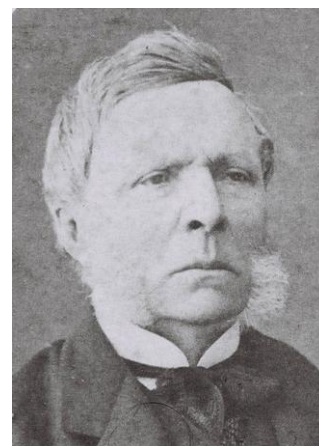


Fig. 15 – Francisco José da Silva Torres. Foto de Emílio Biel, sem data. AHCF (AAF, álbum 1, foto n.º 4).

f) *José Bernardo Ferreira*: Pai de D. Antónia, nasce em 1782.

Casou com Margarida Rosa Gil, filha de Pedro Gil Gargamalla, em 1809. Deste casamento houve uma filha, Antónia Adelaide Ferreira, nascida em 1811.

Negociante de vinhos, em 1816 torna-se sócio de José Alves do Souto. Em 1822, extingue-se a sociedade mas mantém-se a comissão liquidatária até 1824.

A partir de 1823 negocia em conjunto com o sogro, Pedro Gil.

É um miguelista pouco convicto.

Morre em 1853.

g) *Josefa Gertrudes Pereira*: Mãe de ABF II, tia e sogra de D. Antónia, nascida em 1782.

Casou com ABF I em 1811, tendo ficado viúva em 1835. Deste casamento houve um filho, António Bernardo Ferreira II, nascido em 1812.

Morre em 1851, deixando por herdeiros D. Antónia e os seus filhos.

h) *Margarida Rosa Gil*: Mãe de D. Antónia, nascida em 1787 e falecida em 1859, na Quinta de Travassos.

Casou com José Bernardo Ferreira em 1809, tendo ficado viúva em 1853. Deste casamento houve uma filha, Antónia Adelaide Ferreira, nascida em 1811.

À morte do seu marido, José Bernardo Ferreira, divide a herança com D. Antónia.

i) *Maria da Assunção Ferreira*: Filha de D. Antónia, nasce em 1842.

Casa com o Conde de Azambuja em 1860.

Como herdeira de D. Antónia, é co-fundadora da *Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto* (sociedade anónima de responsabilidade limitada criada em 1898), firma sucessora da *A. A. Ferreira, Sucessores* que havia sido criada em 1896, após a morte de D. Antónia.

Morre em 1905.



Fig. 16 – Maria da Assunção Ferreira. Foto de Emílio Biel, sem data. AHCF (AAF, álbum 1, foto n.º 4b).

j) *Pedro Gil Gargamalla*: Avô materno de D. Antónia, galego, nascido em 1750 e estabelecido na Régua, pelo menos, desde 1783.

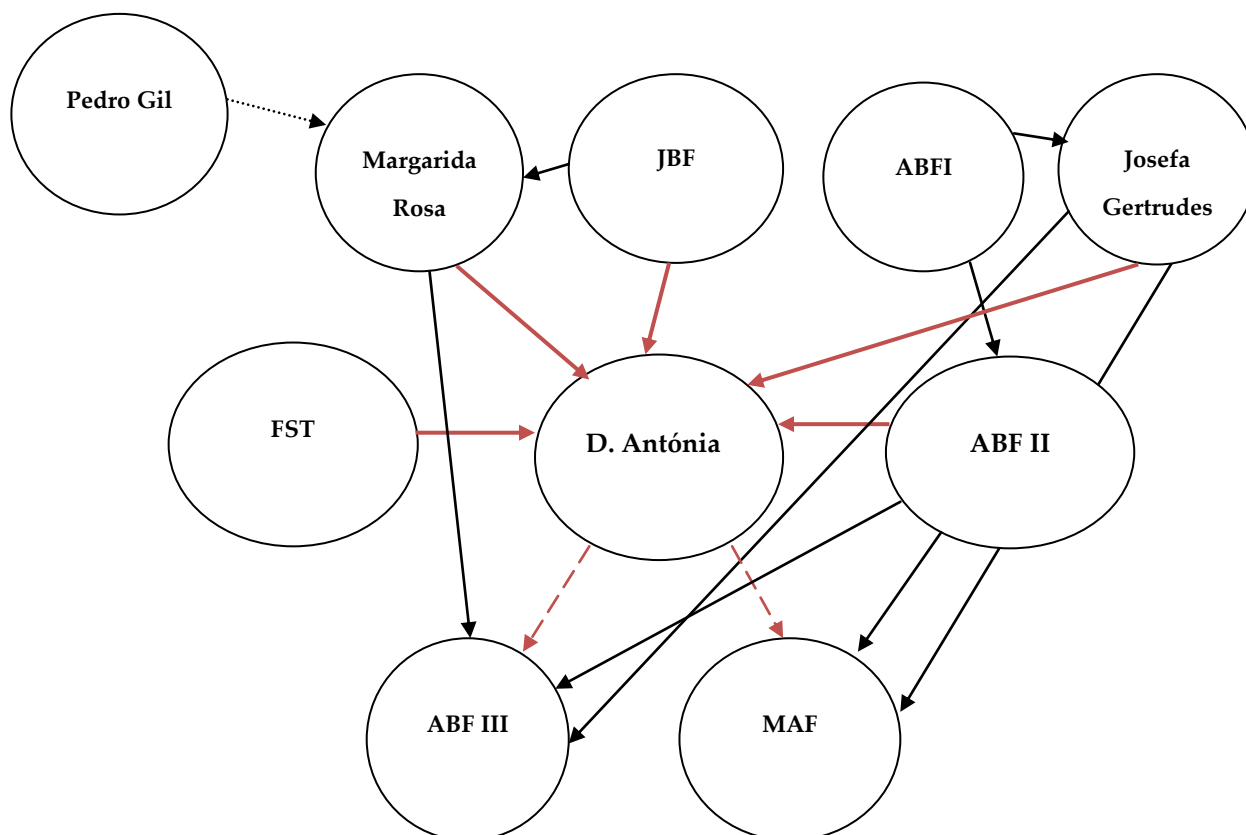
Casou em 1801 com Teresa de Jesus Carvalho. Desta união houve descendência: um filho que morreu solteiro e uma filha, Margarida Rosa Gil, nascida em 1787, que virá a ser a mulher de José Bernardo Ferreira.

Há registo da existência de livros de escrituração dos seus negócios desde 1785 (que arderam no incêndio da Régua).

Negociante de vinho geralmente em sociedade com José Bernardo Ferreira.

Morre em 1838.

**Fig. 17 – Esquema da transmissão da propriedade entre os membros da família Ferreira**



### 3.3.2. As opções técnicas

A primeira opção tomada teve a ver com os limites cronológicos do conjunto sobre o qual iria incidir o tratamento técnico-documental. Pelos motivos já referidos, foram estabelecidas as datas de 1751, a data indicada pela tradição da empresa como sendo a do seu «estabelecimento» enquanto casa comercial, e de 1896, ano da morte de D. Antónia, altura a partir da qual o negócio vai sofrer grandes alterações, passando a firma a existir, numa primeira fase, como uma sociedade dividida entre os dois herdeiros (os filhos António Bernardo e Maria da Assunção). Esta firma, a A. A. Ferreira, Sucessores, dará origem, em 1898, a uma sociedade por acções (anónima de responsabilidade limitada), com a

designação Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto (designação que se manterá até 1997, data em que é vendida à Sogrape).

Uma segunda opção foi a não inclusão de outras tipologias documentais – bibliográficas e do teor de material não livro – neste trabalho<sup>152</sup>. Assim, não foram considerados, por exemplo, os rótulos, embora a sua inclusão no quadro orgânico-funcional seja possível a qualquer altura. Sendo documentos de muito mais difícil datação, o tempo disponível para o presente trabalho não comportaria o seu estudo. Pelo seu interesse iconográfico, seriam, por si só, merecedores de uma investigação específica.

A terceira opção diz respeito à natureza do instrumento de descrição realizado. Porquanto seria do nosso desejo a realização de um catálogo, dada a extensão da documentação, tal não foi viável. Assim, o instrumento de descrição realizado foi o inventário. Contudo, foram concebidos vários instrumentos de pesquisa – índices por produtor, assunto e série – que poderão facilitar o acesso à informação, minimizando as deficiências apresentadas por um inventário.

Outra opção foi a inclusão deste conjunto documental num tipo de arquivo – pessoal, familiar, empresarial? – e a organização/classificação dos documentos de uma forma não forçada – orgânica, portanto<sup>153</sup> – que fosse, além de natural, o mais clara e evidente possível. Sobre estas questões nos debruçaremos seguidamente.

---

<sup>152</sup> Não porque consideremos que documentos de diversos tipos – fotos, livros... – não podem fazer parte do mesmo sistema. Unicamente pelos constrangimentos temporais impostos pelo prazo de elaboração de uma dissertação de Mestrado.

<sup>153</sup> Por oposição a classificação metódica, de base intelectual (não orgânica).

### 3.4. A organização do arquivo

Como já foi referido, na organização com que nos deparámos, os documentos foram alocados a cada membro da família, criando grupos documentais que se organizam em livros (séries) e pastas (geralmente dossiês mas, também, séries), partilhando entre si a designação das séries e dos dossiês. Antes da nossa intervenção, as unidades de instalação estavam organizadas por tipo (os livros formando um núcleo e as pastas outro núcleo), seguindo a ordem cronológica e, dentro de cada ano, alfabética. As unidades de instalação estavam identificadas pelo nome do produtor (membro da família), pela designação da série/dossiê e pela data; não havia número de registo da Ui., nem da cota.

Ao iniciarmos o nosso trabalho, optámos por não proceder a qualquer organização física, tendo identificado cada unidade de instalação por um código numérico sequencial<sup>154</sup>. Seguidamente, foi levado a cabo o recenseamento das unidades de instalação em registo informático<sup>155</sup>, tendo-se igualmente procedido à verificação de datas e conteúdos, bem como à medição das unidades de instalação. Paralelamente, as unidades de instalação (livros, capas, maços...) foram sumariamente limpas. Não havendo condições para intervenção mais profunda, a limpeza foi muito simples, sendo usado unicamente pano do pó e aspirador<sup>156</sup>. Também foram retirados todos os

---

<sup>154</sup> Foram elaboradas plantas do depósito e alçados da estanteria, possibilitando a localização dos documentos antes da intervenção. Após a intervenção o depósito sofreu obras e o mobiliário em madeira foi substituído por estantes de metal. Novas plantas e alçados foram realizados, sendo acrescentada à base de dados a nova localização dos documentos.

<sup>155</sup> Procedeu-se à descrição das unidades de instalação e todos os dados recolhidos foram inseridos em base de dados (um registo por unidade de instalação). As folhas de recolha de dados (FRD) foram concebidas com base nas ISAD, embora com adaptações: Sistema (em vez de «fundo»); sub-sistema (em vez de sub-fundo), entidade produtora (em vez de «grupo de arquivos»), n.º registo da Ui., designação da Ui., datas extremas, localização original, cota de localização actual...)

<sup>156</sup> As instalações onde se encontram os documentos não têm as condições mais adequadas para albergar material de arquivo; como o telhado não tem isolamento interior, há sempre muita

elementos causadores de dano (capas danificadas, clips, cordéis...) e as unidades de instalação foram minimamente estabilizadas, embora não tenha havido condições para aquisição de materiais adequados (ex: cartão e caixas *acid free*). Assim, os documentos permaneceram nas capas originais, estando, portanto, acondicionados em material de papel corrente, totalmente inadequado para o efeito em questão. Depois, as unidades de instalação foram numeradas sequencialmente, mantendo-se a sua ordem e posição no depósito<sup>157</sup>.

Após o estudo (histórico-biográfico e genealógico) dos produtores e o recenseamento e descrição dos documentos, foi possível começar a conceber uma organização teórica, tendo-se desenvolvido o quadro de classificação que, em nosso entender, melhor reflecte a essência do arquivo, cuja organicidade está bem patente na hierarquia das gerações com documentação (ver Fig. 18).

Contudo, inúmeras foram as dúvidas no nosso caminho para a organização deste arquivo, a começar pela questão da sua definição.

Estamos perante um arquivo colectivo (família/empresa) ou vários arquivos individuais?

Se o considerarmos um arquivo familiar, como classificar a documentação empresarial?

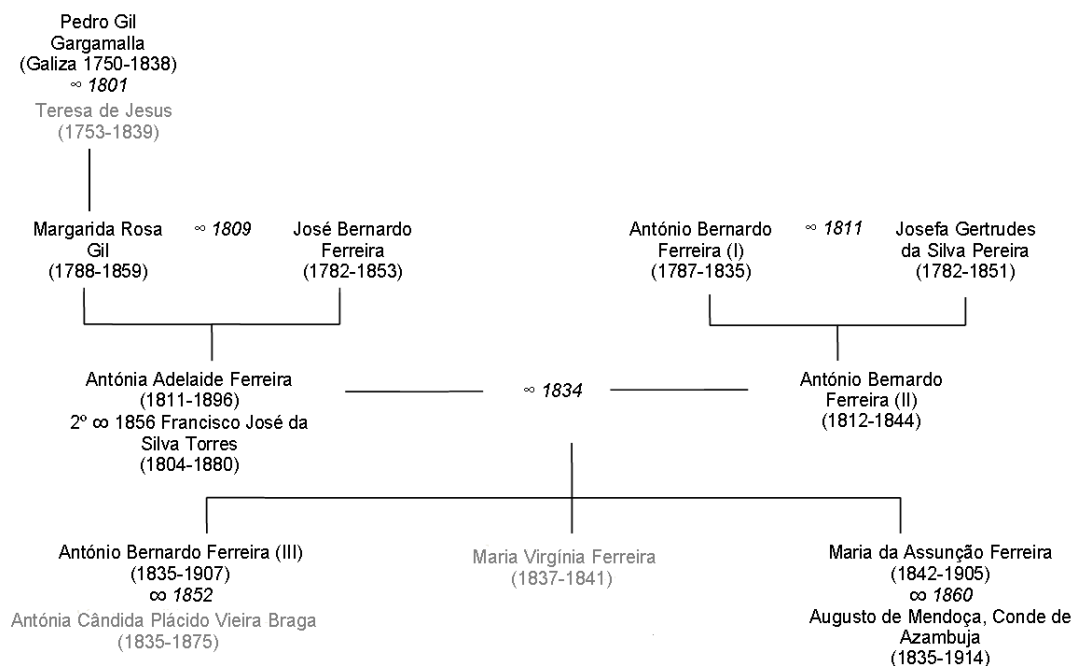
---

sujidade que se acumula sobre as unidades de instalação, pelo que houve necessidade de aspirar as capas.

<sup>157</sup> Posteriormente, após as obras no depósito, as unidades de instalação foram reorganizadas fisicamente, ordenadas por número de registo e colocadas em posição horizontal, em vez da posição original, na vertical.



Fig. 18 – Árvore genealógica referente às gerações indicadas (com documentação)<sup>158</sup>



Se o considerarmos um arquivo empresarial, como classificar a documentação pessoal?

Se considerarmos que se trata de vários arquivos pessoais, qual é a relação entre eles? Estão todos ao mesmo nível – «fundo» – ou há um «fundo» e vários «sub-fundos»?

E, nesse caso, qual é o «fundo» e quais os «sub-fundos»? Considerando que há uma relação hierárquica entre eles, qual o mais importante?

E o que vamos considerar como medida dessa importância: a antiguidade? A quantidade de documentos existentes? A relevância histórica?

Tendo começado a testar hipóteses, considerámos a hipótese da abordagem empresarial, assumindo a existência de uma casa-mãe, abarcando subsidiariamente os outros negócios e o esquema classificativo usado

<sup>158</sup> Com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [Porto]: A. A. Ferreira/BPI, 1996, p. 13.

classicamente, em que os documentos são distribuídos, de acordo com a sua origem, pelo serviço produtor (ex: as séries produzidas pelo Serviço de Contabilidade, as séries produzidas pelos Serviços Comerciais, pela Administração, pelo Secretariado...). Este exercício foi o suficiente para percebermos a inadequação ao caso. Uma empresa do século XIX não funciona da mesma forma que uma empresa do século XX. Considerar a existência de um Serviço de Contabilidade ou de um Departamento Comercial no escritório do Porto da Casa Ferreira, no ano de 1896 é totalmente absurdo, já que não tem qualquer relação com a realidade organizativa da empresa no século XIX<sup>159</sup>.

Tentámos alargar o exercício. E se, em vez de serviços organizados, pensássemos em funções? O objecto social da empresa, apesar de tudo, é o mesmo quer no século XIX, quer no século XXI: a produção, comércio e distribuição de vinho do Porto. Apesar de não haver «serviços», as funções eram desempenhadas... e, como já vimos anteriormente, os escritórios da casa funcionavam com um administrador e um ou vários caixeiros. Com alguma flexibilidade, seria possível definir a Administração (ex: série Correspondência), o Secretariado (ex: série Copiador), a Gestão Comercial (ex: séries Ordens ou Vendas), a Gestão Patrimonial (ex: série Inventários), a Gestão de Contabilidade (ex: séries Diário, Razão, Facturas, Recibos...). Mas até que ponto seria possível «encaixar» os documentos nestas funções modernas? E que direito temos nós de traduzir desta forma aquela estrutura de negócio? E como iríamos classificar as certidões de casamento e os atestados de óbito? E as partilhas e testamentos? E as obras nas casas de habitação?

---

<sup>159</sup> «É impossível ... existir informação sem organicidade, o que não significa que tenha de haver sempre uma estrutura burocratizada e dividida em directorias, departamentos, secções e repartições (tipo pluricelular), pois há entidades que funcionam sem um complicado aparelho burocrático (são unicelulares)». In SILVA, Armando B. Malheiro da — *Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património», I série. Porto: FLUP, vol. III (2004), p. 55-84.

Desistimos da abordagem empresarial, ultrapassámos a perspectiva individual – que, mesmo num contexto clássico, se nos começou a afigurar inapropriada, tendo observado que todos os produtores tinham relações entre si – e passámos à abordagem familiar, tendo tomado como referência os modelos classificativos vigentes, muito influenciados por Olga Gallego Dominguez<sup>160</sup> e adoptados, por exemplo, na organização do arquivo do Paço de Cidadelhe<sup>161</sup>. Este quadro classificativo considera a existência de várias secções, nomeadamente «Organização e constituição», «Gestão patrimonial» (com as sub-secções «Posse e administração de propriedades» e «Transacção e transmissão de bens») e «Gestão financeira» (com as sub-secções «Contabilidade» e «Empréstimo de capitais»), sendo estas comuns à família. Só depois considera a secção «Actividades individuais» onde surgem, como sub-secções os vários sujeitos individuais (elementos da família), com os seus documentos divididos pelas séries «Documentos pessoais», «Documentos de função pública» e «Documentos de função privada» (sic). Finalmente, surgem as «Colecções» onde está incluída a documentação produzida fora do âmbito da família ou dos seus membros.

Desconsiderámos o facto de não nos parecer que «Documentos pessoais», «Documentos de função pública» e «Documentos de função privada» sejam séries, ultrapassámos a circunstância de não estarmos perante uma família nobre e, conseqüentemente, não haver documentos para a secção «Organização e constituição» e, mesmo assim, não conseguimos classificar neste molde o arquivo da Casa Ferreira. Ainda que fosse possível desenvolver as secções

---

<sup>160</sup> GALLEGO DOMINGUEZ, Olga — *Manual de archivos familiares*. Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1993 *apud* SILVA, Armando Malheiro da — *Arquivos de família e pessoais. Base teórico-metodológicas para uma abordagem científica*. In «Arquivos de família e pessoais. Seminário». Vila Real: BAD, 1997, p. 51-106.

<sup>161</sup> ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL — *Arquivo do Paço de Cidadelhe*. Mesão Frio: C. M. Mesão Frio, 1996.

«Gestão patrimonial» e «Gestão financeira», considerando uma ordenação cronológica dos documentos, onde seriam encaixados os documentos relativos aos negócios? A única hipótese, de acordo com as indicações de Olga Galego, parece-nos que seria a sua inclusão na «série» «Documentos de função privada», onde são aceites as actividades empresariais<sup>162</sup>. Neste caso, as séries referentes ao negócio, apareceriam como sub-séries de uma sub-secção, com uma ordenação meramente alfabética...

O exercício feito levou-nos a verificar o carácter fragmentador desta classificação empírica e a compreender a impossibilidade da aplicação de quadros classificativos artificiais, concebidos à margem do contexto originário de produção<sup>163</sup>. Mais ainda, consideramos que «disponibilizar correctamente informação, não se compadece com expedientes simplistas e com rotinas acríticas de descrição/sumarização de documentos»<sup>164</sup>. Ou seja, o trabalho de inventariação deve ultrapassar o tecnicismo de aplicação mecânica de modelos de quadros de classificação. Na verdade, deve comportar uma aproximação holística, que tendo em conta as «práticas adquiridas», deve procurar uma abordagem mais fidedigna à época e ao contexto de produção e vida dos materiais a tratar. Para esse efeito, a investigação intercruzada com tópicos e ferramentas da História Empresarial, Familiar, Arquivística e Genealogia são essenciais.

Percebemos, também, que a «estrutura orgânica da Família não assenta nas propriedades ou bens imóveis que acumula, mas no núcleo humano e na divisão de papéis/funções e estatuto que os membros assumem no

---

<sup>162</sup> Conf. SILVA, Armando Malheiro da — *Arquivos de família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica*. In «Arquivos de família e pessoais. Seminário». Vila Real: BAD, 1997, p. 51-106.

<sup>163</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>164</sup> SILVA, Armando B. Malheiro da — *Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património», I série. Porto: FLUP, vol. III (2004), p. 55-84.

encadeamento geracional que a produção biológica estabelece»<sup>165</sup>. Neste padrão, esta realidade é mais evidente que nas nobiliárquicas.

Foi esta constatação que, finalmente, nos fez entender os «dois paradigmas em confronto – um ainda dominante e caracterizado como custodial, patrimonialista, historicista, estático e tecnicista e outro, emergente, que é pós-custodial e dinâmico»<sup>166</sup>, de acordo com a perspectiva sistémica proposta por Armando Malheiro da Silva.

Assim, considerando que a noção de «fundo»<sup>167</sup> (estática e fechada) não era suficiente para descrever o caso em questão, abraçámos a definição de «arquivo» como «sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores»<sup>168</sup> e decidimos experimentar o «modelo sistémico de informação activa e permanente», considerando que este se ajusta «à especificidade da entidade, qualquer que ela seja, e do seu contexto», embora aceitando «como premissas básicas ou elementares, as diferenças de estrutura, de missão/objectivos e de articulação que há, por exemplo, entre uma Família e uma Prefeitura Municipal...»<sup>169</sup>.

Considerando, além disso, que uma família pode ser definida como «a combinação dinâmica do vector biológico da reprodução humana com a

---

<sup>165</sup> SILVA, Armando B. Malheiro da — *Arquivos de famílias e pessoas. Uma abordagem científica e sistémica em alternativa ao empirismo fragmentador*. Texto policopiado.

<sup>166</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>167</sup> O arquivo como a mera ligação extrínseca de estrutura orgânica e função serviço/uso, fechado na definição de «conjunto orgânico de documentos de arquivo de uma única proveniência». Conf. ALVES, Ivone e outros — *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

<sup>168</sup> SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel — *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, vol.1.

<sup>169</sup> SILVA, Armando B. Malheiro da — *Arquivos de famílias e pessoas. Uma abordagem científica e sistémica em alternativa ao empirismo fragmentador*. Texto policopiado.

inserção sócio-económica do agregado familiar»<sup>170</sup> e que, como já referido anteriormente, tínhamos determinado a hierarquia das gerações com documentação, não nos foi difícil passar à elaboração de um quadro orgânico-funcional, assente na estrutura geracional e «tendo em conta dois fundamentos orgânicos e estruturais da família: a união de dois indivíduos e a acção dos diferentes membros individuais da família»<sup>171</sup>, embora tendo em mente o carácter eminentemente empresarial da documentação.

A questão que nos dividia quanto à definição do Arquivo como Pessoal ou Familiar deixou de ter razão de ser, uma vez que «Arquivos de Família e Arquivos Pessoais são irreduzíveis, embora os segundos impliquem sempre uma ligação mais ou menos difusa à entidade familiar... e partilham, por isso, com ela algumas importantes afinidades estruturais, mas também se distinguem na medida em que resultam exclusiva ou predominantemente da vida/actividade de uma pessoa, membro destacado/isolado de determinada

---

<sup>170</sup> SILVA, Armando B. Malheiro da — *Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património», I série. Porto: FLUP, vol. III (2004), p. 55-84. O autor vai mais longe nesta definição: «De acordo com esta base de modelização, é possível postular que o sistema e informação familiar activa (ou desactivada) e permanente remete sempre para uma estrutura unicelular, mas esta informação, por si só, não esclarece, por completo, os contornos da organicidade subjacente a qualquer família em todas as modalidades de adaptação sócio-económica, demográfica e jurídica (regime matrimonial) ao devir do processo histórico (estrutural e conjuntural) e civilizacional». Dada esta definição, «podemos ir buscar os fundamentos orgânicos e estruturais da Família aos seguintes elementos:

- união afectiva e física de dois indivíduos
- procriação e continuidade genética através de descendência em sucessivas gerações
- acção dos diferentes membros individuais a fim de garantirem a sobrevivência colectiva e as estratégias subsequentes de poder sócio-económico, político e simbólico».

<sup>171</sup> SILVA, Armando Malheiro da; GONÇALVES, Maria Fernanda Silva — *Da memória ao acesso à Informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico*. «Revista de Letras», série II. Vila Real: UTAD, n.º 6 (2007).

família e entregue por inteiro aos efeitos estruturantes da sua acção individual»<sup>172</sup>.

Desta forma, poderíamos considerar estar perante um Arquivo de Família, sem, contudo, desvirtuar os Arquivos Pessoais, uma vez que «... se postularmos que organicidade pessoal reside na infância, na adolescência/juventude e na adultez/velhice, ressalta a imediata consequência de podermos cruzar, do ponto de vista do *encaixe* documental, a documentação pessoal com a familiar»<sup>173</sup>.

Além disso, como o modelo sistémico «está concebido para captar, na medida do possível, a organicidade inerente ao ser humano... enquanto totalidade psicossomática que nasce, amadurece e envelhece», estas fases orgânicas estão associadas «a um leque de possibilidade de acção (ou de actividade)»<sup>174</sup>. Temos, assim, «estádios psicossomáticos de desenvolvimento genericamente justapostos aos ciclos de existência activa: infância-estudante..., adulto-pessoa activa com uma ou mais profissões, com ou sem intervenção cívica, política, social...»<sup>175</sup>. Ao encaixar a documentação/fixar a informação de um indivíduo na fase da vida ou no segmento etário em que ele a adquiriu ou produziu, consegue-se «aproximar a informação da organicidade subjacente»<sup>176</sup>.

---

<sup>172</sup> SILVA, Armando Malheiro da — *Arquivos de família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica*. In «Arquivos de família e pessoais. Seminário». Vila Real: BAD, 1997, p. 51-106.

<sup>173</sup> SILVA, Armando B. Malheiro da — *Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património», I série. Porto: FLUP, vol. III (2004), p. 55-84.

<sup>174</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>175</sup> SILVA, Armando Malheiro da — *Arquivos de família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica*. In «Arquivos de família e pessoais. Seminário». Vila Real: BAD, 1997, p. 51-106.

<sup>176</sup> SILVA, Armando B. Malheiro da — *Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património», I série. Porto: FLUP, vol. III (2004), p. 55-84.

A dificuldade «em distinguir, com rigor, a informação que uma pessoa produz ou recebe, enquanto ser humano e enquanto sujeito activo, assumindo papéis socioeconómicos diversos, é, com proveito, gerida pelo modelo sistémico, o qual, além das fases evolutivas, permite operar, dentro delas, com a informação transversal a toda a fase e, com a específica, de uma actividade ou função»<sup>177</sup>. Nesta perspectiva, foi-nos possível fixar organicamente a documentação relacionada com a função empresarial dos produtores, sem a alienar das restantes, mostrando a organicidade pessoal (fases da vida) e a organicidade familiar (gerações).

## QUADRO ORGÂNICO-FUNCIONAL: CASA FERREIRA (SISTEMA)

**Situação sistémica híbrida: pessoal e familiar<sup>178</sup>, colocando o centro orgânico-funcional na família, mas com grande prevalência da função empresarial**

<b>1. SECÇÃO</b>	<b>CASAL Pedro Gil Gargamalla (1750-1838) e Teresa de Jesus (1753-1839)</b>	<b>Datas abrangidas pelos documentos</b>	
<b>1.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Pedro Gil Gargamalla casado com Teresa de Jesus (1801-1838)</b>		
<b>1.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Pedro Gil Gargamalla (1750-1838)</b>		
1.2.1. Sub-sub-secção	Pedro Gil Gargamalla em nome próprio	1826	1838
1.2.2. Sub-sub-secção	Pedro Gil Gargamalla em sociedade com José Bernardo Ferreira	1818	1838
<b>2. SECÇÃO</b>	<b>CASAL José Bernardo Ferreira (1782-1853) e Margarida Rosa Gil (1787-1859)</b>	<b>Datas abrangidas pelos documentos</b>	
<b>2.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>José Bernardo Ferreira casado com Margarida Rosa Gil (1809-1853)</b>		
<b>2.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>José Bernardo Ferreira (1782-1853)</b>		
2.2.1. Sub-sub-secção	José Bernardo Ferreira em nome próprio	1812	1853

<sup>177</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>178</sup> Idem. *Ibidem*.



2.2.2. Sub-sub-secção	José Bernardo Ferreira em sociedade com José Alves do Souto	1819	1824
2.2.3. Sub-sub-secção	José Bernardo Ferreira em sociedade com Pedro Gil Gargamalla	1818	1838
<b>2.3. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Margarida Rosa Gil (1787-1859)</b>		
2.3.1. Sub-sub-secção	Margarida Rosa Gil em nome próprio	1857	1859
2.3.2. Sub-sub-secção	Margarida Rosa Gil herdeira de José Bernardo Ferreira	1853	1859
<b>3. SECÇÃO</b>	<b>CASAL António Bernardo Ferreira I (1787-1835) e Josefa Gertrudes (1782-1851)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>3.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>António Bernardo Ferreira I casado com Josefa Gertrudes (1811-1835)</b>		
<b>3.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>António Bernardo Ferreira I (1787-1835)</b>		
3.2.1. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira I em nome próprio	1805	1835
3.2.2. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira I em sociedade com Cristóvão de Oliveira (1804-1815)	1804	1815
<b>3.3. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Josefa Gertrudes (1782-1851)</b>		
3.3.1. Sub-sub-secção	Josefa Gertrudes em nome próprio	1835	1851
<b>4. SECÇÃO</b>	<b>CASAL Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896) e António Bernardo Ferreira II (1812-1844)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>4.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira casada com António Bernardo Ferreira II (1834-1844)</b>	1839	1844
<b>4.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896)</b>		
4.2.1. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira em nome próprio	1818	1856
4.2.2. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira accionista do Teatro S. João	1840	1875
4.2.3. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira herdeira de António Bernardo Ferreira II	1844	1859
4.2.4. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira herdeira de Josefa Gertrudes	1852	1857
4.2.5. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira herdeira de José Bernardo Ferreira	1853	1859
<b>4.3. SUB-SECÇÃO</b>	<b>António Bernardo Ferreira II (1812-1844)</b>		
4.3.1. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II em nome próprio	1835	1844
4.3.2. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II accionista da Empresa do Vapor «Porto»	1837	1844

4.3.3. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II accionista da Sociedade de Pescarias Setubalense	1837	1842
4.3.4. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II sócio da empresa de navegação Vapor «Quinta do Vesúvio»	1838	1842
4.3.5. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II sócio da Empresa da Estrada do Porto e Coimbra	1839	1843
4.3.6. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira accionista do Teatro S. João	1839	1843
4.3.7. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II accionista da Companhia de Navegação do Tejo e Sado	1839	1839
4.3.8. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II accionista da Empresa Portuense de Navegação por Vapor	1839	1839
4.3.9. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II accionista do Teatro de Santa Catarina	1841	1841
4.3.10. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II accionista da Companhia de Artefactos de Metais	1842	1842
4.3.11. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira II fundador e financiador do jornal «A Coalisão»	1843	1844

<b>5. SECÇÃO</b>	<b>CASAL Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896) e Francisco José da Silva Torres (1804-1880)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>5.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira casada com Francisco José da Silva Torres (1856-1880)</b>	1856	1880
<b>5.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896)</b>		
5.2.1. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira em nome próprio	1854	1896
5.2.2. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira accionista do Teatro S. João	1840	1875
5.2.3. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira accionista da Companhia de Navegação do Tejo e Sado	1850	1850
5.2.4. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira accionista da Empresa Portuense de Navegação por Vapor	1850	1850
5.2.5. Sub-sub-secção	Antónia Adelaide Ferreira – negócio da loja do Porto	1880	1894
<b>5.3. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Francisco José da Silva Torres (1804-1880)</b>		
5.3.1. Sub-sub-secção	Francisco José da Silva Torres em nome próprio	1835	1880
5.3.2. Sub-sub-secção	Francisco José da Silva Torres fundador e Director da Companhia do Contrato do Tabaco	1861	1862

<b>6. SECÇÃO</b>	<b>CASAL António Bernardo Ferreira III (1835-1907) e Antónia Cândida Plácido Vieira Braga (1835-1875)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>6.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>António Bernardo Ferreira III casado com Antónia Cândida (1852-1875)</b>		
<b>6.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>António Bernardo Ferreira III (1835-1907)</b>		
6.2.1. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira III em nome próprio	1848	1896
6.2.2. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira III accionista do Teatro S. João	1840	1875
6.2.3. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira III herdeiro de António Bernardo Ferreira II	1844	1859
6.2.4. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira III herdeiro de Josefa Gertrudes	1852	1857
6.2.5. Sub-sub-secção	António Bernardo Ferreira III herdeiro de Antónia Adelaide Ferreira	1896	1896
<b>7. SECÇÃO</b>	<b>CASAL Maria da Assunção Ferreira (1842-1905) e Augusto Mendonça, Conde de Azambuja (1835-1914)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>7.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Maria da Assunção Ferreira casada com Augusto Mendonça (1860-1905)</b>	1860	1861
<b>7.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Maria da Assunção Ferreira (1842-1905)</b>		
7.2.1. Sub-sub-secção	Maria da Assunção Ferreira em nome próprio	1850	1896
7.2.2. Sub-sub-secção	Maria da Assunção Ferreira herdeira de António Bernardo Ferreira II	1844	1859
7.2.3. Sub-sub-secção	Maria da Assunção Ferreira herdeira de Josefa Gertrudes	1852	1857
7.2.4. Sub-sub-secção	Maria da Assunção Ferreira herdeira de Antónia Adelaide Ferreira	1896	1896
<b>SUB-SISTEMA CHARLES KENDALL</b>		<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>8. SECÇÃO</b>	<b>Charles Kendal em sociedade com Douthat Kendall</b>	1835	1840

Considerando que «o quadro orgânico funcional não é um instrumento de acesso, mas permite compreender facilmente a distribuição cronológico-contextual dos documentos pelas sucessivas fases da trajectória de uma vida»<sup>179</sup>, podemos perceber que este inventário inclui a descrição da documentação pessoal e profissional/comercial de 4 gerações da Família Ferreira e, em sub-sistema, a documentação de uma sociedade que só foi adquirida por um membro da família após a sua falência.

Apresentada desta forma, a documentação possui organicidade (familiar/pessoal) e funcionalidade (com grande vocação empresarial).

## **Conclusão**

Como afirmámos no início do trabalho, o objectivo desta dissertação era o estudo e tratamento do Arquivo da Casa Ferreira desde 1751, ano do seu «estabelecimento» como casa comercial, até 1896, data da morte de D. Antónia e termo da organização da empresa em moldes tradicionais, tal como tinha funcionado ao longo do século XIX.

Através do recenseamento da documentação e do estudo da família e da empresa, foram confirmados os produtores dos documentos assim como as relações pessoais/familiares/empresariais que os uniam e, conseqüentemente, foi identificada a razão da sua inclusão neste grupo documental, à partida, abordado como empresarial.

---

<sup>179</sup> Idem. *Ibidem*.

Fig. 19 – Aspecto da sala do Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha onde se encontram os documentos da Casa Ferreira, após as obras e a organização



Creemos ter justificado suficientemente as opções tomadas: o âmbito cronológico abarcado, a não inclusão de outras tipologias documentais e o nível do instrumento de descrição realizado. Contamos, um dia mais tarde, poder levar a cabo não só a realização de um catálogo como a descrição dos materiais que ficaram fora deste recenseamento. Esperamos, contudo, que a inclusão dos índices de pesquisa possa facilitar o acesso à informação, minimizando as deficiências apresentadas pelo inventário.

A outra opção tomada (e muito pensada) foi a da aceitação do novo paradigma científico e pós-custodial que vem sendo crescentemente adoptado em substituição da abordagem tecnicista, considerando este conjunto documental um sistema de informação assente na estrutura geracional típica da instituição familiar (embora, neste caso, com prevalência da função empresarial), em vez da noção estática e fechada de «fundo» e da aplicação de quadros de classificação artificialmente concebidos, sem consideração pelo contexto produtivo.

Num âmbito mais alargado, como forma introdutória de abordagem à matéria, tentámos analisar as questões legais relacionadas com a definição de «Arquivo Privado», fazendo um levantamento da legislação existente que enquadra os arquivos pessoais/familiares, os empresariais e os institucionais de cariz privado, no nosso país. Foi, ainda, nosso objectivo mostrar a importância dos Arquivos Privados (pessoais, familiares e empresariais) para o desenvolvimento do conhecimento histórico, económico e social, assim como a identificação de problemas suscitados por este tipo de arquivos, principalmente no que refere à sua conservação, ao acesso à informação, e à falta de legislação reguladora/protectora e à falta de incentivos à sua preservação.

Num âmbito mais específico, concretamente em relação ao património arquivístico do sector do vinho do Porto, esperamos ter dado conta da sua

dimensão e valor através da indicação (não exaustiva) dos arquivos pessoais, familiares, empresariais e institucionais deste sector, assim como das restantes instituições nacionais e internacionais (desde a Biblioteca Nacional de Portugal ao Public Record Office, de Inglaterra) detentoras de documentação sobre o vinho do Porto. Esperamos ter conseguido apresentar a situação dos arquivos empresariais do sector do vinho do Porto, mostrando, por um lado, a situação precária da grande maioria e, por outro, através do exemplo dado pelos que estão acessíveis ao público, a riqueza da informação contida nestes arquivos.

Tendo tido como ponto de partida o Arquivo da Casa Ferreira, este trabalho assume a preocupação com as questões arquivísticas e, simultaneamente, com as questões patrimoniais de preservação de instrumentos de memória, chamando a atenção para a importância dos Arquivos Privados, para a necessidade da sua salvaguarda e para as condições de acesso que poderão facilitar o uso qualificado desses instrumentos de memória em processos de produção de conhecimento.

## Fontes manuscritas

*Registos paroquiais de Godim* – ADVR, Lv. 56, 57 e 59.

*Registos paroquiais de Loureiro* – ADVR, Lv. 209, 212 e 215.

*Registos paroquiais de Régua* – ADVR, Lv. 26, 27, 28, 29 e 31.

*Documentos da Casa Ferreira* – AHCF, Ui. 19 a Ui. 1062.

LIMA, J. J. de — *Os Ferreiras da Régua*. Porto: [s. d.] (exemplar fotocopiado existente no AHCF).

## Bibliografia

AAVV — *Seminário sobre Arquivos de família e pessoais (Actas)*. Vila Real: BAD, 1997.

ALBUQUERQUE, Teresa; ALCOCHETE, Luís Daupias de; SILVA, Armando Malheiro da — *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*. Vila Real: Fundação Casa de Mateus, 2005.

ALVES, Ivone e outros — *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

ARAÚJO, Henrique Gomes de — *A Casa Ferreira: a construção antropológica do sucessor*. Lisboa: Livros Quetzal, 2001.

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL — *Arquivo do Paço de Cidadelhe*. Mesão Frio: C. M. Mesão Frio, 1996.

BARROS, Amândio; LEAL, Paula Montes — *Pergaminhos medievais da Quinta da Pacheca. I*. «Cadernos da revista DOURO – Estudos e Documentos», n.º 6. Porto: GEHVID/Associação Beira Douro, 2001.

BELL, Judith — *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em Ciências Sociais e em Educação*. 3ª ed. Lisboa: Gradiva, 2004.

CORDEIRO, José Manuel Lopes — *Algumas necessidades básicas para a salvaguarda dos arquivos históricos das empresas portuguesas*. Disponível em <[http://www3.dsi.uminho.pt-beirasetembro\\_05docslivro\\_final7lopescordeiro.pdf](http://www3.dsi.uminho.pt/beirasetembro_05docslivro_final7lopescordeiro.pdf)>. [Consulta realizada em 15.07.2011].



CORDEIRO, José Manuel Lopes — *Uma tarefa urgente: salvar arquivos de empresa*. «Forum». Braga: n.º 32 (2003), p. 97-134.

DUCROT, A. — *Archives personnelles et familiales: statut legal et problèmes juridiques*. «Gazette des Archives», n.º 157 (1992), p. 134-135.

DUCROT, Ariane — *A classificação dos arquivos pessoais e familiares*. «Revista de Estudos Históricos». Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV: vol. 11, n.º 21 (1998), p. 151-168.

*ESTATUTOS da Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto, sucessora da casa A. A. Ferreira, Sucessores*. Porto: Tipografia de «Comércio do Porto». 1898.

FAUVRELLE, Natália; LEAL, Paula Montes — *Arquivo da Quinta de Santa Júlia de Loureiro*. «Douro – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, n.º 4 (1997), p. 377-385.

FERNANDES, Beatriz; SANTOS, Margarida — *Relatório de trabalho do Projecto do Inventário do Arquivo da Real Companhia Velha*. Porto: CEPESE, 2006.

FERNANDES, Daniela Teixeira — *Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial*. Lisboa: Gabinete de Estudos A&B, 2004.

FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa — *Quintas do Douro: as arquitecturas do vinho do Porto*. Tese mestrado em História da Arte em Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

FREIRE, Dulce — *Os Vinhos do Douro e os Outros. Primeiros Anos de Organização Corporativa*. «Douro – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, n.º 6 (1998), p. 101-125.

GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita — *Arquivo da Casa da Calçada de Provesende: Catálogo*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 2005.

GRÉMIO DOS EXPORTADORES DE VINHO DO PORTO — *Álbum comemorativo da sua instalação definitiva no Palácio da Associação Comercial do Porto*. [S. l.]: GEVP, 1948.

GUIMARÃES, Gonçalves — *Um português em Londres. Cartas de J. M. Virginiano, correspondente dos Ferreiras da Régua, no período pós-napoleónico*. V. N. Gaia: A. A. Ferreira/Arquivo Histórico, 1988.

GUIMARÃES, Paulo — *Arquivos e história empresarial: história sem empresas, empresas sem história?* Actas do «I Encontro de Arquivos Empresariais». Lisboa: BAD, 2001, p. 1-11.

HERCULANO, Alexandre — *Opusculos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, tomo I.

HILDESHEIMER, Françoise — *Les archives privées. Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*. Paris: Éditions Christian, D. L. 1990.

ISAAR (CPF) — *Norma internacional para os registos de autoridade arquivística relativos a instituições, pessoas singulares e famílias*. Versão provisória da 2ª edição. Lisboa: IAN/TT, 2002.

ISAD (G) — *Norma internacional de descrição arquivística. Adaptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2002.

IVP — *O sector do Vinho do Porto em 1997. História, região e mercado do Vinho do Porto*. Porto: IVP, [1998].

LAGE, Maria Otília Pereira — *Terras do Vale do Sousa e biografias de sucesso, no quadro das migrações de longa distância: novas fontes a explorar. A contribuição dos arquivos de família*. In «2º Congresso Histórico de Guimarães. História local II. População e sociedade. Evolução de comportamentos (séc. XVI a XX). Actas». [S. l.]: C. M. Guimarães, Universidade do Minho, 1996, vol. 7, p. 45-96.

LEAL, Paula Montes (org.) — *Inventário do Arquivo da Casa do Douro (1932-1974)*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2008.

LEAL, Paula Montes (org.) — *Inventário do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto (1933-1974)*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003.

MACEDO, Ana Maria Costa — *Arquivos de família e história local*. In «2º Congresso Histórico de Guimarães. História local II. População e sociedade. Evolução de comportamentos (séc. XVI a XX). Actas». [S. l.]: C. M. Guimarães, Universidade do Minho, 1996, vol. 7, p. 101-110.

MAIO, Vânia de Jesus — *Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955). Reconstituição da memória*. Porto: FLUP, 2009. Dissertação de Mestrado em História e Património, Variante Arquivos Históricos.

MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira — *Memória arquivística medieval e moderna: os principais fundos arquivísticos portugueses*. «In'cid». [Porto]: Universidade Portucalense, n.º 1 (2004), p. 59-75.

MARTINS, Alcina Manuela Oliveira (coord.) — *Património documental*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) — *Caracterização do património histórico e cultural da zona histórica da Gaia*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 2000, vol. VII, tomo I, II e III.

MARTINS, Conceição Andrade — *Memória do vinho do Porto*. Lisboa: ICS, 1990.

MENDES, José Amado — *Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa*. 1º Encontro Internacional de Arquivos Empresariais «Arquivos empresariais: novos desafios, novas soluções», organizado pela BAD em Lisboa, 23-24 Novembro, 2001, p. 1-7.

MENESES, Ana Sandra de Castro — *Arquivo da Casa de Avelar. Estudo orgânico e catálogo*. Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 2010. Disponível em <[www.adb.uminho.pt/uploads/Parte%20I.pdf](http://www.adb.uminho.pt/uploads/Parte%20I.pdf)>.

MONTEIRO, Manuel — *O Douro*. [S. l.]: Emílio Biel & Cia. - Editores, 1911.

*O GUARDA-LIVROS MODERNO, ou Curso completo de instrucçoens elementares sobre as operações do commercio, tanto em mercadorias, como em banco. Offerecido aos negociantes portuguezes por Manoel Teixeira Cabral de Mendonça*. Tomo II. Lisboa: Na Impressão Régia, 1816.

PEIXOTO, António Maranhão — *Arquivos municipais: Evolução e afirmação*. «Cadernos BAD». Lisboa: BAD, n.º 2 (2002), p. 96-104.

PEIXOTO, António Maranhão — *Os arquivos municipais no dealbar do século XXI*. In «Actas do 9º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas». BAD, 2007. Disponível em <<http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso9.htm>>. [Consulta realizada em 10.05.2009].

PEIXOTO, Fernando — *O triângulo corporativo e os primeiros passos do Instituto do Vinho do Porto*. «Douro – Estudos e Documentos». Porto: GEHVID, n.º 6 (1998), p. 51-99.

PEIXOTO, Pedro Abreu — *A aplicação das ISAD (G) aos arquivos de família*. «Páginas a&b». Lisboa: Edições Colibri, n.º 4 (1999), p. 55-70.

PEIXOTO, Pedro de Abreu — *Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal*. «Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação – Cadernos BAD». Lisboa: APBAD, n.º 1 (2002), p. 77-90.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Por um Arquivo Histórico do Vinho do Porto*. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20288/2/revpopsoc92002gmpereira0000848-16.pdf>>. [Consulta realizada em 10.03.2011].

PEREIRA, Gaspar Martins — *Sogrape, uma história vivida*. Porto: Sogrape/Campo das Letras, 2003.

PEREIRA, Gaspar Martins; LEAL, Paula Montes — *Arquivos empresariais no sector do vinho do Porto*. «Arqueologia Industrial», 4ª série. Vol. II, n.º 1-2 (2006), p. 69-76.

PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [Porto]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

PINA-CABRAL, João de [et al.] — *A casa do Noroeste – introdução e comentários a um encontro pluridisciplinar*. «Análise Social», vol. XXIII: n.º 95 (1987), p. 151-163.

RIBEIRO, Fernanda — *Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?* In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) — *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: FLUP, 2003, vol. 3, p. 1401-1414.

RIBEIRO, Fernanda — *Gestão da Informação / Preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?* <Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF>>. [Consulta realizada em 10.12.2010].

RIBEIRO, Fernanda Cândida — *Os arquivos municipais portugueses. Considerações em torno de um inquérito*. «Cadernos de Estudos Municipais». [S. l.]: Arquivos Distrital de Braga/Universidade do Minho, n.º 2-3 (Nov. 94-Mai. 95), p. 11-42.

ROSA, Maria de Lurdes — *Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (épocas Medieval e Moderna)*. «Revista de História da Sociedade e da Cultura, n.º 9 (2009), p. 9-42.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol (coord.) — *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: D. Quixote, 1998.

SAMPAIO, Maria da Luza Braga; MONTEIRO, Cláudia — *O acervo de Manuel Pinto de Azevedo no Museu da Indústria: contornos e possíveis usos de um Sistema de Informação Familiar/Empresarial*. «Páginas a&b». Lisboa: Gabinete de Estudos a&b , n.º 20 (2007), p. 105-115.

SANTOS, António Sá e BICAS, Maria Margarida Meira — *Legislação aplicada às bibliotecas, arquivos e documentação*. Col. «Direito – Legislação». Lisboa: VISLIS editores, 1999.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt — *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2ª ed. Trad. Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro: FGV (Fundação Getúlio Vargas), 1980.

SEQUEIRA, Carla — *Torcato Luís de Magalhães (1856-1929): paladino do Douro*. Régua: Comissão Executiva das Comemorações dos 250 Anos da Região Demarcada do Douro/Câmara Municipal de Alijó, 2006.

SETON, Rosemary E. — *The preservation and administration of private archives: a RAMP study*. Paris: UNESCO, 1984.

SHELLENBERG, T. D. — *Arquivos modernos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SILVA, Armando B. Malheiro da — *Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interativo*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património», I série. Porto: FLUP, vol. III (2004), p. 55-84.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel — *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, vol. 1.

SILVA, Armando Malheiro — *A gestão da informação abordada no campo da Ciência da Informação*. «Páginas a&b». Lisboa: Gabinete de Estudos a&b , n.º 16 (2005), p. 89-113.

SILVA, Armando Malheiro — *Arquivos de família e arquivos particulares*. In «IV Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Braga, 4-6 Março, 1992». Braga: BAD, 1992, vol. 2, p. 265-278.

SILVA, Armando Malheiro da — *Arquivos de família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica*. In «Arquivos de família e pessoais. Seminário». Vila Real: BAD, 1997, p. 51-106.

SILVA, Armando Malheiro da (coord.) — *Casa de Mateus: catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005.

SILVA, Armando Malheiro da; GONÇALVES, Maria Fernanda Silva — *Da memória ao acesso à Informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico*. «Revista de Letras», série II. Vila Real: UTAD, n.º 6 (2007).

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda Cândida — *A avaliação em Arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica*. «Páginas a&b». Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, n.º 5 (2000), p. 57-113.

SOUSA, Fernando de (dir.) — *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Porto: CEPESE, 2003.

VIEIRA, João — *A Arquitectura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original*. «Páginas a&b». Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, n.º 17 (2006), p. 7-24.

## **Legislação**

COSTA, F. Carvalho (coord. e notas) — *Código comercial e legislação complementar*. 12ª ed. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002.

*CÓDIGO Civil Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

*CÓDIGO de Direito Canónico*. 3ª edição revista. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, [DL 1995].

DECRETO-LEI n.º 16/93, de 23 de Outubro: Lei de Bases dos Arquivos Portugueses.

LEI n.º 107/2001, de 8 de Setembro: Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

LEI n.º 16/2001, de 22 de Junho: Lei da Liberdade Religiosa.

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 74/2004: Aprova, para ratificação, a Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, assinada em 18 de Maio de 2004 na Cidade do Vaticano.

DECRETO n.º 12.007, de 31 de Julho de 1926: Cria o Entrepasto de Gaia.

DECRETO-LEI n.º 86/86, de 7 de Maio de 1986: Autoriza a exportação de vinho do Porto engarrafado pelos Produtores do Douro que satisfaçam as regras em vigor.

DECRETO-LEI n.º 248/86 de 25 de Agosto: Cria o estabelecimento mercantil individual de responsabilidade limitada.

### **Recursos disponíveis na *web***

<[http://www.cadvogados.pt/files/\\_Contratos\\_Publicos\\_4a1d5336add9e.pdf](http://www.cadvogados.pt/files/_Contratos_Publicos_4a1d5336add9e.pdf)>. [Consulta realizada em 14.05.2011].

<<http://adbgc.dgarq.gov.pt/>>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<<http://antt.dgarq.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/>>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<[http://emprego.universia.pt/contenidosHTML/emprendedores/formas\\_juridicas/...](http://emprego.universia.pt/contenidosHTML/emprendedores/formas_juridicas/...)>. [Consulta realizada em 24.04.2011].

<<http://forum.wordreference.com/showthread.php?t=1918068>>. [Consulta realizada em 24.04.2011].

<[http://octalberto.no.sapo.pt/pessoas\\_singulares.htm](http://octalberto.no.sapo.pt/pessoas_singulares.htm)> [Consulta realizada em 28.03.2011].

<<http://www.adguarda.pt/>>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<<http://www.ad-viseu.com/>>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<<http://www.advrl.org.pt/>>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<[http://www.aevp.pt/index\\_assoc.asp](http://www.aevp.pt/index_assoc.asp)>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.bizaims.com/content/the-100-oldest-companies-world>>. [Consulta realizada em 26.06.2011].

<[http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=128&Itemid=217&lang=pt](http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=128&Itemid=217&lang=pt)>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<<http://www.borgeswines.com/>>. [Consulta realizada em 28. 40.2010].

<[http://www.bruck.com.br/texto\\_portugal.htm](http://www.bruck.com.br/texto_portugal.htm)>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.burmesterporto.com>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<[http://www.cadvogados.pt/files/\\_Contratos\\_Publicos\\_4a1d5336add9e.pdf](http://www.cadvogados.pt/files/_Contratos_Publicos_4a1d5336add9e.pdf)>. [Consulta realizada em 14.05.2011].

<<http://www.calem.pt>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<[http://www.casademateus.com/historia\\_arquivo.htm](http://www.casademateus.com/historia_arquivo.htm)>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<[http://www.cepese.pt/portal/investigacao/protocolos/copy\\_of\\_cooperacao-nacional](http://www.cepese.pt/portal/investigacao/protocolos/copy_of_cooperacao-nacional)>. [Consulta realizada em 10.03.2011].

<<http://www.cockburns-usa.com>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.croftport.com>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/7fc0bd52c6f5cd5a802568c0003fb410/05db01f1feb2d0c78025661700420f49?OpenDocument>>. [Consulta realizada em 14.05.2011]

<<http://www.dows-port.com>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.fonseca.pt>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.grahams-port.com>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-ao/privado>>. [Consulta realizada em 24.04.2010].

<<http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/pessoa>>. [Consulta realizada em 24.04.2011].

<<http://www.intowine.com/port2.html>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<[http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/a\\_registral/registo-civil/docs-do-civil/enquadramento-historico/](http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/a_registral/registo-civil/docs-do-civil/enquadramento-historico/)>. [Consulta realizada em 04.07.2011]

<[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/9111\\_LICOES+DAS+EMPRESAS+MAIS+ANTIGAS+DO+MUNDO](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/9111_LICOES+DAS+EMPRESAS+MAIS+ANTIGAS+DO+MUNDO)>. [Consulta realizada em 26.06.2011].

<<http://www.ivdp.pt/pagina.asp?codPag=31&codSeccao=6&idioma=0>>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<<http://www.kobrandwine.com/prodbook/del000.html>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.krohn.pt/engine.php?cat=36>>. [Consulta realizada em 28. 40.2010].



<<http://www.martinez.pt>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.porto-barros.pt>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.quinta-do-vesuvio.com>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<[http://www.ramospinto.pt/csartes3\\_port.htm](http://www.ramospinto.pt/csartes3_port.htm)>. [Consulta realizada em 14.03.2011].

<<http://www.ramospinto.pt>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.realcompanhiavelha.pt>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.rozes.pt>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.slideshare.net/FernandaGoncalves/da-memria-ao-acesso-informao-na-casa-de-mateus-as-bases-e-objectivos-de-um-projecto-sistmico>>. [Consulta realizada em 04.03.2011].

<<http://www.smithwoodhouse.com>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<[http://www.softinsa.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=219%3Acompanhia-cervejeira-portuguesa-portugalia-implementacao-sap-hr&catid=64%3Acasestudies&Itemid=157&lang=pt](http://www.softinsa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=219%3Acompanhia-cervejeira-portuguesa-portugalia-implementacao-sap-hr&catid=64%3Acasestudies&Itemid=157&lang=pt)>. [Consulta realizada em 28. 40.2010].

<<http://www.symington.com>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.taylor.pt>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

<<http://www.warre.com>>. [Consulta realizada em 02.10.2004].

# ANEXOS

## DESCRIÇÃO\* - Sistema

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

Arquivo de Casa Ferreira.

#### 1.3. Datas

1751-1896.

#### 1.4. Nível de descrição

Sistema de informação.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

924 unidades de instalação (282 livros e 642 pastas) em suporte papel; 29,50 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

Casa Ferreira.

#### 2.2. História administrativa

Segundo a tradição da empresa, 1751 é a data de estabelecimento da Casa Ferreira, como casa comercial. Gaspar Martins Pereira avança coma hipótese desta data estar relacionada com um antepassado da família, José Ferreira, de Loureiro, que se teria lançado no comércio de vinhos em 1751. Contudo, não foi, até à data, possível recuperar um documento que o confirme uma vez que, também segundo a tradição, a documentação que o poderia fazer desapareceu aquando de um incêndio nos

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).

escritórios da Régua, em 1812<sup>180</sup>. Ainda segundo o mesmo autor, pode, também, considerar-se a hipótese da aquisição dos Armazéns da Cruz, cuja data coincide. Neste caso, com prova documental existente no Arquivo<sup>181</sup>.

Não obstante, é certo que, a partir do século XIX, o negócio está em funcionamento, decorrendo nos moldes tradicionais dos séculos XVIII e XIX, em que não havia grande distinção entre propriedade pessoal e propriedade da empresa, o que se reflecte na documentação, aparecendo-nos documentos de cariz comercial misturados com documentos de cariz pessoal

Neste conjunto documental existem vários produtores, quase todos relacionados familiarmente com D. Antónia.

- António Bernardo Ferreira (I)
- António Bernardo Ferreira (II)
- António Bernardo Ferreira (III)
- Charles Kendall
- José Bernardo Ferreira
- Josefa Gertrudes Pereira
- Margarida Rosa Gil
- Maria da Assunção Ferreira
- Pedro Gil Gargamalla

A documentação reflecte não só a história de uma família mas, também a de cada indivíduo, assim como os seus negócios, nem sempre relacionados com o vinho do Porto.

Em relação aos documentos em sub-sistema, relativos à firma de Charles Kendall, dispomos de pouca informação. Sabemos, contudo, tratar-se de uma casa que tinha muitas dívidas a ABF II. Quando a casa foi à falência, em 1840, ABF II comprou a sua «massa falida», razão pela qual os documentos farão parte do seu arquivo.

---

<sup>180</sup> LIMA, J. J. de — *Os Ferreiras da Régua*. Porto: [s. d.] (exemplar fotocopiado existente no Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha).

<sup>181</sup> Conf. documentos de D. Antónia Adelaide Ferreira, Pasta 578 (AHCF).

### 2.3. História custodial e arquivística

Estes documentos são parte integrante do Arquivo Histórico A. A. F., da Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto. O Arquivo Histórico nasce em 1981 quando a administração da empresa decide proceder à inventariação e organização do espólio existente.

A Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto foi adquirida pela SOGRAPE em 1987, altura em que a sua designação passa a A. A. Ferreira, SA. Em 2005, o Arquivo viu, também, a sua designação alterada para Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha.

## 3. Zona do Conteúdo e Estrutura

### 3.1. Âmbito e conteúdo

A documentação agora descrita está organizada em 1 sistema e 1 sub-sistema. O sistema está organizado em 7 secções estruturadas geracionalmente, sub-dividindo-se em 18 sub-secções e 42 sub-sub-secções. O sub-sistema é constituído por documentos que foram produzidos fora deste contexto, sem relação, portanto, com os produtores. Foram descritas 67 séries/dossiês, organizados alfabeticamente. O sistema tem como limites as datas de 1751 e 1896.

### 3.2. Avaliação, selecção e eliminação

Não se prevê a eliminação de qualquer dos elementos do fundo.

### 3.3. Ingresso adicional

Não estão previstos novos ingressos.

### 3.4. Organização e ordenação

Para a organização destes documentos optou-se pela elaboração de um quadro orgânico-funcional híbrido, pessoal e familiar, colocando o centro orgânico-funcional

na família, mas com grande prevalência da função empresarial. Por essa razão, as secções reflectem as gerações, organizadas por casais e as sub-secções reflectem as funções/actividades de cada produtor.

#### **4. Zona das Condições de Acesso e de Utilização**

##### 4.1. Condições de acesso

Fundo de acesso livre. A comunicabilidade dos documentos está sujeita à aprovação da Administração da Sogrape.

##### 4.2. Condições de reprodução

A reprodução dos documentos, assim como a definição do tipo de transferência de suporte autorizado, pertence ao Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha.

##### 4.4. Idioma

Português e inglês.

##### 4.6. Instrumentos de pesquisa

Recenseamento em base de dados. Solicitar informações ao Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha.

#### **5. Zona dos Materiais Associados**

##### 5.5. Nota de publicação

ARAÚJO, Henrique Gomes de — *A Casa Ferreira: a construção antropológica do sucessor*. Lisboa: Livros Quetzal, 2001.

GUIMARÃES, Gonçalves — *Um português em Londres. Cartas de J. M. Virginiano, correspondente dos Ferreiras da Régua, no período pós-napoleónico*. V. N. Gaia: A. A. Ferreira/Arquivo Histórico, 1988.

PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## 6. Zona de notas

### 6.1. Notas

Bibliografia utilizada:

ARAÚJO, Henrique Gomes de — *A Casa Ferreira: a construção antropológica do sucessor*. Lisboa: Livros Quetzal, 2001.

GUIMARÃES, Gonçalves — *Um português em Londres. Cartas de J. M. Virginiano, correspondente dos Ferreiras da Régua, no período pós-napoleónico*. V. N. Gaia: A. A. Ferreira/Arquivo Histórico, 1988.

LIMA, J. J. de — *Os Ferreiras da Régua*. Porto: [s. d.] (exemplar fotocopiado existente no Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha). PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## 7. Zona do Controlo da Descrição

### 7.2. Regras ou normas

ISAD (G) *Norma geral internacional de descrição arquivística: Adaptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2002.

## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 1.2.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

Pedro Gil Gargamalla (1730-1838).

#### 1.3. Datas

1750-1838.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

91 unidades de instalação (23 livros, 68 pastas) em suporte papel; 3,10 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

Pedro Gil Gargamalla.

#### 2.2. História administrativa

Pedro Gil Gargamalla, galego, nasceu em São Martinho de Barcia («Vargea») de Mera (Bispado de Tui), em 1750. Era filho de João Gargamalla e de Ângela da Costa, ambos naturais de São Martinho de Barcia («Vargea») de Mera. Era neto paterno de Francisco Gargamalla e de Ângela Vasquez, também naturais de São Martinho de Barcia («Vargea») de Mera; era neto materno de Esteban da Costa, de São Martinho de Barcia («Vargea») de Mera e de Rosa Martins, de Monterey.

Casou em 18.04.1801, pelas seis horas da manhã, «pouco mais ou menos», com Teresa de Jesus Carvalho, na igreja da freguesia de São Faustino de Peso da Régua, de quem

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).



ficou viúvo a 13.01.1838. Desta união houve descendência: um filho que morreu solteiro (José, de seu nome, ainda é referido como padrinho numa memória paroquial de 1801) e uma filha, Margarida Rosa Gil, nascida a 12.12.1787, que virá a ser a mulher de José Bernardo Ferreira.

Há referências que indicam que, pelo menos, em 1785, exercia a actividade de comerciante. A partir de 1823 negociava vinho em conjunto com José Bernardo Ferreira, seu genro desde 1809.

Em 1831, compra a Vinha de Pero Couto e, em 1834, a vizinha Quinta do Rodo, na Régua.

Pedro Gil morreu a 20.12.1838, segundo os documentos familiares (mas o registo paroquial da Régua, lv. 27, refere a data de 21.12.1838). Está sepultado no cemitério da Régua. No seu testamento a única herdeira é a sua mulher, Teresa de Jesus.

## **6. Zona de notas**

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 2.2.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

José Bernardo Ferreira (1782-1853).

#### 1.3. Datas

1754-1853.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

155 unidades de instalação (33 livros, 122 pastas) em suporte papel; 5 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

José Bernardo Ferreira.

#### 2.2. História administrativa

José Bernardo Ferreira nasceu em 07.08.1782 e foi baptizado na Igreja de S. José de Godim, a 18.08.1782.

Era filho de Bernardo Ferreira, natural de S. Pedro de Loureiro (assassinado pelos franceses, em Godim, a 22.06.1808), e de Ana Josefa da Fonseca, natural de S. José de Godim. Era neto paterno de José Ferreira e de Maria Guedes, ambos naturais de S. Pedro de Loureiro; era neto materno de Manuel Caetano da Fonseca e de Mariana Josefa Pereira, ambos de S. José de Godim.

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).

Casou com Margarida Rosa Gil em 23.04.1809, em S. Faustino de Peso da Régua. Deste casamento houve uma filha, Antónia Adelaide Ferreira.

Ao que se sabe, já em 1811 exporta vinho por conta própria. Entre 1816 e 1824 mantém uma sociedade com José Alves do Souto, negociando vinho do Porto. A partir de 1823, José Bernardo Ferreira e Pedro Gil negociam vinho em conjunto, com escritório na Rua de S. Francisco, no Porto; a sua parceria vai tomar outros rumos quando, a partir de 1826, se dedicam à arrematação de rendas.

Em 1822, quando o seu irmão, ABF I, enfrenta dificuldades financeiras devido à estagnação do comércio de vinhos, quer no Porto quer em Londres, é JBF quem lhe empresta dinheiro.

Era dono da Quinta de Travassos, originalmente, Quinta Amarela, em Loureiro (1812), das Vinhas das Carvalheiras, em Loureiro (1827) e da Quinta da Ortigueira, na Régua (1832).

Miguelista, ainda que pouco convicto, JBF será recordado como homem bom, virtuoso e respeitador do seu semelhante. Morreu em 07.08.1853, na Estalagem dos Dois Amigos, em Braga. Está sepultado no Cemitério da Régua.

Após a sua morte, a gestão da casa ficou entregue a sua mulher, D. Margarida Rosa Gil e a sua filha, D. Antónia Adelaide Ferreira. Os negócios dos «Herdeiros de JBF» irão continuar até 1856.

## **6. Zona de notas**

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 2.3.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

Margarida Rosa Gil (1787-1859).

#### 1.3. Datas

1847-1859.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

37 unidades de instalação (16 livros, 21 pastas) em suporte papel; 1,10 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

Margarida Rosa Gil (também conhecido por Margarida Rosa de Carvalho Gil ou Margarida Rosa Ferreira).

#### 2.2. História administrativa

Margarida Rosa nasceu em 12.12.1787. Era filha de Pedro Gil Gargamala, natural de São Martinho de Várzea («Vargea») de Mera (Bispado de Tui) e de Teresa de Jesus Carvalho, natural de S. José de Godim. Era neta paterna de João António Gargamala de Ângela da Costa, ambos naturais de Martinho de Várzea («Vargea») de Mera; era neta materna de João de Carvalho e de Maria de Jesus, ambos naturais de S. José de Godim.

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).

Casou com José Bernardo Ferreira em 23.04.1809, em S. Faustino de Peso da Régua, de quem ficou viúva a 07.08.1853. Deste casamento houve uma filha, Antónia Adelaide Ferreira, nascida em 04.07.1811.

Considerada autoritária e boa administradora, pela morte do marido, herda a gestão da casa, a par da filha. Margarida Rosa morreu em 28.03.1859, na Quinta de Travassos (Loureiro), tendo ficado sepultada no Cemitério da Régua. D. Antónia é sua herdeira, tendo ABFIII direito a um terço da herança, retirado unicamente dos bens livres.

## **6. Zona de notas**

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 3.2.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

António Bernardo Ferreira I (1787-1835).

#### 1.3. Datas

1804-1835.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

115 unidades de instalação (34 livros, 81 pastas), em suporte papel; 3,25 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

António Bernardo Ferreira I.

#### 2.2. História administrativa

António Bernardo Ferreira I nasceu em 27.07.1787. Foi baptizado na Igreja de S. José de Godim a 03.08.1787.

Era filho de Bernardo Ferreira, natural de S. Pedro de Loureiro (assassinado pelos franceses, em Godim, a 22.06.1808), e de Ana Josefa da Fonseca, natural de S. José de Godim. Era neto paterno de José Ferreira e de Maria Guedes, ambos naturais de S. Pedro de Loureiro; era neto materno de Manuel Caetano da Fonseca e de Mariana Josefa Pereira, ambos de S. José de Godim.

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).

Casou em 02.01.1811 com Josefa Gertrudes da Silva Pereira, na Igreja Matriz de S. Faustino de Peso da Régua. Deste casamento houve um filho, António Bernardo Ferreira II, nascido a 13.03.1812.

Em 1804, ABF I inicia uma sociedade comercial com Cristóvão de Oliveira e é sabido que em 1808 já exporta vinho para Inglaterra (provavelmente, por ter herdado o negócio de seu pai).

Em 1812, abre escritório em casa própria, na Rua de S. Francisco, 13 e 14, fazendo esquina com o Largo da Ourivesaria, mas, em 1821, a sua casa e escritório estão já na Rua dos Ingleses.

O seu escritório do Porto será dirigido, sucessivamente, por Bento Alexandre de Oliveira Dias (c. 1819 a 1829), Diogo José de Macedo (1829 a 1833), José Pereira Pedrosa (1833 a Abril de 1834) e, finalmente, por José João da Silva Azevedo (a partir de Abril de 1834).

ABF I exporta vinho directamente para Inglaterra (entre 1815 e 1817, Joaquim Máximo Virginiano Gomes é o seu comissário em Londres), Rússia e Brasil. Também importa produtos (ex. couros do Brasil). Butler Tyndale e Sandeman são seus grandes clientes. Nos primeiros anos é auxiliado por um dos seus irmãos mais novos, Luís Bernardo Ferreira.

Em 1820, adere à Revolução (José Ferreira Borges, um dos principais mentores do Sinédrio, era seu advogado e amigo) e, em 1834, volta a apoiar a causa liberal. Em 1822, assume a defesa da Companhia.

Nesse mesmo ano, ABF I enfrenta dificuldades financeiras devido à estagnação do comércio de vinhos, quer no Porto quer em Londres. O seu irmão mais velho, José Bernardo Ferreira, também ele envolvido no negócio do vinho do Porto, empresta-lhe dinheiro.

Em 1824, passadas a dificuldades financeiras, ABF I aluga os Armazéns da Cruz, em Gaia. Em 1831, aluga mais armazéns, na Rua do Sacramento, na Rua do Cais e na Calçada das Freiras, o que demonstra a vitalidade do seu negócio.

Em Janeiro de 1832, face à situação política, ABF I dá ordens para vender todo o seu vinho armazenado em Gaia e muda os armazéns para Ovar.

ABF I não se ficou pelo negócio do vinho do Porto: em 1829, investe, também, no Contrato do Tabaco.

Era dono da Quinta de Vila Maior (1822), da Quinta das Figueiras que, a partir de 1830, se chama Quinta do Vesúvio (1823), do Casal da Granja e Quinta das Sidermas (1829) e da Quinta de Vargelas (1831).

ABF I era Cavaleiro da Ordem de Cristo, desde 1822, e fidalgo da Casa Real, desde 1823. Sobreviveu a um naufrágio, no fim de Janeiro de 1824, ao voltar da Quinta das Figueiras.

À sua morte, a 25.01.1835, António Bernardo (ABF II), seu único filho, ficará a governar a sua imensa casa. ABF I está sepultado no cemitério da Régua.

## **6. Zona de notas**

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.



## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 3.3.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

Josefa Gertrudes (1782-1851).

#### 1.3. Datas

1835-1851.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

12 unidades de instalação (8 livros, 4 pastas) em suporte papel; 0.55 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

Josefa Gertrudes da Fonseca da Silva Pereira (também conhecida por Josefa Gertrudes Ferreira da Silva ou Josefa Gertrudes Ferreira).

#### 2.2. História administrativa

Josefa Gertrudes nasceu em 18.03.1782. Era filha de José Henriques da Silva Pereira (também conhecido por José Henriques Pereira da Silva), da Régua (proprietário da Quinta de Roriz) e de Maria Josefa da Fonseca, de Amarante. Era neta paterna de Bernardo Gonçalves, de Tui e de Dionísia da Silva, de Dalvares; era neta materna de Manuel da Fonseca e de Feliciano Josefa da Fonseca, ambos de Amarante.

Casou com António Bernardo Ferreira em 02.01.1811, na Igreja Matriz de S. Faustino de Peso da Régua, de quem ficou viúva a 25.01.1835.

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).

Deste casamento houve um filho, António Bernardo Ferreira, nascido em 13.03.1812.

Josefa Gertrudes morreu em 29.09.1851, deixando por herdeiros a nora, D. Antónia, e os netos. Está sepultada no Cemitério da Régua.

## **6. Zona de notas**

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 4.2.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896).

#### 1.3. Datas

1751-1896.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

458 unidades de instalação (180 livros e 278 pastas) em suporte papel; 14,35 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

Antónia Adelaide Ferreira.

#### 2.2. História administrativa

Antónia Adelaide Ferreira nasceu em 04.07.1811 na Rua Direita, na Régua e foi baptizada a 06.07.1896 na Igreja Matriz de S. Faustino de Peso da Régua.

Era filha de José Bernardo Ferreira e Margarida Rosa Gil. Era neta paterna de Bernardo Ferreira, natural de S. Pedro de Loureiro (assassinado pelos franceses, em Godim, a 22.06.1808) e de Ana Josefa da Fonseca, natural de S. José de Godim; era neta materna de Pedro Gil Gargamala, natural de São Martinho de Barcia («Vargea») de Mera (bispado de Tui) e de Teresa de Jesus Carvalho, natural de S. José de Godim.

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).

Casou com António Bernardo Ferreira II, seu primo, a 22.10.1834, na capela da Quinta de Travassos, em Loureiro, ficando viúva a 05.11.1844. Deste casamento houve três filhos: António Bernardo Ferreira III, Maria Virgínia e Maria da Assunção Ferreira.

Em 20.09.1856, casou, em segundas núpcias, com Francisco José Silva Torres, na capela de Santa Helena de Brentwood, no condado de Essex, em Inglaterra. Deste casamento não há sucessão.

Tendo vivido sempre no Douro, após o seu primeiro casamento, D. Antónia muda-se para o Porto, para a casa arrendada por ABF II, em Vilar. Contudo, D. Antónia não se adapta à vida na cidade, nem ao estilo de vida do seu marido. Em 1837 são conhecidas as desavenças entre ela e ABF II e, em 1842, após a morte da filha Virgínia, ainda criança, dá-se o afastamento definitivo do casal.

Por falecimento de ABF II, em 1844, D. Antónia é nomeada cabeça de casal e, depois do inventário de menores, decide excluir da primeira partilha os vinhos, as acções, os dinheiros e as dívidas, medida que se vai revelar de extrema importância no futuro.

Nos anos que se seguem, o seu pai, José Bernardo Ferreira, vai auxiliá-la na administração das propriedades e da empresa e, à morte deste, em 1853, D. Antónia fica também a administrar o casal de que é co-herdeira com a mãe, Margarida Rosa Gil.

Entretanto, em 1851, havia morrido a sogra de D. Antónia, D. Josefa Gertrudes, deixando por herdeiros D. Antónia e os seus filhos.

Assim, num curto espaço de anos, D. Antónia, filha única de José Bernardo e Margarida Rosa, vai herdar o património do seu primeiro marido, filho único de António Bernardo I e de Josefa Gertrudes, o património de sua sogra (por sua vez, herdeira de António Bernardo I), o património de seu pai e, finalmente, em 1859, o património de sua mãe (que, por seu turno, havia herdado de Pedro Gil).

Dona de grande sentido empresarial, D. Antónia vai pagar as dívidas de ABFII e administrar os bens de seus filhos que ficaram por partilhar. Quando, finalmente, é obrigada a fazer as partilhas, depressa se percebe que são ambos péssimos administradores, rapidamente alienando as suas fortunas. Até à sua morte, face aos seus gastos desmedidos, D. Antónia terá que usar de mão de ferro, tentando atrasar o

mais possível a entrega das suas partes nas heranças, o que é quase sempre mal visto não só por António Bernardo III e Maria da Assunção como pelo Conde de Azambuja (neto de D. João VI de Portugal), marido desta última. Não obstante os seus esforços, por volta de 1870, estão ambos arruinados e é sempre a D. Antónia que recorrem nas sucessivas crises financeiras por que passam.

Apesar do vasto património que administra, D. Antónia aprecia a vida simples, no Douro. Evita a vida mundana e a proximidade da Corte. Por diversas vezes recusa títulos. O seu desprendimento face ao poder é levado ao expoente quando, em 1854, recusa a mão de Maria da Assunção ao filho do Duque de Saldanha, chefe de governo e o homem mais poderoso da época. Perante a recusa, dá-se uma tentativa de rapto – diz-se, com a conivência de ABF III –, mediante a qual D. Antónia não vê outra solução que não a fuga para o exterior. É assim que tem início o seu exílio forçado de cerca de dois anos, em Londres. Francisco da Silva Torres, até à data um dos encarregados do escritório da Régua (cargo que desempenha desde o tempo de ABF II), acompanha-a. D. Antónia e Silva Torres irão contrair matrimónio, numa cerimónia discreta, pouco antes do regresso a Portugal, onde chegam a 3 de Outubro de 1856.

Uma das características de D. Antónia foi a da prestação de assistência aos necessitados, principalmente aos necessitados durienses, que lhe chamarão a «Mãe dos Pobres». Por essa razão, em épocas de crise, os lavradores durienses dirigem-se a ela que lhes compra, a preços justos, terras e, principalmente, vinhos. Por via dessas compras, D. Antónia irá acumular *stocks* que lhe vão dar vantagem face às outras casas em situação de escassez de vinhos.

Como empresária, D. Antónia foi uma mulher antes do seu tempo. A partir da morte de ABF II, ela toma conta do negócio da família, lugar de que nunca mais vai abdicar, mesmo após o seu casamento com Silva Torres que, por mais do que uma vez, refere fazer negócios por ordem da mulher...

Em 1880, por exemplo, D. Antónia entra numa parceria de sucesso com a sua antiga criada, Mariana Mesquita, que abre uma loja na Rua de Sá da Bandeira, no Porto, onde se vendem vinhos, azeites, frutas e legumes das quintas do Douro de D. Antónia.

Os seus vinhos vão participar em inúmeras exposições internacionais e ganhar várias medalhas (1855 - medalha de ouro na Exposição Universal de Paris; 1865 - medalha de ouro na Exposição do Palácio de Cristal; 1867 - medalha de ouro na Exposição Internacional de Paris; 1873 - Prémio na Exposição Internacional Viena; 1874 - Prémio na Exposição Internacional de Londres; 1876 - Prémio na Exposição Internacional de Filadélfia; 1878 - medalha de ouro na Exposição de Paris; 1889 - Vinhos da A. A. Ferreira galardoados na Exposição de Paris). Entre os seus clientes, conta-se a casa real portuguesa e outras e o Papa.

Nas suas quintas, usam-se métodos inovadores na resposta às sucessivas pragas que aparecem no século XIX. Em 1857 começa a usar-se enxofre contra o *oidium*; em 1880, o sulfureto de carbono contra a filoxera e, em 1893, começa a empregar-se calda bordalesa no combate ao míldio.

Mas D. Antónia enveredou também por negócios que se revelaram menos rentáveis como a produção de azeite nas suas quintas, nomeadamente, no Vesúvio onde, em 1885, é construído novo lagar de azeite, ou a criação de bicho-da-seda também na mesma Quinta, que, contudo, acabará por fracassar em 1868.

Apesar destes deslizes, no fim da sua vida, D. Antónia havia acumulado um património imenso:

Casas em Lisboa, Moncorvo, Porto, Régua e Vila Real; Armazéns no Douro, no Porto e em Gaia; 2 hotéis (Grande Hotel das Caldas do Moledo e o Petit Hotel); inúmeras quintas no Douro (Aciprestes, Ameixoeira, Arnozelo, Boavista, Caldas de Moledo, Cauçela, Coalheira, Lourentim, Mileu, Negrilhos, Nogueiras, Ortigueira, Passadouro, Pego, Piscais, Porto, Pousa, Quebrada, Ribeira, Santinho, Serro, Travassos, Tua. Além destas, outras propriedades: Casal de Soutelo, Monte da Mantelinha); e quintas fora do Douro (Pisão, em Torres Vedras, Sete Casas, em Santa Comba e Sampaio, em Moncorvo.)

Tendo sobrevivido ao naufrágio, no Cachão da Valeira, que vitimou o Barão de Forrester (12.05.1851), D. Antónia morre, em 26.03.1896, na sua Quinta das Nogueiras. Em Outubro de 1896, são realizadas as partilhas. Os dois irmãos dividem entre si as casas, as quintas, os vinhos, enfim, todo o património acumulado por D. Antónia.

## 6. Zona de notas

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 4.3.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

António Bernardo Ferreira II (1812-1844).

#### 1.3. Datas

1835-1844.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

104 unidades de instalação (28 livros, 76 pastas), em suporte papel; 3,8 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

António Bernardo Ferreira II.

#### 2.2. História administrativa

António Bernardo Ferreira II nasceu em 13.03.1812 na Rua Direita, na Régua, e foi baptizado a 09.04.1812 na Igreja Matriz de S. Faustino de Peso da Régua, tendo como padrinhos seus tios (e futuros sogros) José Bernardo Ferreira e Margarida Rosa Gil.

Era filho de António Bernardo Ferreira e Josefa Gertrudes. Era neto paterno de Bernardo Ferreira, natural de S. Pedro de Loureiro (assassinado pelos franceses, em Godim, a 22.06.1808) e de Ana Josefa da Fonseca, natural de S. José de Godim; era neto materno de José Henriques da Silva Pereira (também conhecido por José Henriques Pereira da Silva), da Régua, e de Maria Josefa da Fonseca, de Amarante.

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).



Em 1823, ABF II abandona a Régua, indo estudar para o Porto. Em 1824, com 12 anos, recebe o título de fidalgo da Casa Real. Passa o ano de 1828 interno no Colégio dos Órfãos mas, no ano seguinte, parte para Londres para completar a sua educação. Quando chega ao Porto, em 1832, ABF II fala fluentemente inglês, francês e italiano.

Enquanto está em Londres, seu pai, ABF I, inicia-o nos negócios, enviando-lhe pipas de vinho para vender e, em 1835, quando ABF I morre, deixando Josefa Gertrudes e o filho como herdeiros, após um processo de partilha amigável, ABFII encontra-se à frente de todos os negócios de seu pai.

Aos 22 anos, a 22.10.1834, casa com Antónia Adelaide Ferreira, sua prima, na capela da Quinta de Travassos, em Loureiro. Deste casamento houve três filhos: António Bernardo Ferreira III, Maria Virgínia e Maria da Assunção Ferreira. Esta nunca vai ser uma união feliz, com divergências que se vão agravando até ao irreconciliável, que sucede em 1842.

Paralelamente aos negócios, a vida política de ABF II não pára: em 1837, ele é Tenente de cavalaria da Guarda Nacional e viaja por França, Inglaterra, Áustria e Itália onde, em Roma, sofre um atentado organizado por miguelistas. Em 1838, apoia financeiramente a revolta militar em Almeida, acabando na prisão. No ano de 1843, é um dos fundadores e patrocinadores do jornal *Coalisão* (anti-cabralista) e um dos participantes no motim da Praça Nova, voltando à prisão em 1844, pelo seu apoio financeiro às revoltas setembristas.

Socialmente muito activo, em 1841, ABF II integra a Direcção da Assembleia Portuense, da qual já era sócio desde 1835. Aliás, esta associação dividirá com ele a ocupação do Palácio da Trindade, a cuja construção ABF II dá início em 1840, para residência própria. Apreciador das artes do espectáculo, se, em 1836, ABF II manda construir um teatro particular, na sua residência de Vilar, em 1838, ele concede um empréstimo à nova Sociedade do Teatro de S. João e, em 1841, adquire acções do Teatro de Santa Catarina.

Mantendo escritórios na Régua e no Porto e armazéns em Gaia desde 1835 para os assuntos do vinho do Porto, ABF II não descarta outras hipóteses de negócio. Assim, além de negociar com fundos estrangeiros, ele será, em 1835, um dos fundadores e dos

maiores accionistas do primeiro banco do Porto, o Banco Comercial. É também accionista de inúmeras sociedades: Sociedade de Pescarias Setubalense, e da Empresa do Vapor «Porto» (1837); Companhia de Artefactos de Seda, Algodão e Lã, Empresa do Vapor «Quinta do Vesúvio», e Companhia de Seguros Bonança, da qual também foi Director (1838); Companhia de Navegação do Tejo e Sado (1839). Ainda em 1839, ABF funda e dirige a Empresa Portuense de Navegação por Vapor (por fusão das empresas dos vapores «Porto» e «Quinta do Vesúvio») e estabelece uma sociedade com Luciano Simões de Carvalho para construção de estradas (Empresa da Estrada do Porto e Coimbra, e algumas outras obras a Norte). Em 1842, ABF II adquire acções da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, e da Companhia de Artefactos de Metais, sendo eleito seu Presidente e, em 1844, ainda adquire acções da Empresa do Vapor «Valença».

Quanto ao negócio do vinho do Porto, desde 1838 que ABF II optou por manter em Gaia apenas amostras dos seus vinhos e alugar os armazéns da casa à Sandeman. No ano de 1841, comprou grandes quantidades de vinhos do Douro e enfrentou dificuldades financeiras, com a crise comercial dos vinhos e, em 1844, chegou a ter que pedir um empréstimo de 17 contos a sua mãe, sob hipoteca dos seus vinhos, devido à falência dos exportadores Knowles & Wilcock, que deviam grandes somas à casa de ABF II. Contudo, mesmo antes de morrer, em Londres e Paris, ABF II ainda assina contratos com a Sandeman para a venda, durante 5 anos, dos vinhos das quintas de Vargelas e do Vesúvio, e com Benjamim Franklin (seu representante, em Londres) para venda de vinhos velhos.

A partir de 1841, a doença não mais abandona ABF II que morre, em Paris, em 05.11.1844, sozinho no seu apartamento da Rua Lafitte. O seu corpo embalsamado foi trazido para Portugal em Dezembro 1844, tendo ficado no cemitério da Ordem da Trindade até à inauguração do cemitério da Régua. As exéquias de ABF II decorreram a 03.09.1849, sendo o corpo depositado no jazigo de família mandado construir por D. Antónia no cemitério da Régua.

## 6. Zona de notas

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 5.3.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

Francisco José da Silva Torres (1804-1880).

#### 1.3. Datas

1835-1880.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

114 unidades de instalação (9 livros, 105 pastas) em suporte papel; 3,15 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

Francisco José da Silva Torres.

#### 2.2. História administrativa

Francisco José da Silva Torres nasceu em 1804, em Dois Portos (Torres Vedras). Era filho de José da Silva Torres e Maria Rosa da Silva.

Em 20.09.1856, casa com Antónia Adelaide Ferreira na capela de Santa Helena de Brentwood, no condado de Essex, em Inglaterra. Na altura do casamento, é lavrada uma escritura antenupcial, indicando que os «bens com que cada um entrava para o casal ficavam incomunicáveis». Não obstante, Silva Torres recebe da sua mulher um dote de 40 contos. Deste casamento não houve descendência.

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).

É colaborador da família Ferreira, pelo menos, desde 1835, altura em que dirige o escritório da casa de ABFII, na Régua, juntamente com Joaquim Monteiro Maia. Em 1856, logo que regressa a Portugal, após o seu casamento com D. Antónia, Silva Torres assume pessoalmente a direcção do escritório do Porto.

A título pessoal, em 1861, Torres integra a Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Douro e, em 1867, é eleito Presidente da Assembleia-Geral da Companhia das Vinhas do Alto Douro.

Também participa activamente na vida política e, em 1863, cria o periódico regenerador regionalista «O Douro», na Régua. Contudo, em 1879, recusa a presidência do Centro Regenerador.

Em 1874, Francisco José da Silva Torres é nomeado Par do Reino; em 1875 faz juramento na Câmara dos Pares e, em 1877, é agraciado com a Grã-cruz de Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição.

Nas visitas do Rei ao Douro, em 1872 e 1875, recebe-o no seu Palácio de S. Pedro, em Vila Real.

Paralelamente ao negócio do vinho do Porto, Silva Torres é um dos 5 fundadores e Director da Companhia do Contrato do Tabaco que arremata o contrato para o triénio 1858-1861. Posteriormente, em 1863, ocupa os cargos de Presidente da Assembleia-Geral do Banco Aliança e de Director da Associação Agrícola do Douro. Em 1865, Torres é fundador e ocupa o cargo de director da Companhia do Tabaco e Sabão da Boa Vista, Lisboa. Em 1866 é um dos maiores accionistas da Companhia Nacional de Tabacos, em Xabregas e, em 1867, é eleito por unanimidade para o cargo de Presidente da Assembleia-Geral do Banco Aliança. Em 1873, Francisco Torres especula com empréstimos e subscreve 300 contos de títulos do Empréstimo Nacional. Em 1876 põe à disposição do Banco União mais de 260 contos.

É dono do Palácio de S. Pedro, em Vila Real, do Palácio do Calhariz, em Lisboa, de várias casas no Porto, Lisboa e Moncorvo, da Quinta do Pisão, em Torres Vedras, da Quinta da Torre, na Viela da Neta (Porto), do Casal de Moncorvo e das Quinta do Porto e do Santinho, adquiridas em conjunto com D. Antónia.

A 12.05.1861, Francisco Torres salva-se do naufrágio, no Cachão da Valeira, em que faleceu o barão de Forrester.

Morreu a 24.06.1880, na Quinta das Nogueiras, em Godim, deixando D. Antónia como sua única e universal herdeira.

## **6. Zona de notas**

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 6.2.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

António Bernardo Ferreira III (1835-1907).

#### 1.3. Datas

1819-1896.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

54 unidades de instalação (30 livros, 24 pastas), em suporte papel; 2,25 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

António Bernardo Ferreira III.

#### 2.2. História administrativa

Filho de D. Antónia e de ABF II, nasce a 28-07-1835.

Em 1854, vai participar do grupo que, a 24 de Agosto, tenta o rapto de Maria da Assunção, sob as ordens do Duque de Saldanha que a quer casar com o filho.

A 12 de Agosto, António Bernardo tinha sido já agraciado com a Comenda de Cristo e que depois da tentativa de rapto, teve as honras de Adido às Embaixadas do Norte.

Casa em 1852 com Antónia Cândida Plácido (cunhada de Camilo Castelo-Branco), de quem terá 8 filhos.

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).

Como herdeiro de D. Antónia, é co-fundador, em 1898, da *Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto*, firma sucessora da *A. A. Ferreira, Sucessores* criada em 1896 após a morte de D. Antónia.

Morre em 25-02-1907.

## **6. Zona de notas**

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.



## DESCRIÇÃO\* – Sub-secção 7.2.

---

### 1. Zona da Identificação

#### 1.2. Título

Maria da Assunção Ferreira (1842-1905).

#### 1.3. Datas

1831-1896.

#### 1.4. Nível de descrição

Sub-secção.

#### 1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)

55 unidades de instalação (28 livros, 27 pastas) em suporte papel; 2,45 metros lineares.

### 2. Zona do Contexto

#### 2.1. Nome do produtor

Antónia Adelaide Ferreira.

#### 2.2. História administrativa

Filha de D. Antónia e de António Bernardo Ferreira II, Maria da Assunção Ferreira nasce a 07-08-1842.

Casa a 07-05-1860 com Augusto Pedro de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1835-1914), Conde de Azambuja. Deste matrimónio houve 12 filhos.

Como herdeira de D. Antónia, é co-fundadora, em 1898, da *Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto*, firma sucessora da *A. A. Ferreira, Sucessores* que foi criada em 1896, após a morte de D. Antónia.

Morre em 25-09-1905.

---

\* Esta descrição é feita seguindo a norma ISAD (G).

## 6. Zona de notas

### 6.1. Notas

Biografias realizadas com base em PEREIRA; Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa — *Dona Antónia*. [S. l.]: A. A. Ferreira/BPI, 1996.

## INVENTÁRIO SINTÉTICO

## CASA FERREIRA (SISTEMA)

1. SECÇÃO	CASAL Pedro Gil Gargamalla (1750-1838) e Teresa de Jesus (1753-1839)	Datas abarcadas pelos documentos	
1.1. SUB-SECÇÃO	Pedro Gil Gargamalla casado com Teresa de Jesus (1801-1838)		
1.2. SUB-SECÇÃO	Pedro Gil Gargamalla (1750-1838)		
1.2.1. Sub-sub-secção	Pedro Gil Gargamalla em nome próprio	1826	1838
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Caixa</i>	729; 731; 745-746	
	<i>Despesas</i>	747	
	<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	578	
	<i>Lembranças</i>	726	
	<i>Registo de existências nos armazéns</i>	732; 734-736	
	<i>Testamentos</i>	642	
1.2.2. Sub-sub-secção	Pedro Gil Gargamalla em sociedade com José Bernardo Ferreira	1818	1838
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Borrão do Diário</i>	750	
	<i>Caixa</i>	738; 742; 749; 752	
	<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	464-465; 472; 478; 484; 486-487; 494-495; 500; 503-505; 509-510; 514-515; 518-519; 522-523; 526-527; 529	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	463; 467; 470; 473; 475-476; 481; 485; 489; 496; 501; 506; 511; 516; 520; 524	
	<i>Despesas</i>	503	
	<i>Diário</i>	739-740	
	<i>Documentos de caixa</i>	462; 466; 468; 471; 474; 477; 479-480; 482-483; 488; 492-493; 497-498; 502; 507-508; 513; 517; 521; 525; 527	
	<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	499	
	<i>Guias de embarque</i>	480; 482; 488; 492; 502; 512; 517; 521; 525	
	<i>Inventários</i>	479	
	<i>Letras</i>	466; 468-469; 471; 474; 480; 482; 488; 492; 497; 502; 507; 512; 517; 521; 525; 527; 733	
	<i>Ordens de pagamento</i>	462; 466; 468; 471; 474; 482; 492; 497; 507; 512; 517; 521; 527	
	<i>Razão</i>	737; 743	
	<i>Registo de existências nos armazéns</i>	469; 748; 751	
	<i>Venda de vinhos</i>	465	

<b>2. SECÇÃO</b>	<b>CASAL José Bernardo Ferreira (1782-1853) e Margarida Rosa Gil (1787-1859)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>2.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>José Bernardo Ferreira casado com Margarida Rosa Gil (1809-1853)</b>		
<b>2.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>José Bernardo Ferreira (1782-1853)</b>		
<b>2.2.1. Sub-sub-secção</b>	<b>José Bernardo Ferreira em nome próprio</b>	1812	1853
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Caixa</i>	722; 727-728; 741	
	<i>Copiador de cartas</i>	719; 724	
	<i>Copiador de cartas particular</i>	957	
	<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	264; 423-424; 426-427; 431-432; 435; 437; 440; 442; 459	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	425; 430; 433-434; 443; 445; 447; 451-452; 455; 458; 461; 490-491	
	<i>Despesas</i>	744; 747	
	<i>Documentos de caixa</i>	421-422; 428-429; 436; 439; 441; 444; 446; 448-450; 453-454; 456-457; 460; 639	
	<i>Dossiê sobre morte de membro da família</i>	640	
	<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	649-651	
	<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	588; 643; 645-646	
	<i>Inventários</i>	723	
	<i>Lembranças</i>	726	
	<i>Livro de manifesto</i>	727	
	<i>Ordens pagamento</i>	450; 453-454; 456; 460	
	<i>Pequena Caixa</i>	718	
	<i>Razão</i>	1001	
	<i>Registo de existências nos armazéns</i>	725; 732; 735-736	
	<i>Venda de vinhos</i>	422; 641; 721	
<b>2.2.2. Sub-sub-secção</b>	<b>José Bernardo Ferreira em sociedade com José Alves do Souto</b>	1819	1824
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Dossiê sobre a Sociedade entre José Bernardo Ferreira e Cap. A. Souto</i>	528	
<b>2.2.3. Sub-sub-secção</b>	<b>José Bernardo Ferreira em sociedade com Pedro Gil Gargamalla</b>	1818	1838
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Borrão do Diário</i>	750	
	<i>Caixa</i>	738; 742; 749; 752	
	<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	464-465; 472; 478; 484; 486-487; 494-495; 500; 503-505; 509-510; 514-515; 518-519; 522-523; 526-527; 529	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	463; 467; 470; 473; 475-476; 481; 485; 489; 496; 501; 506; 511; 516; 520; 524	

<i>Despesas</i>	503
<i>Diário</i>	739-740
<i>Documentos de caixa</i>	462; 466; 468; 471; 474; 477; 479-480; 482-483; 488; 492-493; 497- 498; 502; 507-508; 513; 517; 521; 525; 527
<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	499
<i>Guias de embarque</i>	480; 482; 488; 492; 502; 512; 517; 521; 525
<i>Inventários</i>	479
<i>Letras</i>	466; 468-469; 471; 474; 480; 497; 482; 488; 492; 502; 507; 512; 517; 521; 525; 527; 733
<i>Ordens de pagamento</i>	462; 466; 468; 471; 474; 482; 492; 497; 507; 512; 517; 521; 527
<i>Razão</i>	737; 743
<i>Registo de existências nos armazéns</i>	469; 748; 751
<i>Venda de vinhos</i>	465

<b>2.3. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Margarida Rosa Gil (1787-1859)</b>		
------------------------	---------------------------------------	--	--

<b>2.3.1. Sub-sub-secção</b>	<b>Margarida Rosa Gil em nome próprio</b>	1857	1859
------------------------------	---	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
<i>Borrão do Diário</i>	711
<i>Caixa</i>	712
<i>Contas-correntes</i>	714; 716
<i>Copiador de cartas particular</i>	713
<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	654; 657; 662
<i>Documentos de caixa</i>	653; 655-656; 660
<i>Dossiês sobre partilhas</i>	658; 717
<i>Lembranças</i>	713
<i>Letras</i>	715
<i>Registo de existências nos armazéns</i>	710
<i>Testamentos</i>	558

<b>2.3.2. Sub-sub-secção</b>	<b>Margarida Rosa Gil herdeira de José Bernardo Ferreira</b>	1853	1859
------------------------------	--	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
<i>Caixa</i>	722; 741
<i>Copiador de cartas</i>	719
<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	664; 668
<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	667-668
<i>Despesas</i>	720
<i>Documentos de caixa</i>	418-419; 659; 661; 663; 665-666
<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	420
<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	644
<i>Inventários</i>	558; 655; 659; 723

<i>Pequena Caixa</i>	718
<i>Razão</i>	1001
<i>Venda de vinhos</i>	721

<b>3. SECÇÃO</b>	<b>CASAL António Bernardo Ferreira I (1787-1835) e Josefa Gertrudes (1782-1851)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>3.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>António Bernardo Ferreira I casado com Josefa Gertrudes (1811-1835)</b>		
<b>3.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>António Bernardo Ferreira I (1787-1835)</b>		
<b>3.2.1. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira I em nome próprio</b>	1805	1835
	<i>Designação Série/Dossiê</i>	<i>N.º Reg. Ui.</i>	
	<i>Borrão de caixa</i>	401; 405; 407	
	<i>Caixa</i>	366; 796; 811; 819	
	<i>Certidões de óbito</i>	565	
	<i>Compra de vinhos</i>	367	
	<i>Conhecimentos de embarque</i>	414	
	<i>Copiador de cartas</i>	804	
	<i>Copiador de cartas particular</i>	794; 798-802; 805; 807-808; 812; 822	
	<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	353; 358; 362; 364; 373; 375-377; 381; 385-386; 388; 391-392; 396; 399; 402-403; 408; 410-411; 413; 416.	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	349-350; 352; 354; 357; 360; 363; 370-371; 378; 382; 389- 390; 395; 400; 404; 406	
	<i>Despesas</i>	815-816	
	<i>Diário</i>	797; 806; 814; 818	
	<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	633; 635-638	
	<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	369; 374; 595; 596	
	<i>Guias de embarque</i>	359; 361; 387; 409; 412	
	<i>Inventários</i>	384; 414-415	
	<i>Letras</i>	351; 359; 361; 365; 368; 372; 379-380; 383; 387; 393; 397-398, 401; 405; 417; 821; 826	
	<i>Ordens de pagamento</i>	351; 355; 359; 361; 365; 368; 372; 379-380; 383; 387; 393; 397-398; 401; 405; 407	
	<i>Pequena Caixa</i>	795; 803; 813	
	<i>Razão</i>	793; 810; 820	
	<i>Registo de existências nos armazéns</i>	394; 809; 899	
	<i>Registo dos vinhos e outras bebidas espirituosas</i>	839; 840-841	
	<i>Venda de vinhos</i>	825; 356; 693	

<b>3.2.2. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira I em sociedade com Cristóvão de Oliveira (1804-1815)</b>	1804	1815
------------------------------	---	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
-------------------------	--------------

<i>Dossiê sobre a Sociedade entre ABFI e Cristóvão de Oliveira</i>	898
--	-----

<b>3.3. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Josefa Gertrudes (1782-1851)</b>		
------------------------	-------------------------------------	--	--

<b>3.3.1. Sub-sub-secção</b>	<b>Josefa Gertrudes em nome próprio</b>	1835	1851
------------------------------	---	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
-------------------------	--------------

<i>Caixa</i>	823; 838; 853
--------------	---------------

<i>Copiador de cartas particular</i>	823; 835; 958
--------------------------------------	---------------

<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	261; 348
---	----------

<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	296
---	-----

<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	573
--	-----

<i>Letras</i>	843; 852
---------------	----------

<b>4. SECÇÃO</b>	<b>CASAL Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896) e António Bernardo Ferreira II (1812-1844)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
------------------	---	---	--

<b>4.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira casada com António Bernardo Ferreira II (1834-1844)</b>	1839	1844
------------------------	--	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
-------------------------	--------------

<i>Contas-correntes</i>	270-271
-------------------------	---------

<i>Copiador de cartas</i>	845
---------------------------	-----

<i>Copiador de cartas particular</i>	844
--------------------------------------	-----

<i>Diário</i>	836
---------------	-----

<i>Documentos de caixa</i>	833
----------------------------	-----

<i>Razão</i>	271
--------------	-----

<i>Venda de vinhos</i>	825
------------------------	-----

<b>4.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896)</b>		
------------------------	--	--	--

<b>4.2.1. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira em nome próprio</b>	1818	1856
------------------------------	--	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
-------------------------	--------------

<i>Caixa</i>	225; 862
--------------	----------

<i>Contas-correntes</i>	245; 270-271; 954-955
-------------------------	-----------------------

<i>Copiador de cartas</i>	845; 854
---------------------------	----------

<i>Copiador de cartas particular</i>	844; 850; 864
--------------------------------------	---------------

<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	236; 242; 244; 252; 259-260; 267-268; 276; 279; 282; 288; 290; 541
---	--

<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	228; 235; 243; 246; 255; 262; 269; 275; 280-281; 287; 291; 541
---	--

<i>Despesas</i>	816
-----------------	-----

<i>Diário</i>	836
<i>Documentos de caixa</i>	225-226; 230; 234; 239; 241; 247; 249; 251; 253; 257-258; 265-266; 272-274; 277-278; 284; 286; 289; 538; 833; 1002
<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	578; 587-588; 647
<i>Dossiês sobre partilhas</i>	248
<i>Lembranças</i>	856; 882; 953
<i>Razão</i>	271; 897
<i>Registo de existências nos armazéns</i>	256; 263
<i>Registo de movimento de vinhos e aguardente</i>	218; 229; 237; 245; 250; 256; 263
<i>Venda de vinhos</i>	229; 237; 825

<b>4.2.2. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira accionista do Teatro S. João</b>	1840	1875
------------------------------	---	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
<i>Dossiê sobre o Teatro S. João</i>	681

<b>4.2.3. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira herdeira de António Bernardo Ferreira II</b>	1844	1859
------------------------------	---	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
<i>Borrão de Conta-corrente</i>	824
<i>Caixa</i>	851
<i>Contas-correntes</i>	832; 847-848
<i>Despesas</i>	220; 842
<i>Documentos de caixa</i>	220; 232; 238
<i>Inventários</i>	846
<i>Lembranças</i>	837
<i>Letras</i>	220; 826
<i>Registo de existências nos armazéns</i>	956

<b>4.2.4. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira herdeira de Josefa Gertrudes</b>	1852	1857
------------------------------	---	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
<i>Caixa</i>	853
<i>Copiador cartas particular</i>	855
<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	254
<i>Despesas</i>	220
<i>Documentos de caixa</i>	220
<i>Letras</i>	220; 843; 852; 858

<b>4.2.5. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira herdeira de José Bernardo Ferreira</b>	1853	1859
------------------------------	---	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
<i>Borrão do Diário</i>	720



<i>Caixa</i>	722; 741
<i>Copiador de cartas</i>	719
<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	668
<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	664; 667-668
<i>Despesas</i>	720
<i>Documentos de caixa</i>	418-419; 659; 661; 663; 665-666
<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	420
<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	644
<i>Inventários</i>	659; 723
<i>Pequena Caixa</i>	718
<i>Razão</i>	1001
<i>Venda de vinhos</i>	721

<b>4.3. SUB-SECÇÃO</b>		<b>António Bernardo Ferreira II (1812-1844)</b>	
<b>4.3.1. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira II em nome próprio</b>	1835	1844
<i>Designação Série/Dossiê</i>	<i>N.º Reg. Ui.</i>		
<i>Borrão de Conta-corrente</i>	824		
<i>Caixa</i>	819		
<i>Contas-correntes</i>	307; 312; 335; 832; 847-848		
<i>Copiador de cartas</i>	804		
<i>Copiador de cartas particular</i>	822		
<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	295; 300; 305; 310; 312; 315; 317; 321; 326; 336; 340; 345		
<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	294; 296; 299; 301; 306; 311; 316; 322; 326; 337; 342; 346; 349		
<i>Despesas</i>	815-816; 842		
<i>Diário</i>	818		
<i>Documentos de caixa</i>	293; 298; 302-304; 307-309; 314; 320; 324-325; 332-333. 334; 338-339; 341; 344; 347; 817; 833		
<i>Dossiê sobre morte de membro da família</i>	564		
<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	574; 589-594		
<i>Fundos estrangeiros</i>	292; 347		
<i>Inventários</i>	309; 563; 566		
<i>Lembranças</i>	834; 837		
<i>Letras</i>	309; 314; 320; 334; 338; 344; 821; 826		
<i>Razão</i>	820		
<i>Registo de movimento de vinhos e aguardente</i>	313		
<i>Título de empréstimo</i>	343		

<b>4.3.3. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira II accionista da Sociedade de Pescarias Setubalense</b>	1837	1844
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Balanço</i>	303	
	<i>Inventário</i>	303; 307	
<b>4.3.4. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira II sócio da empresa de navegação Vapor «Quinta do Vesúvio»</b>	1838	1842
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Caixa</i>	829	
	<i>Diário</i>	828	
	<i>Dossiê sobre o Vapor «Quinta do Vesúvio»</i>	303; 318-319; 327-331; 827; 830-831	
	<i>Razão</i>	830	
<b>4.3.5. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira II sócio da Empresa da Estrada do Porto e Coimbra</b>	1839	1843
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Dossiê sobre a Empresa da Estrada do Porto e Coimbra</i>	297; 682	
<b>4.3.6. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira accionista do Teatro S. João</b>	1839	1843
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Dossiê sobre o Teatro S. João</i>	335; 681	
<b>4.3.7. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira II accionista da Companhia de Navegação do Tejo e Sado</b>	1839	1839
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Acções</i>	323	
<b>4.3.8. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira II accionista da Empresa Portuguesa de Navegação por Vapor</b>	1839	1839
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Acções</i>	323	
<b>4.3.9. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira II accionista do Teatro de Santa Catarina</b>	1841	1841
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Acções</i>	307	
<b>4.3.10. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira II accionista da Companhia de Artefactos de Metais</b>	1842	1842
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Acções</i>	303	

<b>4.3.11. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira II fundador e financiador do jornal «A Coalisão»</b>	1843	1844
-------------------------------	---	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
-------------------------	--------------

Dossiê sobre o Jornal «A Coalisão»	297; 678
------------------------------------	----------

<b>5. SECÇÃO</b>	<b>CASAL Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896) e Francisco José da Silva Torres (1804-1880)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
------------------	---	---	--

<b>5.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira casada com Francisco José da Silva Torres (1856-1880)</b>	1856	1880
------------------------	--	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
-------------------------	--------------

<i>Caixa</i>	1009
--------------	------

<i>Certidões de casamento</i>	555
-------------------------------	-----

<i>Compra de vinhos</i>	109; 188; 206
-------------------------	---------------

<i>Contas-correntes</i>	100; 119
-------------------------	----------

<i>Copiador de cartas</i>	936
---------------------------	-----

<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	100; 119; 128; 132; 138; 143; 149; 156; 160; 164; 173; 179; 186; 192; 210; 217
---	--

<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	133; 167; 174; 180; 187; 189-190; 204; 227
---	--

<i>Documentos de caixa</i>	113; 148; 163; 166; 169; 176; 181; 188; 200; 533
----------------------------	--

<i>Documentos registados na Conservatória da Régua</i>	146
--	-----

<i>Dossiê sobre o Empréstimo à Companhia</i>	212
--	-----

<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	602-603; 620; 622; 627-628; 631-632; 792
---	--

<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	576
--	-----

<i>Dossiês sobre as visitas do Rei</i>	531-532
--	---------

<i>Letras</i>	166
---------------	-----

<i>Livros de cheques e letras</i>	691
-----------------------------------	-----

<i>Ordens</i>	106; 163; 177
---------------	---------------

<i>Reclamação de imposto</i>	146
------------------------------	-----

<i>Registo de movimento de vinhos e aguardente</i>	109; 115
--	----------

<b>5.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896)</b>		
------------------------	--	--	--

<b>5.2.1. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira em nome próprio</b>	1854	1896
------------------------------	--	------	------

Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.
-------------------------	--------------

<i>Balancete geral</i>	93
------------------------	----

<i>Borrão de Caixa</i>	944; 961; 968
------------------------	---------------

<i>Caixa</i>	552; 866-867; 883; 1029; 1039; 1048
--------------	-------------------------------------

<i>Certidões de óbito</i>	553
---------------------------	-----

<i>Compra de vinhos</i>	78; 97; 120; 135; 141; 194; 201; 211; 888; 894-895; 912; 914; 924; 933; 999
-------------------------	---

<i>Contas-correntes</i>	92; 95; 926; 966
-------------------------	------------------

<i>Copiador de cartas</i>	887; 910-911; 925; 931; 938; 964; 967; 1000
<i>Copiador de cartas particular</i>	864-885
<i>Copiador de preços</i>	918
<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	34; 38; 43; 46; 51; 57; 59; 69; 71; 76; 81; 92; 95; 124
<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	39; 41; 47; 53; 58; 63; 68; 75; 86; 124; 129; 139; 144-145; 153; 157; 161
<i>Despesas</i>	84; 197; 902
<i>Diário</i>	865; 871; 874; 881; 890; 996; 1010-1011; 1013-1014; 1016-1017; 1022; 1024; 1028; 1031; 1034; 1037-1038; 1042; 1045-1046; 1049; 1052; 1054; 1062
<i>Documentos de caixa</i>	35; 40; 45; 52; 54; 60; 64-65; 72; 79; 125; 140; 154; 196-197; 216; 607
<i>Dossiê sobre Exposições de vinhos</i>	540
<i>Dossiê sobre o Empréstimo ao Banco Comercial do Porto</i>	213
<i>Dossiê sobre o Empréstimo ao Duque da Terceira</i>	205
<i>Dossiê sobre o Teatro S. João</i>	124
<i>Dossiês as propriedades rurais</i>	94; 599-601; 606; 608; 614-619; 621; 624-625; 629-630; 652; 971
<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	91; 570; 572; 577; 578-580; 582-584; 586; 647; 971
<i>Dossiês sobre partilhas</i>	67; 562; 658; 717
<i>Fundos estrangeiros</i>	922
<i>Guias de embarque</i>	130
<i>Índices</i>	905; 951; 1020; 1026-1027; 1033; 1051
<i>Inventários</i>	35-36; 44; 48-49; 52; 56; 62; 64; 78; 84; 150; 196; 214; 552; 906; 917; 934; 952; 997
<i>Lembranças</i>	948
<i>Letras</i>	182; 196; 962
<i>Memorial</i>	901; 904; 907; 916; 932
<i>Ordens</i>	37; 62; 88-90; 96; 99; 150; 171; 183; 941; 943; 949-950; 963; 965
<i>Papéis de crédito</i>	947
<i>Razão</i>	873; 891; 892; 896; 995; 1004; 1006; 1008; 1012; 1015; 1018-1019; 1021; 1023; 1025; 1030; 1032; 1035-1036; 1040-1041; 1044; 1047; 1050; 1053; 1055
<i>Registo de entrada e saída de vinhos</i>	49
<i>Registo de existências na tanoaria</i>	877-878
<i>Registo de existências nos armazéns</i>	49; 182; 875-876; 889; 913; 927; 998;
<i>Registo de movimento de azeite</i>	42; 74; 159

<i>Registo de movimento de vinhos e aguardente</i>	37; 42; 50; 55; 61; 66; 74; 78-79; 87; 97-98; 104; 120-121; 125; 130; 135; 141; 147; 151; 154; 159; 162; 165; 170; 175; 182; 201; 929; 946; 959
<i>Testamentos</i>	553
<i>Títulos</i>	214; 886; 947
<i>Venda de vinhos</i>	884; 893; 903; 908; 921; 928; 937; 939; 945

<b>5.2.2. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira accionista do Teatro S. João</b>	1840	1875
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	124	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	124	
	<i>Dossiê sobre o Teatro S. João</i>	124; 681	
<b>5.2.3. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira accionista da Companhia de Navegação do Tejo e Sado</b>	1850	1850
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Acções</i>	323	
<b>5.2.4. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira accionista da Empresa Portuense de Navegação por Vapor</b>	1850	1850
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Acções</i>	323	
<b>5.2.5. Sub-sub-secção</b>	<b>Antónia Adelaide Ferreira – negócio da loja do Porto</b>	1880	1894
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Caixa</i>	940	
	<i>Despesas</i>	54	
	<i>Documentos de caixa</i>	72; 77	
	<i>Registo de entrada e saída de géneros</i>	60; 85	
	<i>Vendas</i>	960	
<b>5.3. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Francisco José da Silva Torres (1804-1880)</b>		
<b>5.3.1. Sub-sub-secção</b>	<b>Francisco José da Silva Torres em nome próprio</b>	1835	1880
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Autos judiciais</i>	285	
	<i>Contas-correntes</i>	103; 110; 122; 136; 137	
	<i>Copiador de cartas</i>	900; 915	
	<i>Copiador de cartas particular</i>	909; 919; 923; 930; 935	
	<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	107; 112; 116-117; 126-127; 131; 152; 155; 158; 168; 172; 178; 184-185; 193; 198; 203; 123	

<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	102; 134; 235; 243; 349
<i>Documentos de caixa</i>	101; 105; 111; 118; 123; 127
<i>Dossiê sobre a dívida de José Marques</i>	223
<i>Dossiê sobre a falência de ABF III</i>	108
<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	114; 604-605; 610; 613; 791
<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	568; 581; 597; 609; 611; 612; 626
<i>Dossiês sobre as visitas do Rei</i>	530
<i>Fundos estrangeiros</i>	111
<i>Lembranças</i>	142
<i>Testamentos</i>	554

<b>5.3.2. Sub-sub-secção</b>	<b>Francisco José da Silva Torres fundador e Director da Companhia do Contrato do Tabaco (1858-1861)</b>	1861	1862
	<i>Designação Série/Dossiê</i>	<i>N.º Reg. Ui.</i>	
	<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	107; 112; 116-117; 123; 192	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	102	
	<i>Documentos de caixa</i>	123	
	<i>Dossiê sobre o Contrato do tabaco</i>	184	

<b>6. SECÇÃO</b>	<b>CASAL António Bernardo Ferreira III (1835-1907) e Antónia Cândida Plácido Vieira Braga (1835-1875)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>6.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>António Bernardo Ferreira III casado com Antónia Cândida (1852-1875)</b>		
<b>6.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>António Bernardo Ferreira III (1835-1907)</b>		
<b>6.2.1. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira III em nome próprio</b>	1848	1896
	<i>Designação Série/Dossiê</i>	<i>N.º Reg. Ui.</i>	
	<i>Caixa</i>	849	
	<i>Compra de vinhos</i>	109	
	<i>Correspondência - Cartas recebidas</i>	19; 32; 920; 988	
	<i>Diário</i>	981; 983; 987; 990	
	<i>Documentos de caixa</i>	19; 27; 30	
	<i>Dossiê sobre a falência de ABF III</i>	561	
	<i>Dossiê sobre o Club Progressista</i>	680	
	<i>Dossiês as propriedades rurais</i>	652; 792	
	<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	575; 585	
	<i>Inventários</i>	560	
	<i>Memorial</i>	1007	
	<i>Razão</i>	980; 982; 986; 989	
	<i>Registo de existências nos armazéns</i>	984	
	<i>Registo de movimento de vinhos e aguardente</i>	109	
	<i>Venda de vinhos</i>	985	

<b>6.2.2. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira III accionista do Teatro S. João</b>	1840	1875
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Dossiê sobre o Teatro S. João</i>	681	
<b>6.2.3. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira III herdeiro de António Bernardo Ferreira II</b>	1844	1859
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Borrão de Conta-corrente</i>	824	
	<i>Caixa</i>	851	
	<i>Contas-correntes</i>	832; 847-848	
	<i>Despesas</i>	220; 842	
	<i>Documentos de caixa</i>	220; 232; 238	
	<i>Inventários</i>	846	
	<i>Lembranças</i>	837	
	<i>Letras</i>	220; 826	
	<i>Registo de existências nos armazéns</i>	956	
<b>6.2.4. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira III herdeiro de Josefa Gertrudes</b>	1852	1857
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Caixa</i>	853	
	<i>Copiador cartas particular</i>	855	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	254	
	<i>Despesas</i>	220	
	<i>Documentos de caixa</i>	220	
	<i>Dossiês sobre heranças</i>	219	
	<i>Letras</i>	220; 843; 852; 858	
<b>6.2.5. Sub-sub-secção</b>	<b>António Bernardo Ferreira III herdeiro de Antónia Adelaide Ferreira</b>	1896	1896
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	33	
	<i>Documentos de caixa</i>	29	
	<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	971	
	<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	567; 971	
	<i>Dossiês sobre heranças</i>	548-549	
	<i>Inventários</i>	29; 550	
	<i>Letras</i>	29	

<b>7. SECÇÃO</b>	<b>CASAL Maria da Assunção Ferreira (1842-1905) e Augusto Mendonça, Conde de Azambuja (1835-1914)</b>	<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>7.1. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Maria da Assunção Ferreira casada com Augusto Mendonça (1860-1905)</b>	1860	1861
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Certidões de casamento</i>	555	
	<i>Documentos de caixa</i>	191	
<b>7.2. SUB-SECÇÃO</b>	<b>Maria da Assunção Ferreira (1842-1905)</b>		
<b>7.2.1. Sub-sub-secção</b>	<b>Maria da Assunção Ferreira em nome próprio</b>	1850	1896
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Caixa</i>	221; 861	
	<i>Contas-correntes</i>	859-860	
	<i>Copiador de cartas particular</i>	860	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	859	
	<i>Despesas</i>	195; 209; 215	
	<i>Diário</i>	868; 872; 879-880	
	<i>Documentos de caixa</i>	195; 199; 202; 207-209; 215; 221; 222; 231; 233; 240;	
	<i>Dossiês as propriedades rurais</i>	635	
	<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	588	
	<i>Dossiês sobre heranças</i>	224	
	<i>Inventários</i>	195; 1003	
	<i>Memorial</i>	970	
	<i>Ordens de pagamento</i>	222; 231	
	<i>Razão</i>	869-870; 1005	
	<i>Registo de existências nos armazéns</i>	860	
<b>7.2.2. Sub-sub-secção</b>	<b>Maria da Assunção Ferreira herdeira de António Bernardo Ferreira II</b>	1844	1859
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Borrão de Conta-corrente</i>	824	
	<i>Caixa</i>	851	
	<i>Contas-correntes</i>	832; 847-848	
	<i>Despesas</i>	220; 842	
	<i>Documentos de caixa</i>	220; 232; 238	
	<i>Inventários</i>	846	
	<i>Lembranças</i>	837	
	<i>Letras</i>	220; 826	
	<i>Registo de existências nos armazéns</i>	956	



<b>7.2.3. Sub-sub-secção</b>	<b>Maria da Assunção Ferreira herdeira de Josefa Gertrudes</b>	1852	1857
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Caixa</i>	853	
	<i>Copiador cartas particular</i>	855	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	254	
	<i>Despesas</i>	220	
	<i>Documentos de caixa</i>	220	
	<i>Letras</i>	220; 843; 852; 858	
<b>7.2.4. Sub-sub-secção</b>	<b>Maria da Assunção Ferreira herdeira de Antónia Adelaide Ferreira</b>	1896	1896
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Correspondência interna - Cartas recebidas</i>	33	
	<i>Documentos de caixa</i>	29	
	<i>Dossiês sobre as propriedades rurais</i>	971	
	<i>Dossiês sobre as propriedades urbanas</i>	567; 971	
	<i>Dossiês sobre heranças</i>	548-549	
	<i>Inventários</i>	29; 550	
	<i>Letras</i>	29	

<b>SUB-SISTEMA CHARLES KENDALL</b>		<b>Datas abarcadas pelos documentos</b>	
<b>8. SECÇÃO</b>	<b>Charles Kendal em sociedade com Douthat Kendall</b>	1835	1840
	Designação Série/Dossiê	N.º Reg. Ui.	
	<i>Caixa</i>	757	
	<i>Copiador de cartas</i>	757	
	<i>Correspondência - cartas recebidas</i>	753-754	
	<i>Letras</i>	758	
	<i>Livro de facturas</i>	756	
	<i>Vendas</i>	755	

## GLOSSÁRIO DE PESQUISA AO NÍVEL DAS SÉRIES/DOSSIÊS\*

---

- 1 **Série/Dossiê:** *Acções.*  
**Âmbito e conteúdo:** Títulos de crédito, em papel, em nome de [membro da família].
- 2 **Série/Dossiê:** *Autos judiciais.*  
**Âmbito e conteúdo:** Autos de divisão e demarcação de terras.
- 3 **Série/Dossiê:** *Balancete geral.*  
**Âmbito e conteúdo:** Registo das importâncias dos débitos e créditos, conta por conta e os respectivos saldos.
- 4 **Série/Dossiê:** *Borrão de Caixa.*  
**Âmbito e conteúdo:** Contém, em rascunho, os movimentos de entrada e saída de caixa. Posteriormente, a informação é passada a limpo para o Caixa.
- 5 **Série/Dossiê:** *Borrão de Conta-corrente.*  
**Âmbito e conteúdo:** Rascunho que, posteriormente, será passado para o livro definitivo.
- 6 **Série/Dossiê:** *Borrão do Diário.*  
**Âmbito e conteúdo:** Rascunho que, posteriormente, será passado para o livro definitivo. Tem o mesmo conteúdo do Diário.
- 7 **Série/Dossiê:** *Caixa.*  
**Âmbito e conteúdo:** Contém em Débito e Crédito todo o dinheiro que entra e sai diariamente da Caixa (recebimentos e pagamentos).

---

\* Indica-se a designação e descrição das diferentes séries/dossiês que são comuns às várias secções.

- 8 **Série/Dossiê:** *Certidões de casamento.*  
**Âmbito e conteúdo:** Certidão de casamento de [membro da família].
- 9 **Série/Dossiê:** *Certidões de óbito.*  
**Âmbito e conteúdo:** Certidão de óbito de [membro da família].
- 10 **Série/Dossiê:** *Compra de vinhos.*  
**Âmbito e conteúdo:** Registo de compra de vinhos a diversos fornecedores.
- 11 **Série/Dossiê:** *Contas-correntes.*  
**Âmbito e conteúdo:** Documento que demonstra as transacções realizadas entre a Casa e um correspondente, que serve para confrontar as diversas operações monetárias e/ou comerciais efectuadas dentro de um determinado período. Pode ser uma conta-corrente de vinho, ou cascos, ou barris, ou aduelas... Não se pode confundir com o Razão porque, enquanto este tem a forma de partidas dobradas, a conta-corrente tem a forma singela.
- 12 **Série/Dossiê:** *Copiador de cartas.*  
**Âmbito e conteúdo:** Cópia de documentos expedidos com destino a entidades externas.
- 13 **Série/Dossiê:** *Copiador de cartas particular.*  
**Âmbito e conteúdo:** Cópias das cartas trocadas internamente (entre os escritórios ou entre os escritórios e as quintas). Além da cópia dos documentos expedidos, o copiadador «particular» tem, por vezes, anotações de teor variado, frequentemente, de cariz pessoal.
- 14 **Série/Dossiê:** *Copiador de preços.*  
**Âmbito e conteúdo:** Livro onde registaram os preços de venda dos vinhos.
- 15 **Série/Dossiê:** *Correspondência - Cartas recebidas.*  
**Âmbito e conteúdo:** Documentos recebidas (originais) de entidades externas.

- 16 **Série/Dossiê:** *Correspondência interna - Cartas recebidas.*  
**Âmbito e conteúdo:** Trata-se das cartas recebidas (originais) contendo a informação que circulava, quase diariamente, entre os escritórios e as quintas.
- 17 **Série/Dossiê:** *Despesas.*  
**Âmbito e conteúdo:** Vários registos de despesas.
- 18 **Série/Dossiê:** *Diário.*  
**Âmbito e conteúdo:** Chama-se Diário porque nele se assentam diariamente e cronologicamente todos os negócios. É escriturado por Débito e Crédito, havendo, infalivelmente, em cada transacção, um Devedor e um Credor.
- 19 **Série/Dossiê:** *Documentos de caixa.*  
**Âmbito e conteúdo:** Documentos comprovativos de recebimentos e pagamentos.
- 20 **Série/Dossiê:** *Documentos registados na Conservatória.*  
**Âmbito e conteúdo:** Lista de documentos registados na Conservatória da Régua (escrituras de compra de casas, terrenos, dívidas e emprazamentos, etc).
- 21 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre a dívida de José Marques.*  
**Âmbito e conteúdo:** Documentos relativos às dívidas contraídas por José Marques (Dois Portos).
- 22 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre a Empresa da Estrada do Porto e Coimbra.*  
**Âmbito e conteúdo:** Dossiê com documentos vários sobre a Empresa da Estrada do Porto e Coimbra. Também contém informação sobre as novas estradas no Minho e a ponte suspensa da Régua para Lamego.
- 23 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre a Falência de ABF III.*  
**Âmbito e conteúdo:** Em 1870, ambos os filhos de D. Antónia estão arruinados. Em relação a ABF III, forma-se uma Comissão de Credores, sendo D. Antónia nomeada liquidatária da casa do filho.

- 24 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre a Sociedade entre ABFI e Cristóvão de Oliveira.*  
**Âmbito e conteúdo:** Em 1814, ABFI inicia uma sociedade comercial com Cristóvão de Oliveira, destinada à venda de mercadorias diversas (roupa, tecidos, cutelaria, etc.).
- 25 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre a Sociedade entre José Bernardo Ferreira e Cap. A. Souto.*  
**Âmbito e conteúdo:** O Capitão Alves do Souto e JBF fazem um contrato social, renovando a sociedade comercial que já tinham desde 10 de Janeiro de 1816. O Capitão Alves do Souto será o sócio Caixa e JBF administrará no Douro todos os vinhos que aí se comprarem.
- 26 **Série/Dossiê:** *Dossiês sobre as visitas do rei.*  
**Âmbito e conteúdo:** Documentos vários sobre visitas que o rei de Portugal fez ao Douro, alturas em que visitou as casas da família.
- 27 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre exposições de vinhos.*  
**Âmbito e conteúdo:** Documentos sobre exposições internacionais onde estiveram representados os vinhos da Casa.
- 28 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre morte de [membro da família].*  
**Âmbito e conteúdo:** Dossiê constituído por documentos sobre a morte de [membro da família].
- 29 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre o Club Progressista.*  
**Âmbito e conteúdo:** Dois panfletos do Club Progressista («Progrebior» e «Hino»).
- 30 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre o Contrato do Tabaco.*  
**Âmbito e conteúdo:** Nomeadamente nota dos lançamentos de débito e crédito pertencentes ao contrato do tabaco e acções da Companhia do Contrato do Tabaco.
- 31 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre o Empréstimo à Companhia.*  
**Âmbito e conteúdo:** Empréstimo de 200 contos que a Casa faz à Companhia Geral

da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

32 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre o Empréstimo ao Banco Comercial do Porto.*

**Âmbito e conteúdo:** Empréstimo feito pelo Banco Comercial do Porto (sobre penhores) a D. Antónia.

33 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre o Empréstimo ao Duque da Terceira.*

**Âmbito e conteúdo:** Empréstimo feito ao Duque da Terceira por D. Antónia.

34 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre o Jornal «A Coalisão».*

**Âmbito e conteúdo:** Documentos relativos ao jornal «A Coalisão», financiado por António Bernardo Ferreira II.

35 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre o Teatro S. João.*

**Âmbito e conteúdo:** Dossiê com cartas, contas, relatórios oficiais de contas, etc. D. Antónia e ABFII e ABFIII eram accionistas (em nome pessoal) da Sociedade Proprietária do Teatro de S. João da Cidade do Porto (com 1 apólice cada, em 1844). Em 1875, D. Antónia é uma das maiores accionistas.

36 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre o Vapor «Quinta Vesúvio».*

**Âmbito e conteúdo:** Documentos diversos sobre a Companhia do Vapor «Quinta do Vesúvio».

37 **Série/Dossiê:** *Dossiês sobre as propriedades rurais.*

**Âmbito e conteúdo:** Dossiês sobre as propriedades, organizados por quinta. Incluem, nomeadamente, documentos de compra e venda, cartas de arrematação, sentenças cíveis, pagamentos de contribuições, assim como escrituras mais antigas, anteriores à compra.

38 **Série/Dossiê:** *Dossiês sobre as propriedades urbanas.*

**Âmbito e conteúdo:** Dossiês sobre o património imóvel edificado, organizados por

casa. Incluem documentos sobre a compra, venda, arrendamento e obras.

39 **Série/Dossiê:** *Dossiê sobre fundos estrangeiros.*

**Âmbito e conteúdo:** Documentos sobre diversos fundos estrangeiros aplicados em bancos de Londres.

40 **Série/Dossiê:** *Dossiês sobre heranças.*

**Âmbito e conteúdo:** Dossiês sobre questões relacionadas com as heranças, organizados por membro da família.

41 **Série/Dossiê:** *Dossiês sobre partilhas.*

**Âmbito e conteúdo:** Partilhas por morte de [membro da família].

42 **Série/Dossiê:** *Guias de embarque.*

**Âmbito e conteúdo:** Guias de embarque de vinhos, geralmente, vinhos vindos do Douro para os armazéns de Gaia.

43 **Série/Dossiê:** *Índices.*

**Âmbito e conteúdo:** São livros que foram retirados do seu local original. Têm informação que remete para várias contas (pessoas ou assuntos). Seriam, talvez, índices do Razão?

44 **Série/Dossiê:** *Inventários.*

**Âmbito e conteúdo:** Relação dos elementos patrimoniais (vinhos, cascaria, mobiliário...) detidos pela Casa numa determinada data.

45 **Série/Dossiê:** *Lembranças.*

**Âmbito e conteúdo:** Informação variada, geralmente em livro. Quando escrito pelos Escritórios, pode considerar-se um relatório diário de actividades, também com indicações comerciais e financeiras.

- 46 **Série/Dossiê:** *Letras.*  
**Âmbito e conteúdo:** Documentos variados relativos ao pagamento e recebimento de letras de câmbio.
- 47 **Série/Dossiê:** *Livro de facturas.*  
**Âmbito e conteúdo:** Livro de facturas referentes a vendas do negócio de Carlos Kendall.
- 48 **Série/Dossiê:** *Livro de manifesto.*  
**Âmbito e conteúdo:** «Serve este livro para carga e descarga de todas as partidas de vinho e mais bebidas espirituosas manifestadas nesta Alfândega pelo Snr. José Bernardo Ferreira...».
- 49 **Série/Dossiê:** *Livros de cheques e letras.*  
**Âmbito e conteúdo:** Livros de contas correntes de depósitos em vários bancos nacionais.
- 50 **Série/Dossiê:** *Memorial.*  
**Âmbito e conteúdo:** Livro onde diariamente se escreviam as acções de cada negócio, umas a seguir às outras, logo que aconteciam. A descrição devia ser feita com todo o pormenor e clareza porque, em caso de dúvida, era a este livro que se recorria.
- 51 **Série/Dossiê:** *Ordens.*  
**Âmbito e conteúdo:** Encomendas de vinho de vários clientes.
- 52 **Série/Dossiê:** *Ordens de pagamento.*  
**Âmbito e conteúdo:** Documento escrito e assinado pela mão do emissor que se dirige a um segundo interveniente dando ordem de pagamento de uma certa quantia a uma determinada pessoa. Após pagamento, serve de recibo, uma vez que a pessoa a quem é entregue o dinheiro assina e data o documento, confirmando a recepção do valor.



53 **Série/Dossiê:** *Pequena Caixa.*

**Âmbito e conteúdo:** É o livro da Caixa dos gastos miúdos, onde se lançam os gastos que se fazem diariamente no Escritório. Como são muitos não vão directamente para o Livro de Caixa.

54 **Série/Dossiê:** *Razão.*

**Âmbito e conteúdo:** É escriturado em forma de Mapa e de tal forma que, de um golpe de vista, se vê nele o estado da casa. É um registo contabilístico de síntese, ordenado por contas internas, contendo para cada uma os valores contabilísticos mensais (Deve, Haver, Saldo mensal). Repete os registos do Diário, mas agrupados por contas conforme a natureza das operações e não ordenadas apenas cronologicamente, como no Diário.

55 **Série/Dossiê:** *Reclamação de impostos.*

**Âmbito e conteúdo:** Reclamações de Décima predial e industrial (1870-71) no Porto, Gaia, Soutelo e Arnozelo.

56 **Série/Dossiê:** *Registo de entrada e saída de géneros.*

**Âmbito e conteúdo:** Documentos que registam a entrada e saída de géneros da loja da Rua de Sá da Bandeira.

57 **Série/Dossiê:** *Registo de entrada e saída de vinhos.*

**Âmbito e conteúdo:** Registos referentes à produção, manutenção e comercialização de vinhos, nomeadamente, as lotações e as entradas e saídas de vinhos e aguardentes nos armazéns.

58 **Série/Dossiê:** *Registo de existências na tanoaria.*

**Âmbito e conteúdo:** Registo de existências de materiais necessários à construção e manutenção de cascaria.

59 **Série/Dossiê:** *Registo de existências nos armazéns.*

**Âmbito e conteúdo:** Registo de existências de vinhos e aguardentes nos armazéns.

- 60 **Série/Dossiê:** *Registo de movimento de azeite.*  
**Âmbito e conteúdo:** Registo dos movimentos de azeite entre as quintas.
- 61 **Série/Dossiê:** *Registo de movimento de vinhos e aguardente.*  
**Âmbito e conteúdo:** Registo dos movimentos de vinhos e aguardente entre as quintas e entre as quintas e os armazéns.
- 62 **Série/Dossiê:** *Registo de vinhos e outras bebidas espirituosas.*  
**Âmbito e conteúdo:** Trata-se de um livro de registo dos vinhos e «outras bebidas espirituosas» manifestados na Alfândega do Porto. Livro autorizado (aberto e encerrado) pela Alfândega do Porto.
- 63 **Série/Dossiê:** *Testamentos.*  
**Âmbito e conteúdo:** Testamento de [membro da família].
- 64 **Série/Dossiê:** *Título de empréstimo.*  
**Âmbito e conteúdo:** Certidão passada pela Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, referente empréstimo forçado feito a D. Miguel.
- 65 **Série/Dossiê:** *Títulos.*  
**Âmbito e conteúdo:** Registos dos sacadores e possuidores de títulos. A informação inclui a natureza dos títulos (letra, obrigação, etc.), data de vencimento e importância.
- 66 **Série/Dossiê:** *Vendas.*  
**Âmbito e conteúdo:** Registo diário de vendas efectuadas.
- 67 **Série/Dossiê:** *Venda de vinhos.*  
**Âmbito e conteúdo:** Registo de vendas efectuadas.

## ÍNDICE POR ASSUNTO

---

### ASSUNTO | UNIDADES DE INSTALAÇÃO

«A Coalisão»: 678

A. de Respaldiza: 156

Acções: 140; 184; 196; 199; 225; 303; 323

Aciprestes: 19; 29; 32; 39; 41; 166; 730

Administração da Fazenda Real: 116

Administração da Régua: 35-36; 44; 52; 64; 76; 78; 169; 202

Administração do Porto: 76; 655

Aguardente: 36-37; 42; 61-62; 74; 121; 130; 170; 206; 218

Aires Augusto Pinto Correia: 29; 39

Alcântara: 607

Alexandre José de Morais Ramos: 160; 164; 168; 173; 179; 185-186; 192

Alfândega: 115; 121; 200; 839-841

Amoreiras: 159

Anglo-Lusitanian & South American Steam Communication: 326

Antónia Maria de Matos Teixeira: 398

António Álvares Sanches: 172

António Alves Souto: 464

António B. Ferreira de Sousa: 107

António Bernardo Ferreira Reis: 116-117

António Canavarro: 253

António Correia Herédia: 178

António de Oliveira Montes: 19

António Dias Pinto de Magalhães: 129; 139; 145; 157; 161; 167; 174; 187; 189; 255

António do Vale Frias, Padre: 116-117

António Ferreira Menéres: 67

António Ferreira Pontes: 112; 116; 123; 176; 185

António Guedes de Carvalho Vasconcelos: 185

António J. Borges: 168

António Joaquim Moura: 148

António José Claro da Fonseca: 33; 34; 38-39; 41; 47; 51; 53; 58-59; 63; 68-69; 71; 75-77; 81; 107; 115; 124; 129; 133-134; 138-139; 144-145; 153; 157; 161; 164; 167; 173-174; 180; 185-187; 189; 198; 204; 691; 900; 915

António José de Ávila: 112; 116

António José Duarte Nazareth: 102; 112; 116

António Luís da Silva Passos: 210

António Magalhães: 180

António Mayer Júnior: 279

António Montes Champalimaud: 125

António Oliveira Soares: 285

António Paes de Sande e Castro: 143

António Pereira de Carvalho e Cunha: 92; 95; 100; 103; 110; 119; 122; 126; 137; 198; 294; 578; 900; 915; 926; 936

António Pinto Carneiro: 112

António Pinto Júnior: 41

António Porto: 272

António Rodrigues Vidal: 277

António Rodrigues, Padre: 116; 124

António Tibúrcio Carneiro: 94

Armazéns da Cruz: 578

Armazéns da Fazendinha: 191; 195; 209

Armazéns da Régua: 162; 659, 946

Armazéns das Azenhas: 170; 209; 218; 238

Armazéns das Costeiras: 584

Armazéns de Gaia: 36-37; 42; 44; 49; 52; 55-56; 61-62; 66; 72; 74; 87; 97-98; 109; 115; 120-121; 125; 130; 135; 141; 147; 150-151; 159; 165; 170; 182; 201; 209; 218; 238; 263; 286; 415; 578; 723; 710; 713; 899

Armazéns de Santo Antão: 52

Armazéns do Choupelo: 710; 713

Armazéns do Ferrão: 578

Arnaldo Van Zeller: 751  
Arnozelo: 29; 601  
Assembleia Portuense: 592  
Associação Comercial do Porto: 116  
Augusto César dos Santos: 117  
Autos de divisão e demarcação: 285  
Autos de libelo: 403  
Aviamentos: 196; 256; 263; 309; 313; 334; 714  
Azeite: 52; 196  
Azenhas: 220; 946  
Baiona de Freitas: 107  
Balancetes: 93; 169  
Balanços de vinhos: 170  
Banco Aliança: 178; 691  
Banco Comercial do Porto: 213; 691  
Banco de Portugal: 196  
Banco União: 691  
Bancos: 113; 178; 196; 213; 196; 213; 691  
Barão do Seixo: 1007; 1009  
Barbados americanos: 53  
Barreiros e Companhia: 149; 152; 156  
Barros de Sá: 112  
Benjamin Franklin: 163; 244-245; 252; 264; 268; 276; 286; 423; 427; 432; 437; 440; 442  
Pousa: 603  
Bento Alexandre de Oliveira Dias 368; 379-380; 383; 387; 393; 397-398; 401; 405; 492  
Bergantim «Andorinha do Norte»: 380  
Bilhetes de qualificação: 636  
Boavista: 32  
Bonjardim: 242-252; 582  
Borrão de caixa: 944; 961; 968  
Borrão de correntes: 824

Borrão: 79; 220; 240; 249; 271; 277; 663; 665; 746; 750

Butler, Tyndale & Cia.: 415; 899

C. N. Kopke e Cia.: 83; 88-89

Cais da Régua: 597

Caixa: 27; 35; 40; 54; 101; 105; 133; 166; 195; 200; 202; 207; 215; 221; 225; 233-234; 239-240; 284; 286; 366; 655; 661; 663; 665; 712; 722; 727-729; 731; 738; 741-742; 745; 749; 752; 796; 811; 819; 829; 838; 849; 851; 853; 861-862; 866-867; 883; 940; 1009; 1029; 1039; 1048

Caldas do Moledo: 629

Calhariz: 35; 52; 65; 72; 102; 134; 155; 158; 568

Cancela: 608

Carlos/Charles Kendall: 312; 753-754; 757

Carta de arrematação: 792

Carta de sentença formal de partilhas: 67

Carta precatória: 213

Cartas particulares: 33; 39; 41; 47; 53; 58; 63; 68; 75; 124; 129; 133-134; 139; 144-145; 153; 157; 161; 167; 174; 180; 187; 189; 204; 228; 235; 243; 246; 254-255; 262; 269; 275; 280-281; 287; 291; 294; 296; 301; 306; 311; 316; 322; 337; 342; 346; 349; 352; 354; 357; 360; 363; 370-371; 378; 382; 389-390; 395; 400; 404; 406; 425; 430; 433-434; 443; 445; 447; 451-452; 455; 458; 461; 463; 467; 470; 473; 475-476; 481; 485; 489-491; 496; 501; 506; 511; 516; 520; 524; 654; 657; 662; 664; 667-668

Casa da Rua de Belmonte: 712

Casa da Rua de Vilar: 593

Casa de Abrantes: 652

Casa de S. Pedro: 84; 626

Casa do Adro: 574

Casal de Moncorvo: 129; 610

Casal de Porrais: 32

Casal de Soutelo: 27; 32; 36

Casal dos Aciprestes: 19; 29

Casas da Régua: 567

Casas da Rua Bela da Princesa: 258; 590

Casas da Rua de Medeiros: 646  
Casas da Rua de Santa Catarina: 579  
Casas da Rua de Santo António: 580  
Casas da Rua do Almada: 587  
Casas da Rua do Bonjardim: 572; 589  
Casas da Trindade: 258; 303; 592  
Casas de Gaia: 253  
Casas de Lisboa: 34  
Casas de Murça: 609  
Casas de S. Francisco: 199; 351; 368; 380; 383; 595  
Casas do Moledo: 611  
Casas do Porto: 199; 226; 230; 241; 247; 253; 258; 303; 351; 368; 380; 383; 567; 572; 579-  
580; 586-587; 589-590; 592 -593; 595; 712  
Casas na Foz: 586  
Cascaria: 36; 714; 723; 735  
Cavalos: 181  
Cemitério da Régua: 596  
Cereais: 170  
Certidão da deliberação: 248  
Certidão das hipotecas: 628  
Certidão de casamento: 555  
Certidão de óbito: 553; 565  
Certidão de termo de compra: 792  
Charles Frisby & Son: 345  
Cheques: 691  
Claudino de Moraes: 65  
Cláudio Adriano da Costa: 682  
Clode & Baker: 62; 70; 73; 80; 82-83; 88-90; 96; 99; 106; 143; 149; 152; 156; 168; 171; 177;  
179; 183; 882; 928; 941; 950  
Club Progressista: 680  
Coalheira: 29

Cocheiras: 181

Cockburn Smithes: 128; 132-132; 138; 150; 163; 171; 183; 185; 188; 193

Comissão Central Anti-Filoxera: 86

Comissão Reguladora para Sua Majestade: 190

Companhia de Navegação do Tejo e Sado: 323

Companhia de Seguros «A Previdente»: 172

Companhia de Seguros Bonança: 312; 326

Companhia de Seguros Rectidão: 414

Companhia de Transportes União: 312

Companhia do Contrato do Tabaco: 184; 192

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: 212; 415

Companhia Nacional de Tabacos: 102; 107; 112; 116-117; 123

Companhia Sul América: 326

Companhias de Seguros: 172; 312; 326; 335; 414

Compra de aguardente: 116; 201

Compra de armazéns: 578; 584

Compra de casas: 573; 242-252; 582; 585; 611; 645

Compra de títulos: 111

Compra de vinhos: 61; 65; 109; 116; 135; 170; 188; 194; 201; 206; 888; 894-895; 912; 914; 924; 933; 999

Conde da Lapa: 279; 387

Conde de Samodães: 86

Conselheiro Guilhermino Augusto de Barros: 43; 59; 69; 71; 81; 193; 198

Conselheiro José Fernandes Nunes: 628

Conselho de família: 224; 248

Constantino do Vale Pereira Cabral: 184

Contas gerais: 220; 270-271; 655

Contas: 30; 176; 191; 199; 214; 216; 222; 226; 230; 232; 238; 240-241; 247; 253; 265-266; 271-274; 277-278; 284; 286; 307; 347; 415; 409; 659-660; 663; 666; 726; 746; 903; 955

Contas-correntes: 103; 110; 136-137; 245; 264; 312; 691; 714; 832; 847-848; 859-860; 926; 954; 966



Contribuições: 114

Copiador: 713; 719; 724; 794; 798-802; 804-805; 807-808; 812; 822-823; 835; 844-845; 850; 854-855; 860; 864; 885; 887; 900; 909-911; 915; 918-919; 923; 925; 930-931; 935-936; 938; 957-958; 964; 967; 1000

Coronel de Clarenges Lucotte: 682

Correspondência: 19; 32; 34; 38; 43; 46; 51; 57; 59; 69; 71; 76; 81; 102-103; 107; 110; 112; 116-117; 123-124; 126-128; 131-132; 136-138; 143; 149; 152; 156; 160; 164; 168; 172-173; 178-179; 184-186; 192-193; 198; 203; 210; 217; 227; 236; 242; 244; 252; 259; 260-261; 264; 267-268; 276; 279; 282; 288; 290; 295; 299-300; 305; 310; 315; 317; 321; 336; 340; 345; 348; 353; 358; 362; 373; 375; 376-377; 381; 385-386; 388; 391-392; 396; 399; 402-403; 408; 410-411; 413; 416; 423-424; 426-427; 431-432; 435; 437; 440; 442; 459; 464-465; 469; 472; 478; 484; 486-487; 494-495; 499-500; 504-505; 509-510; 514-515; 518-519; 522-523; 526-527; 529; 664; 668; 920; 988

Costeiras: 946

Criados: 181

Cristóvão de Oliveira: 898

Cruz: 946

Custódio Pereira Braga: 116-117

Daniel Pereira: 131

Décimas: 81; 113; 146; 226; 230; 241; 247; 253; 257-258; 265; 271; 274

Delloje e Rosset: 150; 152

Demarcações de terras: 285; 628

Despesas: 65; 74; 84; 101; 105; 111; 113; 118; 120; 123; 127; 181; 209; 215; 220; 249; 286; 409; 456; 466; 655; 660; 663; 718; 720; 725; 744; 747; 815-816; 842; 902

Diário: 195; 440; 711; 739-740; 750; 797; 806; 814; 818; 828; 836; 865; 868; 871-872; 874; 879-881; 890; 981; 983; 987; 996; 1010-1011; 1013-1014; 1016-1017; 1022-1024; 1028; 1031; 1034; 1037-1038; 1042; 1045-1046; 1049; 1052; 1054; 1062

Diogo Alvarez: 132; 138; 149; 152; 168; 173

Diogo José de Macedo: 144; 359; 368; 492

Direitos sobre aguardente: 359; 380

Dívidas: 81; 94; 113; 223; 286; 292;

Dividendos: 199

Docas em Londres: 264; 268

Documentos de caixa: 27; 29-30; 35; 40; 45; 52; 54; 60; 64-65; 72; 77; 79; 84; 87; 93; 101; 105; 111; 113; 118; 123; 125; 127; 140; 147-148; 154; 163; 166; 169; 176; 181; 188; 191; 195-197; 199-200; 202; 207-209; 215-216; 220-222; 225-226; 230-234; 238-241; 247; 249; 251; 253; 256-258; 265-266; 272-274; 277-278; 284; 286; 289; 293; 298; 302; 304; 308-309; 314; 320; 324-325; 332-334; 339; 341; 344; 418-419; 421-422; 428-429; 436; 439; 441; 444; 446; 448-450; 453-454; 456-457; 460; 462; 468; 507; 653; 655-656; 659-661; 663; 665-666

Domingos Coelho Fragoso: 464

Domingos Vieira: 152

Douro: 37; 55; 61; 66; 74; 79; 87; 97-98; 109; 115; 120-121; 125; 130; 135; 141; 147; 151; 159; 181; 201; 206

Douthard & Cia.: 128

Douthat Kendall: 753-754

Duque da Terceira: 205; 220

Eleições: 105

Empresa da Estrada do Porto e Coimbra: 682

Empresa Portuense de Navegação por Vapor: 323

Empréstimos: 169; 176; 196; 205; 212-213

Encomendas de vinhos: 55; 61; 244

Entradas de fazendas: 898

Entradas e saídas de aguardentes: 725

Entradas e saídas de arcos de ferro: 732

Entradas e saídas de azeite: 151

Entradas e saídas de cascaria: 725; 735

Entradas e saídas de géneros: 734

Entradas e saídas de letras: 716

Entradas e saídas de mobiliário: 716

Entradas e saídas de vinhos: 170; 716; 725; 736; 839-841; 929; 959

Entregas de vinhos: 272

Enxofre: 170

Escritório da Régua: 29; 47; 53; 55-56; 58; 60-62; 66; 68; 74-75; 84; 124; 129; 139; 144; 145; 151; 153; 157; 159; 161; 164-165; 167; 170; 174; 180; 187; 189; 195-196; 204; 228; 235; 243; 249; 255; 262; 269; 275; 280-281; 296; 662; 664; 667-668; 910; 925; 938; 967; 1000

Escritório do Porto: 19; 34; 38; 43; 46-47; 51; 53; 57-59; 63; 68-69; 75; 107; 124; 129; 132-134; 137-139; 143-145; 149; 152-153; 156-157; 160-161; 164; 167-168; 173-174; 179-180; 185-187; 189; 192; 204; 228; 235-236; 242-244; 246; 252; 254-255; 260-262; 267-269; 275-276; 279-282; 295-296; 300; 345; 657; 664; 667-668; 712; 804; 844-845; 854; 887; 910-911; 925; 931; 938; 964; 967; 1000

Escrituras: 190; 146; 658; 792

Estatutos: 178

Estradas: 297; 682

Existências de aguardente: 61

Existências de géneros: 734

Existências de letras e recibos: 150

Existências de tanoaria: 877-878

Existências de vinhos: 49; 150; 734; 875- 876

Existências nos armazéns: 710; 714; 809; 889; 956; 998

Existências: 36; 250; 277; 313; 710; 714; 725; 748; 751; 809; 860; 875-878; 889; 897; 899; 913; 927; 956; 984; 998

Exportação: 115; 141; 170; 179

Exposição de Paris: 160

Exposições de vinhos: 160; 540

Expropriações: 601

Facturas: 54; 65; 79; 825; 945

Falências: 205; 561

Fazenda da Casa Real: 102

Férias: 191; 195; 199; 208; 216; 656; 660

Ferreira Botelho: 112; 116

Flor de enxofre: 163; 170

Fontes Pereira de Melo: 107

Foros: 86; 140; 208; 279; 607; 652; 971

Foz: 657

Francisco Correia Cardoso Monteiro e Santos: 19; 32-33; 39; 41; 47; 53; 58; 63; 68; 75-76; 124; 129; 133; 139; 144-145; 153; 157; 161; 164; 167; 174; 178; 180; 187; 189; 204

Francisco Ferreira Sales: 170; 173

Francisco Gomes Carneiro: 152

Francisco Gonçalves: 628

Francisco José Claro da Fonseca: 117; 123; 131; 136; 141; 178; 185; 193

Freixo: 94

Frutuoso António Ribeiro: 39; 41; 107; 129; 133; 139; 144; 157; 161

Fundos: 111; 292; 335; 347; 922

João da Silveira de Lacerda, General: 652

George Sandeman: 693

Gomes Lages: 112; 116

Governador Civil de Vila Real: 112; 178

Granja: 195; 881

Guias de embarque: 359; 361; 365; 368; 379-380; 383; 387; 393; 397-398; 409; 412; 482; 492; 502; 512; 517; 521; 525

Guias de remessa: 162; 165; 170; 218

Guias de vinho: 37; 42; 55; 61; 66; 74; 87; 97-98; 104; 109; 115; 120-121; 125; 130; 135; 141; 147; 151; 159; 237; 256

Guias dos arrais: 61; 79

Guias para a Exposição Internacional de Paris: 160

Guias: 97-98; 104; 165; 218; 229; 237; 313; 359; 361; 365; 380; 412; 480; 488; 492; 512

Guilhermino Augusto de Barros: 43; 59; 69; 71; 81; 193; 198

Gustavo Peters: 94

Herança: 219; 224; 548-549

Hipotecas: 114; 403

Hooper: 163

Inácio José Marques Braga: 101; 691

Inventários: 29; 35-36; 44; 48-49; 52; 56; 62; 64; 72; 78; 84; 150; 195-196; 214; 224-225; 277; 284; 286; 307; 309; 384; 409; 414-415; 479; 550; 552; 558; 560; 563; 566; 655; 723; 846; 899; 906; 917; 934; 952; 997; 1003

Isabel Maria da Cunha Menéres: 67

J. C. Burmester: 899

Jacinta Antónia Carvalho Pinto: 252

Jacinta Narcisa da Silva Pereira: 246

James Barker: 132; 149; 152

Jeropiga: 36; 62

João Bento da Costa: 252

João Carvalho Martins: 578

João Correia de Freitas Silva e Carvalho: 628

João da Silva Ferrão de Castelo Branco: 578

João de Almeida e Sousa: 236; 242; 244; 252; 260; 267; 276; 279; 282

João Evangelista Guerra: 128; 132; 138; 143; 149; 152; 156; 160; 164; 168; 173; 179; 192

João Gomes de Oliveira e Silva: 312

João José Coelho Fragoso: 464

João José da Silva Azevedo: 269

João José Fernandes: 152

João M. Pessanha: 152

João Manuel Ribeiro: 19; 29; 32

João Osborn: 268

João Pereira Matias, Padre: 128; 132; 135; 138; 143; 152; 156; 160; 164; 168; 173; 179

João Pinto Machado de Magalhães: 107; 129

Joaquim Augusto Gomes: 41

Joaquim Correia Cardoso Monteiro: 204; 228; 235; 243; 255; 262; 657; 662-663; 652; 667-668

Joaquim Fernandes da Silva: 628

Joaquim José de Araújo: 29

Joaquim José Fernandes da Silva: 628

Joaquim Máximo Virginiano Gomes: 410

Joaquim Monteiro Maia: 296; 349  
Joaquim Pereira Pinto: 35; 52; 57; 65; 72; 102; 107; 112; 116-117  
Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães: 678  
John Wild: 245  
Jóias: 197  
Jornais: 297; 678  
José Alves Pinto de Balsemão: 213  
José Alves do Souto, Capitão: 528  
José António Correia: 39  
José Antunes Guimarães: 628  
José Augusto Correia: 32; 47; 53  
José Barbosa Roiz: 380  
José Carlos de Azevedo: 143  
José Cesário de Sales: 607  
José de Vasconcelos: 192  
José Dias de Oliveira: 138  
José Henriques dos Santos: 173  
José Jacinto da Silva Pereira: 246; 254; 261  
José João da Silva Azevedo: 228; 235; 243-244; 246; 254-255; 261-262; 265; 275; 280-281;  
296; 345; 351; 657; 662; 664; 667-668; 713; 823; 835; 855; 958  
José Lidoro da Rocha: 133  
José Luís Neves: 262; 269; 275; 280-281; 296  
José Maria Saraiva de Aguillar: 152  
José Marques: 223  
José Pereira da Mota: 236; 242; 252; 260; 267; 276; 279  
José Ribeiro da Cunha: 184; 199; 900  
José Vaz de Lemos Castelo Branco: 246  
Joseph James Forrester: 198; 823  
Kingston Sons e Cia.: 205  
Knowles e Foster: 149  
Largo do Calhariz: 113; 123

Lavradores: 188; 194

Lembranças: 123; 142; 713; 726; 837; 856; 882; 948; 953

Letras: 29; 158; 166; 182; 188; 196; 200; 209; 214; 219-220; 225-226; 230; 266; 284; 286; 309; 334; 338; 351; 359; 361; 365; 368; 372; 379-380; 383; 387; 393; 397-398; 401; 405; 417; 466; 471; 474; 480; 482; 488; 492; 497; 502; 507; 512; 517; 521; 525; 527; 691; 715-716; 733; 821; 826; 823; 843; 852; 858; 962

Livro de facturas: 756

Livros de cheques e letras: 691

Lodeiro: 608

Loja da Rua do Sá da Bandeira: 54; 60; 72; 77; 85; 734; 960

Lopo Vaz de Sampaio e Melo: 112; 116-117

Lotações: 710; 725; 734; 748

Louças: 286

Lourenço de Meireles: 403

Luciano Simões de Carvalho: 252; 260; 267; 276; 279; 312; 682; 753-754

Luciano Simões de Castro: 282

Lugar das Azenhas: 841

Luís António da Silva Passos: 198

Luís António de Barros: 628

Luís António Ribeiro: 179; 192

Luís Bessa Correia: 112; 116-117; 123; 138; 143; 152; 178; 185; 193

Luís de Moraes e Castro: 282

Luís Joaquim Cavalheiro: 131

Luís Paulino Teixeira: 152

Luís Teixeira Homem de Brederode: 164; 172; 236; 242; 244; 252; 260; 267; 276; 279; 282

Luísa Loreto T. de Sousa: 190

Luiz Tirinnanzi: 307; 326

Manifestos: 279; 334; 361; 367; 380

Manuel A. Rodrigues Sobreira, Padre: 109; 128; 132; 138; 143; 156; 164

Manuel Acúrcio Teixeira: 69; 71; 81

Manuel Alves de Sousa: 578

Manuel Alves do Souto: 312  
Manuel António Cerdeira: 112; 116-117; 193; 217; 236; 662  
Manuel António Rodrigues: 152  
Manuel António Seixas: 186; 173; 192  
Manuel Dias de Oliveira: 143; 149; 152; 156  
Manuel Ferreira Nunes: 628  
Manuel Joaquim Gomes da S. Braga («Manso»): 307  
Manuel Luís Lessa: 128  
Manuel Paulino de Oliveira: 168  
Manuel Pinto de Araújo: 178; 185  
Manuel Pinto Guedes de Almeida: 29  
Manuel Teixeira Pinto: 286  
Mapas gerais das contas: 249; 270; 1002  
Marcelino Augusto Leite: 132; 116-117; 178  
Maria Bárbara Machado: 649  
Maria Engrácia de Carvalho: 792  
Mariana de Jesus Mesquita: 54, 60, 72, 77, 85  
Marquês de Abrantes: 652  
Marques Rocha: 319; 328  
Matias Dias da Fonseca: 179  
Máximo Paulino do Reis: 326  
Memorial: 901; 904; 907; 916; 932; 970; 1007  
Mera: 608  
Miguel Claro da Fonseca: 59; 71  
Miguel do Canto e Castro: 132; 138  
Moledo: 611, 627, 629, 133  
Moncorvo: 29; 45; 54; 60; 91; 107  
Monte Judeu: 594  
Monte Meão: 29; 39; 41; 45; 52; 61; 66; 72; 75; 112  
Móveis: 36; 196  
Movimento de aguardente: 42; 55; 66; 74; 97; 151; 159; 162; 730



Movimento de azeite: 42; 55; 74; 97; 140; 151; 159; 162

Movimento de cereais: 140; 159; 162

Movimento de vinhos: 37; 42; 49-50; 55; 61; 66; 74; 78-79; 87; 97-98; 104; 109; 115; 120-121; 125; 130; 135; 141; 147; 151; 154; 159; 162; 165; 170; 175; 182; 188; 194; 201; 206; 211; 218; 229; 237; 245; 250; 256; 263; 313; 946

Murça: 600; 609

Notas da aguardente: 135; 141; 147; 151

Notas de preços: 218; 882

Notas de serviços: 45; 52; 54

Notas de vinhos: 120; 147; 206

Novidade: 37; 125; 147; 159

Obras: 117; 155; 195; 199; 208; 215; 220; 257-258; 273; 351; 368; 369; 374; 380; 383

Obrigações: 253; 272; 284; 286

Olímpio Dias: 112

Olímpio Leite: 116-117

Ordens de pagamento: 351; 355; 359; 361; 365; 368; 372; 379-380; 383; 387; 393; 397-398; 401; 405; 407; 456; 466; 471; 474; 480; 482; 488; 492; 497; 502; 507; 512; 517; 521; 527

Ordens: 37; 55; 61-62; 70; 73; 80; 82-83; 88-90; 96; 99; 106; 150; 163; 171; 177; 183; 222; 230-231; 247; 272; 277-278; 284; 286; 941-943; 949-950; 963; 965

Palácio da Trindade: 273

Palácio de Calhariz: 101; 111; 117-118; 127; 155

Pantaleão Pinto de Carvalho Osório: 59; 107

Papéis de crédito: 947

Partilhas: 67; 248; 562-563; 658; 710-711; 717

Passadouro: 94

Passal de S. Martinho de Anta: 606

Pedro Teixeira de Mello: 682

Penhora de vinhos: 486

Pequena caixa: 795; 803; 813

Plácido L. dos Santos Teixeira: 398

Plantações: 53; 61; 66

Plateau de Continuez: 350

Ponte suspensa da Régua para Lamego: 682

Porto: 86; 182

Prazos: 140; 652; 971

Preços: 918; 948

Prédios: 34; 258; 575

Processos judiciais: 636

Procurações: 91; 199

Produções: 37; 42; 61; 66; 74; 78; 97; 109; 115; 120-121; 151; 159; 175; 188; 218; 229; 237; 245; 250

Propriedades de Gaia: 257; 265

Propriedades do Porto: 257; 265

Quadros: 303; 307; 326; 335

Quinta da Boavista: 620

Quinta da Coalheira: 602

Quinta da Granja: 237; 638

Quinta da Pousa: 603

Quinta da Quebrada: 630

Quinta da Ribeira: 599

Quinta da Torre: 579; 581

Quinta das Nogueiras: 71; 75; 134; 185; 632

Quinta das Sete Casas: 619

Quinta das Sete Fontes: 114

Quinta de Arnozelo: 36; 53; 121; 601; 617-618

Quinta de Custelos: 604

Quinta de Lourentim: 120; 624

Quinta de Mileu: 615

Quinta de Moncorvo: 52

Quinta de Nagozelo: 622

Quinta de Nogueira: 175

Quinta de Piscais: 614

Quinta de Porrais: 600

Quinta de Provesende: 387

Quinta de Travassos: 175; 185; 649; 652; 655; 657; 662-663; 665; 667; 867

Quinta de Vale de Meão/do Monte Meão: 29; 39; 41; 45; 52; 61; 66; 72; 75; 112

Quinta de Vargelas: 29; 107; 121; 195; 202; 207; 215; 234; 237; 240; 249-250; 252; 270-271; 601; 635; 867-868; 880

Quinta de Vila Maior: 250

Quinta do Passadouro: 94

Quinta do Pego: 605; 792

Quinta do Pisão: 34; 43; 101; 613

Quinta do Porto: 86; 628-629

Quinta do Rodo: 652

Quinta do Santinho: 625

Quinta do Serro: 616; 791

Quinta do Valado: 636

Quinta do Vesúvio: 27; 29; 32; 36-37; 39; 41-42; 47; 53; 55; 61; 66; 74-75; 107; 121; 129; 139; 145; 150; 157; 161-162; 167; 174-175; 180; 187; 189; 196; 200; 234; 237; 249; 255; 270-271; 601; 633; 754; 862; 867

Quinta dos Aciprestes: 19; 29; 32; 39; 41; 75; 107; 129; 133; 139; 144; 157; 159; 161; 163; 166; 621

Quinta dos Montes: 652

Quinta Nova: 652

Quintas: 29; 35; 37; 40; 54; 58; 61; 63-64; 66; 74; 72; 78; 84; 97; 109; 114-115; 117; 130; 140; 151; 159; 162-163; 170; 188; 229; 245; 627; 869; 910; 925; 938; 967; 1000

Rapto: 243

Razão: 737; 743; 793; 810; 820; 830; 869-870; 873; 891-892; 896-897; 980; 982; 986; 989; 995; 1001; 1004-1006; 1008; 1012; 1015; 1018-1019; 1021; 1023; 1025; 1030; 1032; 1035-1036; 1040-1041; 1044; 1047; 1050; 1053; 1055

Receitas e despesas: 101; 105; 108; 163; 166; 249; 271; 284; 720

Recibos: 19; 35; 60; 77; 111; 181; 196-197; 199; 201; 215-216; 220; 222; 226; 230-231; 240-241; 247; 257-258; 265-266; 272-274; 277-278; 284; 286; 338; 347; 351; 355; 359; 361; 365;

368-369; 372; 374; 379-380; 383; 387; 393; 397-398; 401; 405; 407; 409; 412; 415; 466; 471;  
474; 477; 479-480; 482-483; 488; 492-493; 497-498; 502; 508; 513; 517; 521; 525; 527; 533;  
538; 639; 656; 660; 663; 666; 817; 833

Reclamação de décimas: 146

Redpath e Rozas: 712

Régua: 29; 48-49; 55-56; 60; 62; 66; 74; 151; 159; 165; 170; 662

Robert Reid: 37; 70; 73; 80; 82-83; 88-90; 96; 99; 106; 152; 156; 177

Roberto Osborn: 268

Romão Franqueira: 132; 138; 152

Rua Bela da Princesa: 195; 199; 208; 215; 227; 257; 588; 657

Rua da Bandeira: 574; 644

Rua da Douda: 591

Rua da Ourivesaria: 595

Rua das Pedras Negras: 197

Rua de Belmonte: 662

Rua de S. Francisco: 369; 374; 662

Rua de Santa Catarina: 583

Rua Direita: 570; 643

Rua do Bonjardim: 254-258; 576

Rua do Cruzeiro: 570; 643

Rua do Estevão: 585

Rua do Sá da Bandeira: 60

Rua do Sacramento: 839-841

S. Martinho de Anta: 606

Saída de vinhos: 66; 74; 79

Sampaio: 29

Sandeman: 356; 693

Santa Comba: 619

Sebastião Botelho Machado: 190

Sebastião José Claro da Fonseca: 32; 59; 71; 107

Secretário-geral do Governo Civil de Moçambique: 213

Sedielos: 651

Seguros de correio: 359; 361; 365; 368; 379-380; 383; 393; 387; 397

Seguros: 155; 247; 253; 218; 277; 414

Sentença cível: 792

Silva e Cosens: 80; 939

Silvério Botelho Moniz de Sequeira: 34; 38; 43; 51; 57; 59; 69; 71; 102; 107; 112; 116-117; 138; 158

Sisas: 359; 361; 365; 368; 379-380; 372; 387; 393; 397-398; 405; 477, 492; 525

Sociedade de Pescarias Setubalense: 277; 307

Sociedade Proprietária do Teatro de S. João da Cidade do Porto: 681

Soutelo: 32

Southand e Cia.: 132

Stannius: 882

Subsídio Literário: 229; 365; 368; 379; 383; 492

Tanoaria: 725; 877-878

Tavares, Padre: 217; 227

Teatro de S. João: 124; 286; 681

Teatro de Santa Catarina: 307

Teodoro Reissig: 128; 132; 138; 143

Terras no Lameirinho: 631

Terrenos nas Azenhas: 594

Testamentos: 464; 553-554; 558; 642; 792

Thierry de la Coste: 156

Tiago António da Silva: 107; 116

Título de empréstimo: 343

Títulos: 225

Torcato Álvares Ribeiro: 184

Torlades e Companhia: 267; 276; 279; 282

Travassos: 650; 652; 663; 665

Tribunal do Comércio: 754

Viúva Tallone & Filhos: 312

Vale de Meão: 29; 39; 41; 45; 52; 61; 66; 72; 75; 112

Vapor «Quinta do Vesúvio»: 303; 318-319; 327-331; 827-831

Varejo: 250; 394

Vargelas: 29; 107; 195; 202; 207; 249; 601; 881

Vendas: 36; 229; 237; 797

Vesúvio: 27; 29; 41-42; 107; 279; 601; 896; 996

Viagem do Rei: 530-532

Vielá da Neta: 254-258; 576; 581

Vila Maior: 637

Vila Pouca: 647

Vindima: 109; 115; 218; 229; 245

Vinhos vendidos: 721; 884; 893; 903; 908; 921; 937; 945

Vinhos: 36; 62; 78; 97; 120-121; 135; 141; 151; 159; 162; 165; 170; 182-183; 188; 196-197;  
201; 216; 218; 263; 286; 356; 641; 714; 723; 736; 839; 840-841; 899; 929; 959; 985; 990

Visconde de Abrigada: 107

Visconde de Almeida: 138

Visconde do Freixo: 94

Viscondessa de Balsemão: 652

Warre Brothers: 268; 276; 284; 307; 312; 345

Wenceslau Pereira de Lima: 19; 32; 34; 567

Wild e Gibson: 318; 327

## ÍNDICE POR DESIGNAÇÃO DE SÉRIE/DOSSIÊ

---

### SÉRIE/DOSSIÊ | UNIDADES DE INSTALAÇÃO

Acções: 303; 307; 323

Autos judiciais: 285

Balancete geral: 93

Balanço: 303

Borrão de Caixa: 401; 405; 407; 944; 961; 968

Borrão de Conta-corrente: 824

Borrão do Diário: 711; 720; 750

Caixa: 221; 225; 366; 552; 712; 722; 727-729; 731; 738; 741-742; 745-746; 749; 752; 757; 796;  
811; 819; 823; 829; 838; 849; 851; 853; 861-862; 866-867; 883; 940; 1009; 1029; 1039; 1048

Certidões de casamento: 555

Certidões de óbito: 553; 565

Compra de vinhos: 78; 97; 109; 120; 135; 141; 188; 194; 201; 206; 211; 367; 888; 894-895;  
912; 914; 924; 933; 999

Contas-correntes: 92; 95; 100; 110; 119; 122; 136-137; 245; 307; 312; 335; 714; 832; 847-848;  
859-860; 926; 954-955; 966

Copiador de cartas: 719; 724; 757; 804; 845; 854; 887; 900; 910-911; 915; 925; 931; 936; 938;  
964; 967; 1000

Copiador de cartas particular: 713; 794; 798-802; 805; 807-808; 812; 822-823; 835; 844;  
850; 855; 860; 864; 885; 909; 919; 923; 930; 935; 957-958

Copiador de preços: 918

Correspondência - Cartas recebidas: 19; 32; 34; 38; 43; 46; 51; 57; 59; 69; 71; 76; 81; 92; 95;  
100; 103; 107; 110; 112; 116-117; 119; 122-124; 126-128; 131-132; 136-138; 143; 149; 152;  
155-156; 158; 160; 164; 168; 172-173; 178-179; 185-186; 192-193; 198; 203; 210; 217; 236;  
242; 244; 252; 259-261; 264; 267-268; 276; 279; 282; 288; 290; 295; 300; 305; 310; 312; 315;  
317; 321; 326; 336; 340; 345; 348; 353; 358; 362; 364; 373; 375; 376; 377; 381; 385-386; 388;  
391; 392; 396; 399; 402-403; 408; 410-411; 413; 416; 423-424; 426-427; 431-432; 435; 437;  
440; 442; 459; 464-465; 472; 478; 484; 486-487; 494-495; 500; 503-505; 509-510; 514-515;  
518-519; 522-523; 526-527; 529; 541; 668; 753-754; 920; 988

Correspondência interna - Cartas recebidas: 33; 39; 41; 47; 53; 58; 63; 68; 75; 86; 102; 129; 133-134; 139; 144-145; 153; 157; 161; 167; 174; 180; 187; 189-190; 204; 227-228; 235; 243; 246; 254-255; 262; 269; 275; 280-281; 287; 291; 294; 296; 299; 301; 306; 311; 316; 322; 326; 337; 342; 346; 349-350; 352; 354; 357; 360; 363; 370-371; 378; 382; 389-390; 395; 400; 404; 406; 425; 430; 433-434; 443; 445; 447; 451-452; 455; 458; 461; 463; 467; 470; 473; 475-476; 481; 485; 489-491; 496; 501; 506; 511; 516; 520; 524; 541; 654; 657; 662; 664; 667-668; 859

Despesas: 54; 84; 195; 197; 209; 215; 220; 503; 720; 744; 747; 815-816; 842; 902

Diário: 739-740; 797; 806; 814; 818; 828; 836; 865; 868; 871-872; 874; 879; 880-881; 890; 981; 983; 987; 990; 996; 1010-1011; 1013-1014; 1016-1017; 1022; 1024; 1028; 1031; 1034; 1037-1038; 1042; 1045-1046; 1049; 1052; 1054; 1062

Documentos de caixa: 19; 27; 29-30; 35; 40; 45; 52; 60; 64-65; 72; 77; 79; 101; 105; 111; 113; 118; 123; 125; 127; 140; 148; 154; 163; 166; 169; 176; 181; 188; 191; 195-197; 199-200; 202; 207-209; 215-216; 220-222; 225-226; 230-234; 238-241; 247; 249; 251; 253; 257-258; 265-266; 272-274; 277-278; 284; 286; 289; 293; 298; 302-304; 307-309; 314; 320; 324-325; 332-334; 338-339; 341; 344-347; 351; 355; 365; 368; 372; 379-380; 383; 393; 397-398; 401; 405; 407; 414-415; 418-419; 421-422; 428-429; 436; 439; 441; 444; 446; 448-450; 453-454; 456-457; 460; 462; 466; 468; 471; 474; 477; 479-480; 482-483; 488; 493; 497-498; 502; 507-508; 513; 517; 521; 527; 533; 538; 639607; 653; 655-656; 659-661; 663; 665-666; 817; 833; 1002

Documentos registados na Conservatória da Régua: 146

Dossiê sobre a dívida de José Marques: 223

Dossiê sobre a Empresa da Estrada do Porto e Coimbra: 297; 682

Dossiê sobre a falência de ABF III: 108; 561

Dossiê sobre a Sociedade entre ABFI e Cristóvão de Oliveira: 898

Dossiê sobre a Sociedade entre José Bernardo Ferreira e Cap. A. Souto: 528

Dossiê sobre as visitas do rei: 530-532

Dossiê sobre exposições de vinhos: 540

Dossiê sobre morte de membro da família: 564; 640

Dossiê sobre o Club Progressista: 680

Dossiê sobre o Contrato do Tabaco: 184

Dossiê sobre o Empréstimo à Companhia: 212

Dossiê sobre o Empréstimo ao Banco Comercial do Porto: 213



Dossiê sobre o Empréstimo ao Duque da Terceira: 205

Dossiê sobre o Jornal «A Coalisão»: 297; 678

Dossiê sobre o Teatro S. João: 124; 335; 681

Dossiê sobre o Vapor «Quinta do Vesúvio»: 303; 318-319; 327-331; 827; 831

Dossiês as propriedades rurais: 94; 114; 420; 499; 599-606; 608; 610; 613-622; 624-625; 627-633; 635-638; 649-652; 791-792; 971

Dossiês sobre as propriedades urbanas: 91; 369; 374; 567-568; 570; 572-597; 609; 611-612; 626; 643-647; 971

Dossiês sobre heranças: 219; 224; 548-549

Dossiês sobre partilhas: 67; 248; 562; 658; 717

Fundos estrangeiros: 111; 292; 347; 922

Guias de embarque: 130; 359; 361; 365; 368; 372; 379-380; 383; 387; 393; 397-398; 409; 412; 480; 482; 488; 492; 502; 517; 521; 525

Índices: 905; 951; 1020; 1026-1027; 1033; 1051

Inventários: 29; 35-36; 44; 48-49; 52; 56; 62; 64; 78; 84; 150; 195-196; 214; 303; 307; 309; 384; 414-415; 479; 550; 552; 558; 560; 563; 566; 655; 659; 723; 846; 906; 917; 934; 952; 997; 1003

Lembranças: 142; 713; 726; 834; 837; 856; 882; 948; 953

Letras: 29; 166; 182; 196; 220; 309; 314; 320; 334; 338; 344; 351; 359; 361; 365; 368; 372; 379-380; 383; 387; 393; 397-398; 401; 405; 417; 466; 468-469; 471; 474; 480; 482; 488; 492; 497; 502; 507; 512; 517; 521; 525; 527; 715; 758; 821; 826; 843; 852; 858; 962

Livro de facturas: 756

Livro de manifesto: 727

Livros de cheques e letras: 691

Memorial: 901; 904; 907; 916; 932; 970; 1007

Ordens: 37; 62; 70; 73; 80; 82-83; 88-90; 96; 99; 106; 150; 163; 171; 177; 183; 941-943; 949-950; 963; 965

Ordens de pagamento: 222; 231; 351; 355; 359; 361; 365; 368; 372; 379-380; 383; 387; 393; 397-398; 401; 405; 407; 450; 453-454; 456; 460; 462; 466; 468; 471; 474; 482; 492; 497; 507; 512; 517; 521; 527

Pequena Caixa: 718; 795; 803; 813

Razão: 271; 737; 743; 793; 810; 820; 830; 869-870; 873; 891-892; 896-897; 980; 982; 986; 989; 995; 1001; 1004-1006; 1008; 1012; 1015; 1018-1019; 1021; 1023; 1025; 1030; 1032; 1035-1036; 1040-1041; 1044; 1047; 1050; 1053; 1055

Reclamação de imposto: 146

Registo de entrada e saída de géneros: 60; 85

Registo de entrada e saída de vinhos: 49

Registo de existências na tanoaria: 877-878

Registo de existências nos armazéns: 49; 182; 256; 263; 394; 469; 710; 725; 732; 734-736; 748; 751; 809; 860; 875-876; 889; 899; 913; 927; 956; 984; 998

Registo de letras: 214

Registo de movimento de azeite: 42; 74; 159

Registo de movimento de vinhos e aguardente: 37; 42; 50-55; 61; 66; 74; 78-79; 87; 97-98; 104; 109; 115; 120-121; 125; 130; 135; 141; 147; 151; 154; 159; 162; 165; 170; 175; 181; 201; 218; 229; 237; 245; 250; 256; 263; 313; 929; 946; 959

Registo dos vinhos e outras bebidas espirituosas: 839-841

Testamentos: 553-554; 558; 642

Título de empréstimo: 343

Títulos: 886; 947

Venda de vinhos: 229; 237; 356; 422; 465; 641; 693; 721; 825; 884; 893; 903; 908; 921; 928; 937; 939; 945; 985

Vendas: 755; 960

## ÍNDICE POR PRODUTOR DE INFORMAÇÃO

---

### PRODUTOR | UNIDADES DE INSTALAÇÃO

AAF – Antónia Adelaide Ferreira: 29; 33-100; 102; 104; 106; 109; 113; 115; 119-121; 124-125; 128-130; 132-133; 135; 138-141; 143-151; 153-154; 156-157; 159-167; 169-171; 173-177; 179-183; 186-190; 192; 194; 196-197; 200-201; 203-206; 210-214; 216-218; 220; 225-230; 232; 234-239; 241-260; 262-263; 265-282; 284; 286-291; 418-420; 531-533; 540; 548-550; 552-553; 555; 562; 567; 570; 572; 576-577; 578-580; 582-584; 586-588; 599-603; 606-608; 614-625; 627-632; 644; 647; 652; 658-659; 661; 663-668; 681; 691; 717-723; 741; 792; 816; 824-825; 832-833; 836-837; 842-848; 850-856; 858; 862; 864-867; 871; 873-878; 881-897; 901-908; 910-914; 916-918; 921-922; 924-929; 931-934; 936-956; 959-968; 971; 995-1002; 1004; 1006; 1008-1042; 1044-1055; 1062

ABF I – António Bernardo Ferreira (I): 349-417; 565; 595-596; 633; 635-638; 693; 793-822; 825-826; 839-841; 898-899

ABF II – António Bernardo Ferreira (II): 220; 232; 238; 270-271; 292-347; 349; 563-564; 566; 574; 589-594; 678; 681-682; 804; 815-822; 824; 826; 827-834; 836-837; 842; 844-848; 851; 956

ABF III – António Bernardo Ferreira (III): 19; 27; 29-30; 32-33; 109; 219-220; 232; 238; 254; 548-550; 560-561; 567; 575; 585; 652; 680; 792; 824; 832; 837; 842-843; 846-849; 851-853; 855; 858; 920; 956; 971; 980-990; 1007

FST – Francisco da Silva Torres: 100-103; 105-119; 122-123; 126-128; 131-134; 136-138; 142-143; 146; 148-149; 152; 155-156; 158; 160; 163-164; 166-169; 172-174; 176-181; 184-190; 192-193; 198; 200; 203-204; 206; 210; 212; 217; 223; 227; 235; 243; 285; 349; 530-533; 554; 568; 576; 581; 597; 602-605; 609-613; 620; 622; 626-627; 631-632; 691; 791; 900; 909; 915; 919; 923; 930; 935-936; 1009

JBF – José Bernardo Ferreira: 264; 418-437; 439-529; 588; 639-641; 643-646; 649-651; 659; 661; 663; 664-668; 718-728; 732-733; 735-752; 957; 1001

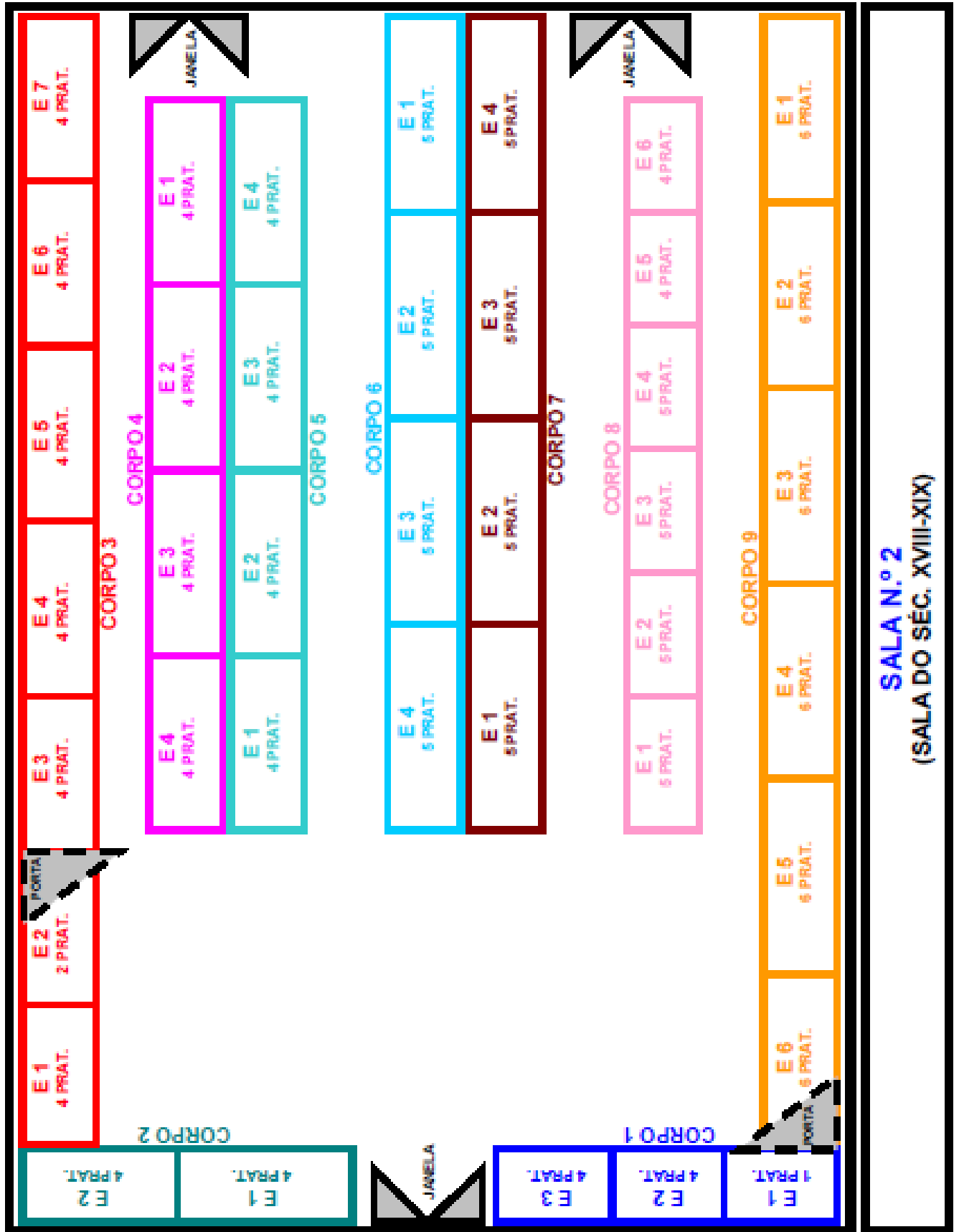
JGP – Josefa Gertrudes Pereira: 220; 254; 261; 296; 348; 573; 823; 835; 838; 843; 852-853; 855; 858; 958

MAF – Maria da Assunção Ferreira: 29; 33; 191; 195; 199; 202; 207-209; 215; 220-222; 224; 231; 232; 233; 238; 240; 254; 548-550; 555; 567; 588; 635; 824; 832; 837; 842-843; 846-848; 851-853; 855; 858-861; 868-870; 872; 879-880; 956; 970-971; 1003; 1005

MRG – Margarida Rosa Gil: 418-420; 558; 644; 653-668; 710-723; 741; 1001

PGG – Pedro Gil Gargamalla: 462-489; 492-527; 529; 578; 642; 650; 726; 729-740; 742-743; 745-752

Planta do depósito antes das obras



**SALA N.º 2**  
(SALA DO SÉC. XVIII-XIX)

Planta do depósito após as obras



**SALA N.º 2 (APÓS AS OBRAS)**

## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
19	2	1	1	2
27	2	1	1	2
29	2	1	1	3
30	2	1	1	3
32	2	1	1	3
33	2	1	1	3
34	2	1	1	3
35	2	1	1	3
36	2	1	1	3
37	2	1	1	3
38	2	1	1	3
39	2	1	1	3
40	2	1	1	3
41	2	1	1	3
42	2	1	1	3
43	2	1	1	3
44	2	1	1	3
45	2	1	1	3
46	2	1	1	4
47	2	1	1	4
48	2	1	1	4
49	2	1	1	4
50	2	1	1	4
51	2	1	1	4
52	2	1	1	4
53	2	1	1	4
54	2	1	1	4
55	2	1	1	4
56	2	1	1	4
57	2	1	1	4
58	2	1	1	4
59	2	1	1	4
60	2	1	1	4
61	2	1	1	4
62	2	1	1	5
63	2	1	1	5
64	2	1	1	5
65	2	1	1	5
66	2	1	1	5
67	2	1	1	5
68	2	1	1	5
69	2	1	1	5
70	2	1	1	5
71	2	1	1	5
72	2	1	1	5
73	2	1	1	5
74	2	1	1	5
75	2	1	1	5
76	2	1	1	6
77	2	1	1	6
78	2	1	1	6

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
79	2	1	1	6
80	2	1	1	6
81	2	1	1	6
82	2	1	1	6
83	2	1	1	6
84	2	1	1	6
85	2	1	1	6
86	2	1	1	6
87	2	1	1	6
88	2	1	1	6
89	2	1	1	6
90	2	1	1	6
91	2	1	1	6
92	2	1	1	6
93	2	1	1	6
94	2	1	1	6
95	2	1	1	6
96	2	1	1	6
97	2	1	1	6
98	2	1	1	7
99	2	1	1	7
100	2	1	1	7
101	2	1	1	7
102	2	1	1	7
103	2	1	1	7
104	2	1	1	7
105	2	1	1	7
106	2	1	1	7
107	2	1	1	7
108	2	1	1	7
109	2	1	1	7
110	2	1	1	7
111	2	1	1	7
112	2	1	1	7
113	2	1	1	7
114	2	1	1	7
115	2	1	1	7
116	2	1	2	1
117	2	1	2	1
118	2	1	2	1
119	2	1	2	1
120	2	1	2	1
121	2	1	2	1
122	2	1	2	1
123	2	1	2	1
124	2	1	2	1
125	2	1	2	1
126	2	1	2	1
127	2	1	2	1
128	2	1	2	1
129	2	1	2	1

## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
130	2	1	2	1
131	2	1	2	1
132	2	1	2	1
133	2	1	2	1
134	2	1	2	1
135	2	1	2	2
136	2	1	2	2
137	2	1	2	2
138	2	1	2	2
139	2	1	2	2
140	2	1	2	2
141	2	1	2	2
142	2	1	2	2
143	2	1	2	2
144	2	1	2	2
145	2	1	2	2
146	2	1	2	2
147	2	1	2	2
148	2	1	2	2
149	2	1	2	2
150	2	1	2	2
151	2	1	2	2
152	2	1	2	2
153	2	1	2	2
154	2	1	2	2
155	2	1	2	2
156	2	1	2	3
157	2	1	2	3
158	2	1	2	3
159	2	1	2	3
160	2	1	2	3
161	2	1	2	3
162	2	1	2	3
163	2	1	2	3
164	2	1	2	3
165	2	1	2	3
166	2	1	2	3
167	2	1	2	3
168	2	1	2	3
169	2	1	2	3
170	2	1	2	3
171	2	1	2	3
172	2	1	2	3
173	2	1	2	3
174	2	1	2	3
175	2	1	2	4
176	2	1	2	4
177	2	1	2	4
178	2	1	2	4
179	2	1	2	4
180	2	1	2	4

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
181	2	1	2	4
182	2	1	2	4
183	2	1	2	4
184	2	1	2	4
185	2	1	2	4
186	2	1	2	4
187	2	1	2	4
188	2	1	2	4
189	2	1	2	4
190	2	1	2	4
191	2	1	2	4
192	2	1	2	4
193	2	1	2	4
194	2	1	2	4
195	2	1	2	5
196	2	1	2	5
197	2	1	2	5
198	2	1	2	5
199	2	1	2	5
200	2	1	2	5
201	2	1	2	5
202	2	1	2	5
203	2	1	2	5
204	2	1	2	5
205	2	1	2	5
206	2	1	2	5
207	2	1	2	5
208	2	1	2	5
209	2	1	2	5
210	2	1	2	5
211	2	1	2	5
212	2	1	2	5
213	2	1	2	5
214	2	1	2	5
215	2	1	2	6
216	2	1	2	6
217	2	1	2	6
218	2	1	2	6
219	2	1	2	6
220	2	1	2	6
221	2	1	2	6
222	2	1	2	6
223	2	1	2	6
224	2	1	2	6
225	2	1	2	6
226	2	1	2	6
227	2	1	2	6
228	2	1	2	6
229	2	1	2	6
230	2	1	2	6
231	2	1	2	7



## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
232	2	1	2	7
233	2	1	2	7
234	2	1	2	7
235	2	1	2	7
236	2	1	2	7
237	2	1	2	7
238	2	1	2	7
239	2	1	2	7
240	2	1	2	7
241	2	1	2	7
242	2	1	2	7
243	2	1	2	7
244	2	1	2	7
245	2	1	2	7
246	2	1	2	7
247	2	1	2	7
248	2	1	2	7
249	2	1	2	7
250	2	1	2	7
251	2	1	2	7
252	2	1	2	7
253	2	1	3	1
254	2	1	3	1
255	2	1	3	1
256	2	1	3	1
257	2	1	3	1
258	2	1	3	1
259	2	1	3	1
260	2	1	3	1
261	2	1	3	1
262	2	1	3	1
263	2	1	3	1
264	2	1	3	1
265	2	1	3	1
266	2	1	3	1
267	2	1	3	2
268	2	1	3	2
269	2	1	3	2
270	2	1	3	2
271	2	1	3	2
272	2	1	3	2
273	2	1	3	2
274	2	1	3	2
275	2	1	3	3
276	2	1	3	3
277	2	1	3	3
278	2	1	3	3
279	2	1	3	3
280	2	1	3	3
281	2	1	3	3
282	2	1	3	3

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
284	2	1	3	3
285	2	1	3	3
286	2	1	3	4
287	2	1	3	4
288	2	1	3	4
289	2	1	3	4
290	2	1	3	4
291	2	1	3	4
292	2	1	3	4
293	2	1	3	4
294	2	1	3	4
295	2	1	3	4
296	2	1	3	4
297	2	1	3	4
298	2	1	3	5
299	2	1	3	5
300	2	1	3	5
301	2	1	3	5
302	2	1	3	5
303	2	1	3	5
304	2	1	3	5
305	2	1	3	5
306	2	1	3	5
307	2	1	3	5
308	2	1	3	5
309	2	1	3	5
310	2	1	3	5
311	2	1	3	5
312	2	1	3	5
313	2	1	3	5
314	2	1	3	5
315	2	1	3	5
316	2	1	3	5
317	2	1	3	6
318	2	1	3	6
319	2	1	3	6
320	2	1	3	6
321	2	1	3	6
322	2	1	3	6
323	2	1	3	6
324	2	1	3	6
325	2	1	3	6
326	2	1	3	6
327	2	1	3	6
328	2	1	3	6
329	2	1	3	6
330	2	1	3	6
331	2	1	3	6
332	2	1	3	7
333	2	1	3	7
334	2	1	3	7

## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
335	2	1	3	7
336	2	1	3	7
337	2	1	3	7
338	2	1	3	7
339	2	1	3	7
340	2	1	3	7
341	2	1	3	7
342	2	1	3	7
343	2	1	3	7
344	2	1	3	7
345	2	1	3	7
346	2	1	3	7
347	2	1	4	1
348	2	1	4	1
349	2	1	4	1
350	2	1	4	1
351	2	1	4	1
352	2	1	4	1
353	2	1	4	1
354	2	1	4	1
355	2	1	4	1
356	2	1	4	1
357	2	1	4	1
358	2	1	4	1
359	2	1	4	1
360	2	1	4	1
361	2	1	4	1
362	2	1	4	1
363	2	1	4	1
364	2	1	4	2
365	2	1	4	2
366	2	1	4	2
367	2	1	4	2
368	2	1	4	2
369	2	1	4	2
370	2	1	4	2
371	2	1	4	2
372	2	1	4	2
373	2	1	4	2
374	2	1	4	3
375	2	1	4	3
376	2	1	4	3
377	2	1	4	3
378	2	1	4	3
379	2	1	4	3
380	2	1	4	3
381	2	1	4	3
382	2	1	4	3
383	2	1	4	3
384	2	1	4	3
385	2	1	4	3

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
386	2	1	4	3
387	2	1	4	3
388	2	1	4	3
389	2	1	4	4
390	2	1	4	4
391	2	1	4	4
392	2	1	4	4
393	2	1	4	4
394	2	1	4	4
395	2	1	4	4
396	2	1	4	4
397	2	1	4	4
398	2	1	4	4
399	2	1	4	4
400	2	1	4	4
401	2	1	4	4
402	2	1	4	4
403	2	1	4	4
404	2	1	4	4
405	2	1	4	4
406	2	1	4	4
407	2	1	4	5
408	2	1	4	5
409	2	1	4	5
410	2	1	4	5
411	2	1	4	5
412	2	1	4	5
413	2	1	4	5
414	2	1	4	5
415	2	1	4	5
416	2	1	4	5
417	2	1	4	5
418	2	1	4	5
419	2	1	4	5
420	2	1	4	5
421	2	1	4	5
422	2	1	4	5
423	2	1	4	5
424	2	1	4	5
425	2	1	4	5
426	2	1	4	5
427	2	1	4	5
428	2	1	4	5
429	2	1	4	6
430	2	1	4	6
431	2	1	4	6
432	2	1	4	6
433	2	1	4	6
434	2	1	4	6
435	2	1	4	6
436	2	1	4	6

## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
437	2	1	4	6
439	2	1	4	6
440	2	1	4	6
441	2	1	4	6
442	2	1	4	6
443	2	1	4	6
444	2	1	4	6
445	2	1	4	6
446	2	1	4	6
447	2	1	4	6
448	2	1	4	6
449	2	1	4	6
450	2	1	4	6
451	2	1	4	6
452	2	1	4	7
453	2	1	4	7
454	2	1	4	7
455	2	1	4	7
456	2	1	4	7
457	2	1	4	7
458	2	1	4	7
459	2	1	4	7
460	2	1	4	7
461	2	1	4	7
462	2	1	4	7
463	2	1	4	7
464	2	1	4	7
465	2	1	4	7
466	2	1	4	7
467	2	1	4	7
468	2	1	5	1
469	2	1	5	1
470	2	1	5	1
471	2	1	5	1
472	2	1	5	1
473	2	1	5	1
474	2	1	5	1
475	2	1	5	1
476	2	1	5	1
477	2	1	5	1
478	2	1	5	1
479	2	1	5	1
480	2	1	5	1
481	2	1	5	1
482	2	1	5	1
483	2	1	5	1
484	2	1	5	2
485	2	1	5	2
486	2	1	5	2
487	2	1	5	2
488	2	1	5	2

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
489	2	1	5	2
490	2	1	5	2
491	2	1	5	2
492	2	1	5	2
493	2	1	5	2
494	2	1	5	2
495	2	1	5	2
496	2	1	5	2
497	2	1	5	2
498	2	1	5	3
499	2	1	5	3
500	2	1	5	3
501	2	1	5	3
502	2	1	5	3
503	2	1	5	3
504	2	1	5	3
505	2	1	5	3
506	2	1	5	3
507	2	1	5	3
508	2	1	5	3
509	2	1	5	3
510	2	1	5	3
511	2	1	5	3
512	2	1	5	3
513	2	1	5	4
514	2	1	5	4
515	2	1	5	4
516	2	1	5	4
517	2	1	5	4
518	2	1	5	4
519	2	1	5	4
520	2	1	5	4
521	2	1	5	4
522	2	1	5	4
523	2	1	5	4
524	2	1	5	4
525	2	1	5	5
526	2	1	5	5
527	2	1	5	5
528	2	1	5	5
529	2	1	5	5
530	2	1	5	5
531	2	1	5	5
532	2	1	5	5
533	2	1	5	5
538	2	1	5	5
540	2	1	5	5
541	2	1	5	5
548	2	1	5	6
549	2	1	5	6
550	2	1	5	6

## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
552	2	1	5	6
553	2	1	5	6
554	2	1	5	6
555	2	1	5	6
558	2	1	5	6
560	2	1	5	6
561	2	1	5	6
562	2	1	5	6
563	2	1	5	6
564	2	1	5	6
565	2	1	5	7
566	2	1	5	7
567	2	1	5	7
568	2	1	5	7
570	2	1	5	7
572	2	1	5	7
573	2	1	5	7
574	2	1	5	7
575	2	1	5	7
576	2	1	5	7
577	2	1	5	7
578	2	1	5	7
579	2	1	5	7
580	2	1	5	7
581	2	1	5	7
582	2	1	5	7
583	2	1	5	7
584	2	1	5	7
585	2	1	5	7
586	2	1	5	7
587	2	1	5	7
588	2	1	5	7
589	2	1	5	7
590	2	1	5	7
591	2	1	6	1
592	2	1	6	1
593	2	1	6	1
594	2	1	6	1
595	2	1	6	1
596	2	1	6	1
597	2	1	6	1
599	2	1	6	1
600	2	1	6	1
601	2	1	6	1
602	2	1	6	1
603	2	1	6	1
604	2	1	6	1
605	2	1	6	1
606	2	1	6	1
607	2	1	6	1
608	2	1	6	1

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
609	2	1	6	1
610	2	1	6	1
611	2	1	6	1
612	2	1	6	1
613	2	1	6	1
614	2	1	6	2
615	2	1	6	2
616	2	1	6	2
617	2	1	6	2
618	2	1	6	2
619	2	1	6	2
620	2	1	6	2
621	2	1	6	2
622	2	1	6	2
624	2	1	6	2
625	2	1	6	2
626	2	1	6	2
627	2	1	6	2
628	2	1	6	2
629	2	1	6	2
630	2	1	6	2
631	2	1	6	2
632	2	1	6	2
633	2	1	6	2
635	2	1	6	2
636	2	1	6	3
637	2	1	6	3
638	2	1	6	3
639	2	1	6	3
640	2	1	6	3
641	2	1	6	3
642	2	1	6	3
643	2	1	6	3
644	2	1	6	3
645	2	1	6	3
646	2	1	6	3
647	2	1	6	3
649	2	1	6	3
650	2	1	6	3
651	2	1	6	3
652	2	1	6	3
653	2	1	6	3
654	2	1	6	3
655	2	1	6	3
656	2	1	6	4
657	2	1	6	4
658	2	1	6	4
659	2	1	6	4
660	2	1	6	4
661	2	1	6	4
662	2	1	6	4

## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
663	2	1	6	4
664	2	1	6	4
665	2	1	6	4
666	2	1	6	4
667	2	1	6	4
668	2	1	6	4
678	2	1	6	5
680	2	1	6	5
681	2	1	6	5
682	2	1	6	5
691	2	1	6	6
693	2	1	6	6
710	2	1	7	1
711	2	1	7	1
712	2	1	7	1
713	2	1	7	1
714	2	1	7	1
715	2	1	7	1
716	2	1	7	1
717	2	1	7	2
718	2	1	7	2
719	2	1	7	2
720	2	1	7	2
721	2	1	7	2
722	2	1	7	2
723	2	1	7	2
724	2	1	7	2
725	2	1	7	2
726	2	1	7	2
727	2	1	7	2
728	2	1	7	2
729	2	1	7	2
730	2	1	7	3
731	2	1	7	3
732	2	1	7	3
733	2	1	7	3
734	2	1	7	3
735	2	1	7	3
736	2	1	7	3
737	2	1	7	3
738	2	1	7	3
739	2	1	7	3
740	2	1	7	4
741	2	1	7	4
742	2	1	7	4
743	2	1	7	4
744	2	1	7	4
745	2	1	7	4
746	2	1	7	4
747	2	1	7	4
748	2	1	7	4

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
749	2	1	7	4
750	2	1	7	4
751	2	1	7	4
752	2	1	7	4
753	2	1	7	1
754	2	1	7	1
755	2	1	7	5
756	2	1	7	5
757	2	1	7	5
758	2	1	7	5
791	2	2	1	7
792	2	2	1	7
793	2	2	1	2
794	2	2	1	2
795	2	2	1	2
796	2	2	1	2
797	2	2	1	2
798	2	2	1	2
799	2	2	1	2
800	2	2	1	2
801	2	2	1	2
802	2	2	1	3
803	2	2	1	3
804	2	2	1	3
805	2	2	1	3
806	2	2	1	3
807	2	2	1	3
808	2	2	1	3
809	2	2	1	3
810	2	2	1	3
811	2	2	1	3
812	2	2	1	3
813	2	2	1	3
814	2	2	1	3
815	2	2	1	3
816	2	2	1	3
817	2	2	1	3
818	2	2	1	4
819	2	2	1	4
820	2	2	1	4
821	2	2	1	4
822	2	2	1	4
823	2	2	1	4
824	2	2	1	4
825	2	2	1	4
826	2	2	1	4
827	2	2	1	5
828	2	2	1	5
829	2	2	1	5
830	2	2	1	5
831	2	2	1	5

## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
832	2	2	1	5
833	2	2	1	6
834	2	2	1	6
835	2	2	1	6
836	2	2	1	6
837	2	2	1	6
838	2	2	1	6
839	2	2	1	6
840	2	2	1	6
841	2	2	1	6
842	2	2	1	6
843	2	2	1	6
844	2	2	1	6
845	2	2	1	6
846	2	2	1	6
847	2	2	1	7
848	2	2	1	7
849	2	2	1	7
850	2	2	1	7
851	2	2	1	7
852	2	2	1	7
853	2	2	1	7
854	2	2	1	7
855	2	2	1	7
856	2	2	2	1
858	2	2	2	1
859	2	2	2	1
860	2	2	2	1
861	2	2	2	1
862	2	2	2	1
864	2	2	2	1
865	2	2	2	1
866	2	2	2	2
867	2	2	2	2
868	2	2	2	2
869	2	2	2	2
870	2	2	2	2
871	2	2	2	2
872	2	2	2	2
873	2	2	2	2
874	2	2	2	3
875	2	2	2	3
876	2	2	2	3
877	2	2	2	3
878	2	2	2	3
879	2	2	2	3
880	2	2	2	3
881	2	2	2	4
882	2	2	2	4
883	2	2	2	4
884	2	2	2	4

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
885	2	2	2	4
886	2	2	2	4
887	2	2	2	4
888	2	2	2	4
889	2	2	2	4
890	2	2	2	5
891	2	2	2	5
892	2	2	2	5
893	2	2	2	5
894	2	2	2	5
895	2	2	2	5
896	2	2	2	5
897	2	2	2	5
898	2	2	2	5
899	2	2	2	5
900	2	2	2	6
901	2	2	2	6
902	2	2	2	6
903	2	2	2	6
904	2	2	2	6
905	2	2	2	6
906	2	2	2	6
907	2	2	2	6
908	2	2	2	6
909	2	2	2	6
910	2	2	2	6
911	2	2	2	6
912	2	2	2	7
913	2	2	2	7
914	2	2	2	7
915	2	2	2	7
916	2	2	2	7
917	2	2	2	7
918	2	2	2	7
919	2	2	2	7
920	2	2	2	7
921	2	2	2	7
922	2	2	2	7
923	2	2	2	7
924	2	2	3	1
925	2	2	3	1
926	2	2	3	1
927	2	2	3	1
928	2	2	3	1
929	2	2	3	1
930	2	2	3	1
931	2	2	3	1
932	2	2	3	2
933	2	2	3	2
934	2	2	3	2
935	2	2	3	2

## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
936	2	2	3	2
937	2	2	3	2
938	2	2	3	2
939	2	2	3	2
940	2	2	3	2
941	2	2	3	3
942	2	2	3	3
943	2	2	3	3
944	2	2	3	3
945	2	2	3	3
946	2	2	3	3
947	2	2	3	3
948	2	2	3	3
949	2	2	3	3
950	2	2	3	3
951	2	2	3	3
952	2	2	3	4
953	2	2	3	4
954	2	2	3	4
955	2	2	3	4
956	2	2	3	4
957	2	2	3	4
958	2	2	3	4
959	2	2	3	4
960	2	2	3	4
961	2	2	3	4
962	2	2	3	5
963	2	2	3	5
964	2	2	3	5
965	2	2	3	5
966	2	2	3	5
967	2	2	3	5
968	2	2	3	5
970	2	2	3	5
971	2	2	3	5
980	2	2	3	7
981	2	2	3	7
982	2	2	4	1
983	2	2	4	1
984	2	2	4	3
985	2	2	4	3
986	2	2	4	2
987	2	2	4	2
988	2	2	4	3
989	2	2	4	3
990	2	2	4	3
995	2	2	4	3
996	2	2	4	3
997	2	2	4	4
998	2	2	4	4
999	2	2	4	4

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
1000	2	2	4	4
1001	2	2	4	4
1002	2	2	4	4
1003	2	2	4	5
1004	2	2	4	5
1005	2	2	4	5
1006	2	2	4	5
1007	2	2	4	6
1008	2	2	4	6
1009	2	2	4	6
1010	2	2	4	7
1011	2	2	4	7
1012	2	2	4	7
1013	2	2	5	1
1014	2	2	5	1
1015	2	2	5	1
1016	2	2	5	1
1017	2	2	5	2
1018	2	2	5	2
1019	2	2	5	2
1020	2	2	5	3
1021	2	2	5	3
1022	2	2	5	3
1023	2	2	5	4
1024	2	2	5	4
1025	2	2	5	4
1026	2	2	5	5
1027	2	2	5	5
1028	2	2	5	5
1029	2	2	5	5
1030	2	2	5	6
1031	2	2	5	6
1032	2	2	5	6
1033	2	2	5	7
1034	2	2	5	7
1035	2	2	5	7
1036	2	2	6	1
1037	2	2	6	1
1038	2	2	6	1
1039	2	2	6	2
1040	2	2	6	2
1041	2	2	6	2
1042	2	2	6	3
1044	2	2	6	3
1045	2	2	6	3
1046	2	2	6	4
1047	2	2	6	4
1048	2	2	6	5
1049	2	2	6	5
1050	2	2	6	6
1051	2	2	6	6

## COTAS DE LOCALIZAÇÃO

---

Nº Ui.	Sala	Corpo	Estante	Prateleira
1052	2	2	6	6
1053	2	2	6	7
1054	2	2	6	7
1055	2	3	1	5
1062	2	3	1	6